Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jana Rafaella Maia Machado

Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade de Barbalha-CE

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jana Rafaella Maia Machado

Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade de Barbalha-CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Profª. Drª. Márcia Regina Romeiro Chuva
Supervisores: Supervisores: Murilo Cunha Ferreira e Igor de Menezes Soares

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Ceará.

M149e Machado, Jana Rafaella Maia.
Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade Barbalha-CE / Jana Rafaella Maia Machado – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

170 f.: il.

Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Política pública – Região do Cariri – Ceará. 2. Irmandade da Cruz – penitentes – Ceará. 3. Patrimônio Cultural – Ceará. I. Chuva, Márcia Regina Romeiro. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 353

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Jana Rafaella Maia Machado

Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade de Barbalha-CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva (orientadora)

_____

Professor Me. Evandro Domingues – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira – Universidade Federal do Ceará

Para minha mãe Ana Maria, meu pai Paulo Machado Filho (In memoriam), minhas irmãs: Ana Paula e Clara Rabelle e para meu eterno caçulinha Levi.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas a quem quero agradecer pela conclusão desse trabalho. Espero conseguir contemplar a todos. Agradeço primeiro a Deus, por ser meu consolo, refugio e fortaleza; sei que foi ele que me deu e dá forças para suportar todos os momentos difíceis. A minha família, que é meu aconchego. A minha mãe por ser essa mulher de fibra e batalhadora que me ensinou a ter sonhos e lutar para conquistá-los. A minhas irmãs queridas: Ana Paula e Rabelle que admiro e amo grandemente. Ao Levi meu irmão e filho, razão pela qual me proponho a fazer tantas coisas, inclusive esse trabalho, amo você meu pequeno. Aos meus cunhados: Jeová e Júnior. Ao Sérgio que já faz parte da família. A minha irmã Paula Mohana e meus sobrinhos lindos Nelsinho e Arthur. A irmã mais nova Joana. A minha vó Hilnah por tudo que sempre fez por mim e por toda a família, não tenho palavras para agradecê-la. As minhas tias, tios, primos e primas, em especial a tia Cida, por ser essa mulher virtuosa. Ao meu pai que apesar de todas as coisas, me ensinou que o conhecimento era uma das maiores riquezas que podíamos ter. Sinto muito por você não poder compartilhar esse momento tão especial comigo.

A minha orientadora Drª. Márcia Chuva pela paciência, compreensão e carinho que sempre teve comigo. Não tenho dúvidas de que você foi mais do que uma orientadora. Sem seu auxilio este trabalho não existiria! Foi maravilhoso construir esse trabalho com você.

A Daniele Veras Pinto por ser mais que uma amiga, uma irmã. Amiga obrigada por fazer parte da minha vida, por sempre esta presente nos momentos felizes e tristes, por me ouvir e por falar o que preciso ouvir, por me emprestar sua família, que hoje considero minha. Tia Marta, Tio Wanderley, Karine, Kariele, Rafael Ricarte, Apolo e vovó Terezinha. Obrigada por tudo sempre. Amo vocês!

A Ana Carla Sabino, pela amizade, pelo companheirismo, por compartilhar comigo tantas coisas. Pelos ensinamentos, pelas leituras e dicas, pela força e apoio, por acreditar que ia dar certo, por tudo. Você faz parte desse trabalho e da minha vida, meu bem.

A Cícera Barbosa, amizade da graduação para uma vida. Já passamos por tantas coisas juntas, sorrisos e lágrimas. Obrigada pelo carinho acolhedor que você e sua

família sempre demonstraram por mim. Seus pais Dona Barbosa e Sr. Manoel fazem parte desse trabalho por inúmeros motivos. Serei sempre grata a vocês.

Aos amigos queridos de todas as horas: Auricélio, Mário Martins, Diego Gadelha meu Didi, Javan Pires, Renato Freire, Elydiana Souza e Carol Peres. Vocês são muito especiais para mim.

As amigas lindas: Rafaela Braga, Manuela Braga, Evellyne Nunes e Carla Dantas por uma amizade simples e sincera.

A Joaquim Sotero pela companhia, pelas risadas e apoio no desenvolvimento desse trabalho. Viajar com você é puro glamour, uma maravilha!

Aos amigos da História: Janaína Muniz, Patrícia Xavier, Gabriel Parente, Thiago Monte, Anna Carmen, Raquel Caminha, Rayana Moreira, Priscylla Lima, Dhenis Maciel, Bruno Nojosa e Cláudio Farias Jr.

Aos colegas: Otávio Menezes, Ângela Barreto, Luis Carlos, Pepe, Lili, Júnior e Emilu Lobo por fazerem prazeroso trabalhar.

Aos queridos e amados Geraldo, Maria e Everaldo Gomes Dourado que fizeram da pesquisa de campo algo mais leve e tranquilo. Obrigada pelo amor, cuidado e dedicação que sempre tiveram comigo. Mesmo distante, vocês estão sempre presentes nos meus pensamentos, amo vocês!

Aos companheiros de oração e fé: Maria e Emanuele, Carla e Bárbara Moreno, Cris e Rogério, João Batista e família e Homero Junior. Aos meus líderes: apostolo Luis Henrique e bispa Vanessa, bispo Daniel e bispa Elisângela, bispo Jorge e bispa Francisca, bispo Erlan e bispa Camila, bispo Inácio e bispa Cleidiane, pastor Denis e pastora Fabiana e pastora Vania Araújo.

Aos professores do curso de História da Universidade Federal do Ceará Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho, Kênia Rios, Meize Lucas, Régis Lopes, Frederico de Castro Neves, Raquel Alves, Edmilson Maia, Ana Rita Fonteles, Afonsina Moreira, em especial a Eurípedes Funes por me ensinar o que é pesquisar e o papel do historiador.

A todos que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM), em especial o coordenador, Antonio Gilberto R. Nogueira, pelas discussões, debates e vivências patrimoniais.

A turma 2011 do PEP por fazer desse mestrado algo leve, engraçado e divertido. Pelas poesias, músicas, brincadeiras e risadas. Foi muito bom conhecer a cada um de vocês, queridos. Às minhas amadinhas, cheias de charme, companheiras de moradia e guias na cidade maravilhosa: Ana Seixas, Karine, Bia e Nayara vocês foram um

presente do PEP para mim. Espero conseguir amenizar a distancia e estar sempre presente na vida de vocês.

A todos que fazem a Superintendência do IPHAN no Ceará em especial: Ítala Byanca, Elisabete, Jeferson Hamaguchi, Jeferson Filho, Joelma, Vicente, Marcelo e Márcia Rodrigues. A Murilo, por ter aceitado ser meu supervisor na reta final do trabalho. A Igor Soares, por ter sido mais que um supervisor, um amigo. Obrigada por ter me ensinado tantas coisas que vão além das questões patrimoniais. Você e Ozangela foram maravilhosos, sou muito grata a vocês por tudo.

A todos que fazem a COPEDOC e o PEP pelo carinho com que nos recebem, pela dedicação, pela generosidade, muito obrigada. Agradeço em especial a Adriana Nakamuta pelos lanches maravilhosos, sentirei falta deles, brincadeira não só pelo lanche mas por sempre ser tão amável comigo, a Bia Landau pelo sorriso lindo e aberto, a Evandro Domingues e Claúdia B. Leal pelas boas conversas de corredor, a Oscar, Felipe, Luciano e Hilário por serem tão queridos, a Marcus Tadeu e Helena Santos casal tão lindo e amável e a Lia Motta por ser essa mãezona.

A Priscilla Régis, Ítalo Viana e Darlan Reis Jr, por me ajudarem a ter acesso as fontes desse trabalho. Muito obrigada!

A Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em especial a Daniel Reis.

A Gorete Amorim, por ter sido tão receptiva a pesquisa, pelo apoio na pesquisa de campo, pelas inúmeras idas e vindas à casa dos penitentes. A todos os entrevistados. Aos grupos de penitentes Irmandade da Cruz e Santas Missões, por me receberem tão bem, por compartilharem suas memórias e confiarem no meu trabalho, em especial a Sr. Chico Severo (in memoriam) pelo exemplo de simplicidade e mansidão.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma fazem parte da minha trajetória e me apoiaram nessa empreitada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de patrimônio que envolvem a prática da penitência no Cariri cearense, mais especificamente no município de Barbalha-CE. Como metodologia de pesquisa, adotamos a pesquisa bibliográfica e em periódicos locais e o trabalho de campo com observação participante e realização de entrevistas com os diferentes agentes que abrangem a prática penitencial hoje, destacando e confrontando suas posições, crenças e olhares acerca da penitência. As fontes escritas, compostas de relatos de viajantes, obras de intelectuais da região e reportagens em três jornais locais, possibilitaram a compreensão das memórias acerca dessa prática, em dois momentos distintos, no século XIX e em meados do século XX, recorrentemente relacionada ao horror, ao medo e ao fanatismo religioso. As entrevistas com membros dos dois grupos de penitentes da cidade, Irmandade da Cruz, do Sítio Cabeceiras e Santas Missões, do Sítio Lagoa, bem como com representantes do poder público local, foram as fontes privilegiadas para a análise da construção de novas representações acerca dessa manifestação cultural e dos processos que levaram à sua patrimonialização. O referencial teórico do presente trabalho baseia-se nos estudos da História Social e da História Cultural desenvolvidos por autores como: Michel de Certeau e Roger Chartier. Dessa forma, a pesquisa nos remete às memórias, narrativas e lutas de representação que envolvem a penitência e as políticas públicas de patrimônio.

Palavras-chave: Penitência. Irmandade da Cruz. Santas Missões. Região do Cariri. Política cultural. Cultura popular. Religiosidade popular. Patrimônio cultural

ABSTRACT

This academic paper aims to analyze public policies involving equity practice of penance in the Ceará's Cariri, more specifically in the city of Barbalha-CE. As a research methodology, we adopted the literature and research in local newspapers as well as fieldwork with participant observation and interviews with different agents covering the penitential practice today, highlighting and comparing their positions, beliefs and looks about penance. The written sources, composed of reports from travelers, works of intellectuals in the region and reports on three local newspapers provided an understanding of the memories about this practice, at two different times, in the nineteenth and mid-twentieth century, frequently related to horror, to fear and religious fanaticism. Interviews with members of the two groups of penitents from the city, Brotherhood of the Cross, from Cabeceiras Ranch and Holy Missions from Lagoa Ranch, as well as representatives of local government, were privileged to analyze the construction of new representations concerning sources of this cultural event and the processes that led to its patrimonialization. The theoretical framework of this paper is based on studies of Social History and Cultural History, developed by authors such as Michel de Certeau and Roger Chartier. Thus, the research takes us back to memories, narratives and struggles of representation involving penance and public heritage policies.

Keywords: Penance. Brotherhood of the Cross. Holy Missions. Cariri region. Cultural policy. Popular culture. Popular religiosity. Cultural heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Ceará.....16

Figura 2 – Mapa da região do Cariri cearense.....16

Figura 3 - Joaquim Mulato: decurião do grupo Irmandade da Cruz.....59

Figura 4 - Sr. Severino Rocha, 1º decurião do grupo Irmandade da Cruz após o falecimento de Joaquim Mulato.....61

Figura 5 – Grupo Irmandade da Cruz na Missa Social da Festa de Santo Antonio de Barbalha.....63

Figura 6 - Sr. Olimpio Ludugério, decurião do Grupo Santas Missões.....64

Figura 7 - Grupo Santas Missões, do Sítio Lagoa no desfile de grupos folclóricos da Festa de Santo Antonio de Barbalha.....66

Figura 8 - Cartaz da Festa de Santo Antonio em 2003, com penitentes do Sítio Cabeceiras.....83

Figura 9 - Penitentes do grupo Irmandade da Cruz no desfile de grupos folclóricos da Festa de Santo Antonio de Barbalha (2012).....88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Criação de Órgãos/ Instituições político-culturais e Ações político-culturais em curso no ano de criação dessas entidades.....90

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CERES - Centro de Referência Cultural do Ceará
CNF – Conselho Federal de Cultura
CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo
COPAHC – Coordenadoria do Patrimônio Artístico e Histórico Cultural
EMCETUR - Empresa Brasileira do Turismo
FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória
ICC - Instituto Cultural do Cariri
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECULT – Secretaria de Cultura
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA – Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

Introdução.....15

Capítulo 01 A construção das narrativas sobre a prática penitencial no Brasil 24

1.1 **Religiosidade e a atividade de penitência no Brasil**.....24

1.1.1 Religião e religiosidade no Cariri Cearense.....28
1.1.2 O Padre Ibiapina e a penitência: o mito fundador da penitência no Cariri.....30

1.2 Horror e medo: os discursos sobre a penitência no fim do século XIX e segunda metade do século XX 35

1.2.1 Relatos de um viajante do século XIX: Francisco Freire Alemão.....36
1.2.2 O Instituto Cultural do Cariri e os escritos de seus membros.....41

1.3 Entre orações, benditos e açoites: uma descrição da penitência.....50

1.3.1 Elementos que constituem o ritual.....50
1.3.2 Os penitentes.....52

Capítulo 2 Memórias, identidade e os grupos na Festa de Santo Antonio.....55

2.1 A penitência e seus praticantes.....55

2.1.1 Os grupos de Penitentes do município de Barbalha 56
a) Irmãos ou Irmandade da Cruz.....58
b) Grupo Santas Missões.....63

2.2 A construção de uma identidade do ser penitente.....66
a) Elementos ligados à religião.....*66*
b) Elementos de ordem moral.....*71*
c) *Elementos ligados ao ritual penitencial*.....*74*

2.3 A construção da penitência como atividade cultural e a Festa de Santo Antonio.....77

2.3.1 A festa de Santo Antonio e suas transformações.....77
2.3.2 A transformação da penitência em atividade cultural.....82

Capítulo 03 A penitência e as políticas públicas.....88

3.1 A relação dos grupos com a Secretaria de Cultura de Barbalha: mediação ou tutela 88

3.1.1 A criação de políticas de turismo e cultura a partir da década de 1960.....88
3.1.2 O incentivo ao turismo ligado ao folclore e à cultura popular.....92
3.1.3 As políticas públicas da Secretaria de Cultura e os diferentes tipos de relação com os grupos de penitentes.....100

3.2 O processo de patrimonialização da penitência.....111

3.2.1 As políticas de salvaguarda do patrimônio Imaterial no Estado do Ceará.....116
a) Projeto CERES.....117
b) Lei dos Mestres da Cultura.....118
c) *Lei dos Tesouros Vivos da Cultura*.....123
3.2.2 O processo de patrimonialização da penitência.....125

3.3 Permanências e rupturas: a penitência nos dia de hoje.....131
3.3.1 A participação na Festa de Santo Antonio e as mudanças.....134

Considerações Finais.....148

Referências.....152

Anexos.....164

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto da minha trajetória acadêmica. Ao cursar História na Universidade Federal do Ceará, participei do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM) coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Gilberto R. Nogueira, embora nesse período não realizasse pesquisa nessa área, tinha interesse nas discussões sobre patrimônio e memória.

Em 2008 fui aprovada na seleção para o estágio na Secretaria de Cultura do Estado, onde fui encaminhada para o desenvolvimento de atividades na Coordenadoria do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural (COPAHC), que tinha como coordenador o historiador Otávio Menezes. As atividades desenvolvidas no estágio consistiam em: acompanhar o Edital "Tesouros Vivos da Cultura do Estado do Ceará"[1], que selecionava os Tesouros Vivos da cultura cearense.

Acompanhar a elaboração do edital, os trabalhos da Comissão de seleção dos mesmos e depois ter contanto com os Tesouros Vivos, foi para mim um incentivo à pesquisa sobre patrimônio cultural. Este desejo se concretizou com minha aprovação para o Mestrado Profissional e Preservação do Patrimônio Cultural PEP/MP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2011, na Superintendência estadual do Iphan no Ceará.

A temática de pesquisa proposta pela Superintendência era "estudar os penitentes". Até então, a única coisa que eu sabia acerca dos penitentes é que estes eram homens que rezavam, cantavam e se mutilavam para expurgar os seus pecados (autoflagelo) e que um penitente era Tesouro Vivo da Cultura.

Dei início à busca por bibliografia e fontes sobre a penitência e seus praticantes. Ao fazer algumas leituras, pude perceber que havia uma escassez de trabalhos sobre essa temática e que os mesmos se concentravam na região do Cariri[2]. Entre os principais

---

[1] O Edital Tesouros Vivos da Cultura do Estado do Ceará foi lançado em 2006 com o objetivo de eleger pessoas, grupos e coletividades que representem a cultura cearense, contudo vale ressaltar que já havia o Edital Mestres da Cultura Popular do Estado do Ceará (2004), sendo este remodelado e transformado no Edital Tesouros Vivos da Cultura (2006).

[2] A região compreende municípios de quatro estados - Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí. A região do Cariri cearense localiza-se na região Sul do Estado e é formada por 27 municípios, entre os quais podemos destacar as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Entre as principais características desta região, destacam-se a forte religiosidade e a diversidade de manifestações culturais

trabalhos[3] estão: *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão* (1859); *O Cariri* de Irineu Pinheiro (1950)[4]; *O folclore no Cariri* de J. Figueiredo Filho (1962); *Outras histórias: memórias e narrativas da Irmandade da Cruz – Barbalha/CE(2010)* de Cícera Patrícia Alcântara Bezerra; Sob *o signo da* Fé *e da* Mística*: Um estudo das Irmandades de Penitentes no Cariri Cearense (2011)* de Anna Christina Farias Carvalho e *O Coro dos penitentes: Uma abordagem para o ensino da Arte (2001)* de Sandra Nancy Ramos Freire.

A partir desses textos, pude recriar a cartografia dos municípios cearenses nos quais a prática penitencial era desenvolvida: Assaré, Aurora, Barbalha, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Porteiras, Várzea Alegre, dentre outras.



Figura 1 - Mapa do Ceará.

Disponível em : <http://www.ceara.com.br/cepg/mapa_ceara.htm>

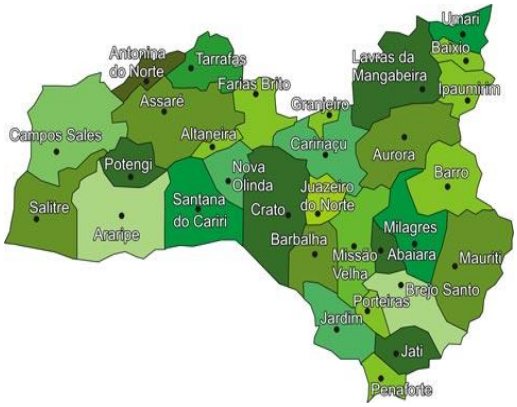


Figura 2 – Mapa da região do Cariri cearense

Disponível em: http://sifeufccariri.blogspot.com.

---

[3] Há também os trabalhos da antropóloga Roberta Bivar C. Campos sobre o grupo de penitentes "Ave Jesus", da cidade de Juazeiro do Norte.

[4] A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará publicou em 2010 várias obras de Irineu Pinheiro e J. Figueiredo Filho, reconhecendo a importância das mesmas para a historiografia cearense, mais especificamente da região do Cariri. Entre as obras estão: O Cariri (1950), Efemérides do Cariri (1963), História do Cariri I (1964), História do Cariri II (1964), História do Cariri III (1966), História do Cariri IV (1968), Engenhos de Rapadura do Cariri (1958), Folguedos Infantis Cearenses (1966), Cidade do Crato (1955).

Os livros, dissertações, teses, artigos e notícias de jornais que tive contato sobre o tema concentravam-se nos penitentes dos municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha. Ao aprofundar a pesquisa, alguns fatores chamaram minha atenção com relação aos penitentes da cidade de Barbalha, entre eles: o município possuir dois grupos de penitentes (Irmãos ou Irmandade da Cruz e Santas Missões); um dos grupos ter passado pelo processo de patrimonialização ao ter um de seus membros intitulado como Tesouro Vivo da Cultura do Estado do Ceará[5]; a relação entre a Secretaria de Cultura de Barbalha e uma de suas funcionárias com os grupos de penitentes e, ainda, a maioria dos trabalhos abordarem especialmente o grupo patrimonializado.

Dessa forma, surgiram os questionamentos que norteiam o presente trabalho: Quais relações podem ser estabelecidas entre as políticas públicas e o desenvolvimento da atividade? Quais as consequências do processo de patrimonialização dessa prática para os penitentes? Como se dá a relação dos grupos entre si e com os agentes externos, em especial o poder público local e estadual?

Para refletir sobre tais questionamentos, resolvi traçar uma narrativa histórica, conforme Paul Ricouer: *"Com a narrativa, a inovação semântica consiste na invenção de uma intriga que é, ela também, uma obra de síntese: virtude da intriga, objetivos, causas, acasos, são reunidos sob a unidade temporal de uma ação total e completa"* (RICOEUR, 1994, p.9 -10).

Assim, busquei construir uma narrativa sobre a prática penitencial e seus praticantes, entendendo que ao se refletir sobre o cotidiano dessa atividade constrói-se uma História Social das práticas culturais. A presente narrativa é, portanto, permeada do que Chartier denomina como "lutas de representações" desses sujeitos.

> (...) sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p.17).

Utilizei como metodologia de trabalho a pesquisa de campo juntamente com a realização de entrevistas. As entrevistas são o material mais rico produzido por este trabalho, pois buscamos, através dos relatos orais, compreender as representações dos

[5] A política patrimonial será discutida no Cap. 2 deste trabalho.

diferentes sujeitos envolvidos com a prática hoje, destacando e confrontando suas posições, crenças e olhares acerca da penitência.

A pesquisa de campo[6] foi feita inspirada no método etnográfico, pois, segundo Geertz, tal método possibilita que os trabalhos possam ser desenvolvidos de forma coerente, permitindo que sejam feitas análises e estudos culturais, por meio de uma descrição densa. Com a característica de ser microscópica, a descrição densa permite um estudo mais detalhado dos discursos, viabilizando o entendimento das culturas e suas particularidades. Além disso, a etnografia permite a prática interpretativa que compõe o processo de campo.

Dessa forma, no segundo capítulo, irei discorrer sobre o trabalho de campo realizado com os grupos de penitentes. Entendemos assim como Geertz que o etnógrafo:

> (...) "inscreve" o discurso social: ele anota. Ao fazê-lo transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e pode ser consultado novamente (GEERTZ,1989 p. 14).

Além da descrição das observações feitas em campo fiz uso de alguns recursos da história oral como metodologia, a fim de traçar, por meio das narrativas dos sujeitos envolvidos, as memórias e histórias que cercam a penitência no Ceará, mais especificamente na cidade de Barbalha. Buscamos, por meio das entrevistas realizadas:

> Recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc (ALBERTI, 2005, p.23).

Esse é o caso dos grupos de penitentes, onde, para escrever sua história, é necessário buscar, através dos seus relatos e experiências, construir uma narrativa que nos possibilite refletir sobre a prática penitencial.

Foram realizadas dez entrevistas com: sete membros dos grupos de penitentes de Barbalha, um memorialista da cidade e duas funcionárias da Secretaria de Cultura de

---

6 A pesquisa de campo foi composta por 5 (cinco) viagens a região do Cariri cearense, estive nas cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro nesses dois anos do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural PEP/MP – IPHAN. Em algumas dessas viagens pude acompanhar eventos em que os grupos [de penitentes] se apresentaram, em outras fiz pesquisa documental e entrevistas. Foram entrevistadas 10 (dez) pessoas, sendo 7 (sete) com membros dos grupos de penitentes, 1 (uma) ex-funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha, 1 (uma) funcionária atual da Secretaria de Cultura de Barbalha que trabalha diretamente com os grupos de penitentes e 1 (um) sujeito da sociedade civil, memorialista da cidade de Barbalha. Todas as entrevistas possuem áudio e transcrição. E hoje fazem parte do acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará. Além disso, a pesquisa em campo proporcionou várias conversas com membros dos grupos de penitentes que não foram gravadas, mas que compõem este trabalho.

Barbalha, a primeira a trabalhar como responsável pelos grupos folclóricos do município e a atual funcionária que ocupa esta função.

A escolha dos entrevistados se deu da seguinte maneira: procurei os membros mais velhos de ambos os grupos de penitentes. O decurião[7] do grupo Irmandade da Cruz, Sr. Severino Rocha,[8] encontrava-se doente e bastante debilitado, o que impossibilitou a realização de entrevistas com ele. Então, entrevistei o 2º decurião do grupo, o Sr. Francisco Severo, conhecido como Chico Severo[9], um dos membros mais velhos do grupo, com 85 anos de idade. Sr. Severino Rocha e Sr. Chico Severo faleceram no decorrer da pesquisa. Além do Sr. Chico Severo, entrevistei outros membros do grupo Irmandade da Cruz, entre eles Robertinho, o penitente mais novo do grupo, com apenas 10 anos de idade.

Utilizei a idade como critério para a realização das entrevistas, pois os membros mais velhos poderiam me relatar suas memórias sobre a inserção dos grupos na Festa de Santo Antonio, a relação deles com a funcionária responsável pelos grupos folclóricos na década de 1970, bem como sobre o processo de patrimonialização nos anos 2000. E o mais novo para compreender o que o levara a querer se tornar um penitente e seu olhar sobre essa prática. Essa escolha visou também perceber se as diferentes representações dos membros dos grupos acerca da prática e suas transformações estavam relacionadas ao entendimento sobre quais seriam seus elementos garantidores dos sentidos da sua existência, ou seus elementos tradicionais.

Do grupo Santas Missões entrevistei o 2º decurião Sr. Vicente Ludugério (irmão do 1º decurião Sr. Olimpio Ludugério) e Sr. José (conhecido como Zé Galego). Buscamos também entrevistar um memorialista, Dr. Napoleão Tavares, que possui diversos livros sobre a cidade de Barbalha. Por fim, entrevistamos Celene Queiroz, a primeira funcionária da Prefeitura a lidar com os grupos de penitentes no desfile de grupos folclóricos na Festa de Santo Antonio na década de 1970; bem como Gorete Amorim, a atual funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha, responsável pelos grupos folclóricos da cidade, entre eles os penitentes.

---

7 Líder ou Mestre do Grupo de penitentes

8 Sr. Severino Rocha era o 1º decurião do grupo Irmandade da Cruz. Agraciado com o título de Tesouro Vivo da Cultura do Estado do Ceará. Desde o início da pesquisa Sr. Severino encontrava-se doente, bastante debilitado, fiz algumas visitas a sua casa no decorrer da pesquisa de campo, contudo não foi possível entrevistá-lo. Sr. Severino faleceu em 06 de outubro de 2013.

9 Sr. Chico Severo era o responsável por organizar o grupo para as apresentações na ausência do decurião Severino Rocha. Sr. Chico Severo era o membro mais antigo depois de Severino Rocha. Ele ensinava os benditos aos mais novos do grupo e as crianças da comunidade do Sítio Cabeceiras. Sr. Chico Severo faleceu no decorrer desta pesquisa em fevereiro de 2013.

As entrevistas abrangem os dois tipos de entrevistas: temáticas e história de vida[10]. Para alguns entrevistados foi elaborado um roteiro com perguntas mais direcionadas, como: o memorialista Dr. Napoleão Tavares e Gorete Amorim. Em outras, os entrevistados contaram sua história de vida, Sr. Chico Severo, por exemplo. E no caso de Celene Queiroz esta contou sua experiência de vida com os penitentes e em alguns momentos fiz perguntas mais direcionadas a determinadas questões.

Além das entrevistas, usei como fontes: Relatos de Viagem, obras de intelectuais da região e os jornais: A Ação[11] (Crato), O Povo[12] (Fortaleza) e Diário do Nordeste[13] (Fortaleza).

Ao traçar uma narrativa histórica acerca da prática penitencial, pude perceber algumas lacunas temporais, pois as fontes nos remetem a penitência no século XIX e depois somente na segunda metade do século XX.

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos: A construção das narrativas sobre a prática penitencial; Memórias, identidades e os grupos na Festa de Santo Antonio de Barbalha e A penitência e as políticas públicas.

No primeiro capítulo abordei a questão da religiosidade que envolve a penitência e a construção de uma narrativa sobre essa prática no Brasil e na região do Cariri cearense. Para compreender a configuração que envolvia a religião e a religiosidade no Brasil e na região do Cariri. As dificuldades da Igreja Católica em abranger as áreas mais distantes, entre elas o interior do Ceará possibilitou que as populações interioranas desenvolvessem um catolicismo denominado popular, marcado pelo misticismo religioso como veremos adiante. No decorrer da pesquisa pude perceber que o mito fundador dessa atividade na região foi atribuído ao padre missionário Ibiapina. Tanto os penitentes em seus relatos orais como os intelectuais e memorialistas da região atribuem às missões do padre Ibiapina a criação da prática penitencial[14]. No tópico seguinte analiso os primeiros relatos encontrados acerca da prática penitencial no Cariri cearense

---

10 A autora Verena Alberti afirma que há dois tipos de entrevistas: temática e história de vida. A primeira busca fazer perguntas diretamente ligadas ao objeto da pesquisa, a segunda baseia-se na biografia do entrevistado, através de sua história de vida o pesquisador busca compreender seu objeto.

11 O jornal A Ação foi criado na cidade do Crato seu período de publicação abrange de 1939, ano de sua primeira publicação até fim dos anos 60, voltando a ser publicado no inicio da década de 1970 até meados dos anos 80. Jornal católico dirigido e mantido pela Ação Católica da Diocese de Crato.

12 O Povo foi fundado por Demócrito Rocha em 1928 na cidade de Fortaleza, sua circulação é diária e abrange a capital cearense e o interior do estado.

13 O Diário do Nordeste foi criado em 1981, o jornal pertence ao grupo do Sistema Verdes Mares. Sua circulação abrange todo o estado do Ceará.

14 Vale ressaltar que, com o processo de romanização da Igreja Católica a partir da década de 1870, as missões de padre Ibiapina vão ser proibidas e que práticas como a penitência passam a ser desencorajadas.

no século XIX, utilizando como fonte, principalmente, o Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1860). Francisco Freire Alemão era um intelectual fluminense designado para compor a Comissão Científica de Exploração que realizou expedições ao interior do Ceará. O diário traz relatos do cotidiano da Comissão nas viagens. Entre os relatos do botânico, ele nos descreve o ritual penitencial, presenciado por ele e seus colegas da Comissão. As descrições são minuciosas sobre os objetos, a roupa, as pessoas que praticavam penitência, e o que sentiam ao presenciá-la. O viajante tratou a penitência como algo ligado ao horror e ao medo que esta causava, além de atribuir sua realização ao fanatismo religioso.

Depois desse Diário de Viagem[15], não identificamos outras fontes sobre penitência e somente na segunda metade do século XX é que vamos encontrar novos relatos acerca da prática penitencial. Com a criação do Instituto Cultural do Cariri (1953) e os escritos de seus membros, intelectuais considerados memorialistas da região é que encontramos novamente relatos sobre a penitência no Cariri cearense. Seus trabalhos ligam a penitência ao horror, ao medo e ao fanatismo religioso. Dessa maneira, foi sendo construída uma narrativa depreciativa acerca da penitência. Por fim, buscamos traçar os elementos que a constituem para tal construímos uma descrição dessa prática por meio da leitura das fontes e dos relatos dos penitentes.

No segundo capítulo, intitulado Memórias, identidade e os grupos na Festa de Santo Antonio, descrevo os grupos de penitentes da cidade de Barbalha: Irmandade da Cruz e Santas Missões, com base nos relatos orais de membros dos grupos. Através das entrevistas busco ressaltar as semelhanças e as divergências nos costumes, crenças, expectativas e práticas dos dois grupos, por eles apontadas. Além disso, pudemos traçar os elementos escolhidos por eles para comporem a identidade do ser penitente.

A penitência possui elementos que a singularizam como uma prática cultural popular de caráter religioso, ainda que tenha sofrido muitas transformações, fruto da sua inserção social e de suas próprias dinâmicas, especialmente a partir da década de 1970.

Nesse período, as políticas de incentivo ao folclore e ao turismo voltado para a cultura popular acarretaram mudanças na Festa de Santo Antonio, padroeiro da cidade

---

[15] Encontramos a obra A Ordem dos Penitentes (1937) de José Góes de Campos Barros então delegado de polícia responsável pela invasão policial que desmobilizou o Sítio Caldeirão (Juazeiro). O autor chama os seguidores do beato José Lourenço moradores da comunidade do Caldeirão de penitentes, por estes fazerem muitas orações, trabalharem pesado e serem muito devotos o que ele denomina como fanáticos. Entretanto, além das orações ele não faz referência a outros elementos do ritual penitencial, como o autoflagelo. Ver BARROS, José Góes de Campos (1937). *A Ordem dos Penitentes***.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

de Barbalha. O prefeito resolveu convidar os penitentes do município para participarem do desfile de grupos folclóricos da festa no intuito de incrementá-la para atrair turistas, visando o crescimento econômico da cidade. Buscamos analisar as transformações ocorridas na prática penitencial com a inserção dos grupos na festa.

No terceiro capítulo busquei refletir sobre a relação entre os penitentes e as políticas públicas. Inicialmente explicitei a criação de políticas de turismo e cultura a partir da década de 1960. Pude perceber que as políticas criadas nesse período visam incentivar o turismo voltado para a cultura popular e o folclore, sendo estes considerados elementos de grande relevância na construção de uma identidade nacional. Além disso, refletimos acerca de como este discurso foi apropriado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e pelos intelectuais da região do Cariri. Como fruto dessa política, ocorre a reestruturação da Festa de Santo Antonio de Barbalha. Como já foi dito, entre as medidas adotadas está a inserção de grupos folclóricos na festa, entre eles os penitentes.

Com a participação no desfile de grupos folclóricos, os penitentes passam a estabelecer uma relação com o poder público municipal via Secretaria de Cultura de Barbalha. Então, busquei refletir sobre os tipos de relação estabelecidos entre eles. Inicialmente verificamos a construção de um lugar de mediação da Secretaria entre os grupos e os demais agentes como: pesquisadores, cineastas, repórteres, estudantes, produtores culturais, dentre outros. Contudo, nos chamou a atenção a intensidade dessa relação entre os grupos e as funcionárias da Secretaria, que têm um papel ambíguo, transitando entre a mediação e a tutela, uma vez que havia uma interferência da funcionária que ia além da mediação, intervindo no cotidiano do grupo, muitas vezes "infantilizado-os" ou considerado-os "incapazes" de fazer determinadas coisas, para justificar sua atuação mais efetiva.

Além disso, com a valorização do patrimônio imaterial houve uma transformação no olhar da população e do poder público acerca da penitência, uma vez que esta passa a ser reconhecida como parte desse "novo patrimônio". Assim, a partir dos anos 2000, com o reconhecimento e a criação de políticas voltadas para o Patrimônio Imaterial, a penitência passa pelo processo de patrimonialização. Em 2003 é criada no estado do Ceará a Lei de Registro dos Mestres da Cultura do Estado do Ceará[16] (Lei 13.351) e em 2004 é realizado o 1º edital para a seleção dos Mestres da

[16] Essa lei segue a recomendação da UNESCO acerca dos Patrimônios Vivos da Humanidade.

Cultura. Entre os escolhidos está o penitente Sr. Joaquim Mulato, 1º decurião do grupo Irmandade da Cruz de Barbalha.

Dessa maneira, ao ter um penitente intitulado Mestre da Cultura, a penitência passa a ser alvo de políticas públicas e ações voltadas para a cultura e o patrimônio.

Buscamos então compreender como os praticantes percebem as mudanças que essas políticas trouxeram à prática, como os penitentes percebem essas políticas e as consequências das mesmas para o cotidiano do grupo.

Em síntese, propus perceber as "lutas de representações" estabelecidas sobre a prática penitencial e como se encontra a penitência nos dias de hoje.

Capítulo 01 A construção das narrativas sobre a prática penitencial no Brasil

1.1 Religiosidade e a atividade de penitência no Brasil

A religião e a religiosidade no Brasil são uma temática amplamente estudada por diferentes áreas de conhecimento. Entre as principais obras da historiografia brasileira sobre o tema estão: História da Igreja no Brasil (1979) de Eduardo Hoornaert e Riolando Azzi; O negro brasileiro (1940) de Nina Rodrigues; Cangaceiros e fanáticos (1965) de Rui Facó; O messianismo no Brasil e no mundo (1965) de Maria Isaura Pereira de Queiroz; O Milagre de Juazeiro (1977) de Ralph Della Cava; O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial (1986) de Laura de Mello e Souza; A heresia dos índios (1995) de Ronaldo Vainfas[17].

Os estudos sobre religião e religiosidade no Brasil nos apontam algumas especificidades ocorridas no Brasil. O historiador Ronaldo Vainfas ao falar sobre o catolicismo no Dicionário do Brasil Colonial afirma que dentro do projeto colonizador português estava a expansão da fé católica e este pensamento estava em consonância com o contexto da Contra-reforma e do Concílio de Trento (1545-1563) que tinham como objetivo a expansão do catolicismo, o controle dos fiéis e o reforço da autoridade eclesiástica. Entretanto, a estrutura eclesiástica montada pela Coroa Portuguesa não era suficiente para alcançar tais objetivos. Havia a falta de preparo e insuficiência de padres. Como nos mostra Luiz Mott:

> (...) o colono, ao transferir-se da Metrópole para a América lusitana perdia muito da regularidade e freqüência da tradicional vida religiosa comunitária. [...] Aqui, muitos e muitos dos moradores passavam anos, sem ver um sacerdote, sem participar de rituais nos templos ou freqüentar os sacramentos. Tal carência estrutural levou de um lado à maior indiferença e apatia de nossos antepassados ante a práticas religiosas comunitárias, do outro, ao incremento da vida religiosa privada, que, na falta do controle dos párocos, abria maior espaço para desvios e heterodoxias (MOTT, 1997, p.163).

Dessa maneira o catolicismo colonial desenvolveu-se de forma particular apresentando determinadas características:

> 1) originalidade, pois era, em sua maioria formado por "pretos, mulatos e mestiços" que viviam a religião católica de maneira própria e com pouca influência da Igreja Romana; 2) afastamento da hierarquia eclesiástica e

[17] Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Campus, Rio de Janeiro, 1997 , p. 329 – 399.

> concentração da vivência católica nos engenhos, fazendas, arraiais onde se destaca a figura do capelão; 3) um catolicismo marcado pelo conflito, pois admitia a escravidão africana, embora se voltasse com freqüência contra o cativeiro indígena (VAINFAS, 2000, p.111).

Podemos ver as modificações que o catolicismo oficial sofrera na colônia, assim não podemos deixar de refletir sobre a religiosidade católica vivenciada aqui, fruto da combinação de diferentes culturas.

> as combinações originadas do cruzamento entre o catolicismo vivido pelos colonos portugueses – eivado de paganismo e pouco apegado a dogmas e liturgias - e as religiosidades indígenas e africanas, crescentemente mescladas ao catolicismo, além do judaísmo, que migrou para a colônia com os novos cristãos (VAINFAS, 2000, p.111).

As combinações geradas pelo cruzamento das práticas religiosas permitiram que o catolicismo colonial fosse considerado "mesclado e caracterizado pela plasticidade" (VAINFAS, 2000, p.111). Essa plasticidade possibilitou que os colonos vivenciassem sua fé de diferentes formas. O autor Luiz Mott agrupa os colonos em suas diferentes maneiras de praticar o catolicismo.

> (...) podemos agrupar os colonos do Brasil num gradiente que vai dos mais autênticos e fervorosos aos indiferentes e até hostis a religião oficial, a saber: *católicos praticantes autênticos*, que aceitavam convictamente os dogmas e ensinamentos impostos pela hierarquia eclesiástica, refletindo, em suas variadas práticas exteriores de piedade e os sentimentos mais profundos de sua fé na revelação cristã; *católicos praticantes superficiais*, que cumpriam apenas os rituais e deveres religiosos obrigatórios, mais com encenação social do que com convicção interior; *católicos displicentes*, que evitavam os sacramentos e demais cerimônias sacras não por convicção ideológica, mas por indiferença e descaso espiritual, muitas vezes incluindo em seu cotidiano "sincretismos" heterodoxos; *pseudocatólicos*: boa parte dos cristãos-novos, animitas, libertinos e ateus, que apenas por conveniência e camuflagem, para evitar a repressão inquisitorial, freqüentavam os rituais impostos e controlados pela hierarquia eclesiástica mas que mantinham secretamente crenças heterodoxas ou sincréticas (MOTT,1997, p.175).

Desta forma, a religião fora algo presente no cotidiano da colônia tendo como prática religiosa os rituais e as cerimônias. A ida às missas, o ato de confissão e comungar, a realização dos sacramentos eram rituais considerados obrigatórios para os católicos. Já as cerimônias e as devoções públicas eram incentivadas pelo clero, pois faziam parte da cultura religiosa em Portugal (MOTT,1997, p.160).

O autor Marcelo Camurça ao estudar o catolicismo colonial afirma que ele assume uma feição predominantemente *leiga e social*. Segundo o autor, era leigo devido à escassez do clero no interior (esse fato não era uma exclusividade brasileira), o que permitiu a população se organizar por si mesma, criando Irmandades e confrarias. O

caráter social se dava pelas sociabilidades religiosas fossem elas festivas ou penitenciais (CAMURÇA, 1996, p. 3).

As festividades religiosas marcam esse período, pois elas proporcionam às populações rurais sociabilizarem com as populações da vila.

> O caráter social deste Catolicismo se exprime ainda pela, dentro do calendário litúrgico, nas encenações das Paixões do Senhor Morto, quando a população projetava no sofrimento de Jesus, suas próprias vicissitudes (CAMURÇA, 1996, p. 3).

Vale ressaltar que muitas das celebrações religiosas que eram realizadas ao ar livre no Velho Mundo tiveram que ser deslocadas para dentro do templo na América Portuguesa devido ao clima, a presença de animais selvagens, além da presença de índios e negros "indômitos", para a elite branca, eram a gentalha de cor (MOTT,1997, p.161). Assim, muitos realizavam suas práticas religiosas em suas casas, os mais abastados construíam capelas em suas fazendas.

> A casa de moradia é o lócus privilegiado para o exercício da religiosidade privada dos católicos. Nas casas mais abastadas, o lançamento da pedra fundamental da construção contava sempre com a presença de um sacerdote encarregado de aspergir água benta no alicerce garantindo-se assim o bom futuro religioso do novo domicílio. (...) Dentro de casa, uma série de imagens quadros e amuletos sinalizavam a presença do sagrado no espaço privado do lar (MOTT, 1997, p.164).

Como já foi dito além das festividades, as atividades penitenciais eram presentes nesse período, segundo Luiz Mott a penitência para alguns católicos era algo prazeroso.

> Outros católicos dedicavam-se de corpo e alma à vida mística pelo prazer que tais exercícios pios costumam provocar em certas almas melancólicas e predispostas à autoflagelação física ou espiritual. Embora o medo do Inferno e da severidade do Juízo Final devesse pesar na opção pela aspereza da vida religiosa, para este segundo grupo de devotos, a severidade e estrita observância com que viviam no recôndito de suas casas e corações tinha como principal móvel o prazer interior que auferiam desse virtuoso estilo de vida (MOTT, 1997, p.178).

Além de ser prazerosa a penitência proporcionava aos seus praticantes uma espécie de prestígio pelo seu estilo de vida.

> (...) ter santo, penitente ou beato dentro de casa era a garantia de prestígio, visita infindável de devotos e recebimento de polpudas esmolas, prestígio social e vantagens materiais. Famílias carnais e irmandades religiosas disputavam com unhas e dentes o "monopólio" de certas beatas e taumaturgos, ávidas de controlar as espórtulas doadas pelos fiéis (MOTT, 1997, p.182).

Dessa forma havia muitos embustes e fraudes. Muitos inventavam ter visões e dons sobrenaturais visando obter o "reconhecimento social e o usufruir de mordomias

proporcionadas pelos devotos" (MOTT,1997, p.182). Isso fez com que muitos condenassem essas práticas religiosas. Beatas e beatos, penitentes muitas vezes eram considerados farsantes e embusteiros ou pessoas fanáticas e ignorantes.

Essa perspectiva aparece na descrição dos viajantes, conforme nos mostra Marcel França, por meio do relato de um viajante chamado La Caille, astrônomo, que ao visitar o Rio de Janeiro no século XVIII, que dizia que:

> Quase não há sociedade nesta urbe, o que não impede que o desregramento de costumes encontre aí campo fértil. Desregramento de que não escapam nem os membros do clero, nem os frades, estes últimos admitidos pelas Ordens sem nenhum critério. Há um tipo de penitente laico que sai durante a noite pelas ruas carregando uma pesada cruz e arrastando uma grossa corrente muito barulhenta. A conduta desses penitentes é tão escandalosa durante o dia quanto edificante durante a noite. Meu sono foi frequentemente interrompido pelo barulho das suas correntes e pelos seus gritos implorando misericórdia. (FRANÇA, 2011, p.61)

A penitência bem como outras práticas religiosas foram alvo de processos de Inquisição, como já foi dito a Igreja buscava regimentar os fiéis e colocá-los sob a égide da doutrina da Igreja e obedecendo as autoridades eclesiásticas. Com isso muitos passaram a realizar suas práticas religiosas em secreto, no íntimo do seu lar ou na calada da noite.

> "O segredo é a alma do negócio", diz o antigo brocardo popular, cuja prática e validade também funcionava em questões religiosas, seja pela obrigação imposta pelos inquisidores a todos os seus funcionários e réus de assinarem o "Termo de Segredo", comprometendo-se a jamais dar publicidade a tudo o que viram, ouviram ou falaram perante o Santo Ofício, seja pelos próprios praticantes de rituais heterodoxos, que faziam do segredo não apenas a camuflagem contra a denúncia e inquisições, mantendo também o monopólio exclusivo da manipulação de certos poderes preternaturais (MOTT, 1997, p.204).

As práticas religiosas podiam ser secretas ou não, dentro ou fora de casa, consideradas legítimas ou ilegítimas por parte da Igreja. No Brasil a religião e a religiosidade foram marcadas pela abundância de rituais e crenças, o que dificultou a "cristalização de uma religiosidade pública e eclesial, haja vista as grandes distâncias do território e perigos do transporte interno, a insignificância da vida urbana e o número reduzido de ministros, templos e da própria comunidade cristã" (MOTT, 1997, p.222).

Desta forma o catolicismo colonial segundo Ronaldo Vainfas foi sobretudo o das festas religiosas, celebrativo e marcado pelo sincretismo.

> "Um catolicismo "exterior" e celebratório, adaptado à fragilidade da estrutura eclesiástica então vigente. Catolicismo afetivo, pessoalizado, subordinado às estruturas do poder privado e sobretudo marcado pelo sincretismo religioso.

> Constituiu, de todo modo, poderoso traço de identidade na formação cultural brasileira (VAINFAS, 2000, p.112).

Assim, a religião e a religiosidade vivenciada no Brasil foram marcadas pela diversidade de formas e maneiras de viver a devoção. Veremos, então, como a devoção e as práticas religiosas características do catolicismo no Brasil, foram vivenciadas no Ceará, mais especificamente na região do Cariri cearense.

1.1.1 Religião e religiosidade no Cariri Cearense

Iremos aqui refletir sobre a vida religiosa do sertão cearense no século XIX, mais especificamente, da região do Cariri. Conforme Irineu Pinheiro, médico e estudioso sobre a região do Cariri cearense, o povo caririense sempre foi voltado para a religião, pelos motivos mais diversos.

> Foi sempre muito religioso, inda hoje o é, o povo do Cariri. Vive, como todo o cearense, a apelar para a misericórdia divina, no decurso de sua existência entremeada de épocas de farturas e felicidades e de miséria e morte (PINHEIRO, (1950) 2010, p.94).

De acordo com Ralph Della Cava[18], a vida religiosa do Cariri era caracterizada pelas relações marginais entre a Igreja oficial e as classes populares, pobres. Segundo ele:

> rara era a participação nas liturgias sacramentais; até mesmo o batismo e o matrimônio eram negligenciados, em virtude de serem pouco frequentes as visitas dos escassos sacerdotes às zonas rurais ou, então, porque os honorários clericais estavam acima do alcance dos pobres. (DELLA CAVA, 1977, p.27).

Apenas as missões ocasionais, normalmente pregadas por padres estrangeiros – no caso do Cariri, quase sempre capuchinhos – levavam a religião às classes populares.

Conforme Ralph Della Cava, as transformações da vida religiosa do Cariri começaram em meados do século XIX, entretanto as transformações mais importantes

---

[18] Ralph Della Cava é historiador norte-americano, membro do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Columbia, Nova Iorque. O autor pesquisou "movimento religioso popular" ocorrido em Juazeiro do Norte-CE, para tal ele residiu durante 14 meses na cidade. Essa pesquisa originou o livro Milagre em Joaseiro (1977). O autor usa a grafia Joaseiro do original em inglês (DELLA CAVA, 1977, p.11).

ocorreram entre 1860/1870[19] e *"foram devidas primordialmente, aos esforços de uma das personalidades mais conhecidas do Nordeste, o ardoroso missionário, nascido no Ceará, Padre Mestre Ibiapina"* (DELLA CAVA, 1977, p.30).

No ano de 1862, ocorreu a epidemia de cólera e as autoridades eclesiásticas permitiram que Padre Ibiapina pregasse uma missa em Sobral, pois a cidade foi assolada pela epidemia. Foi aí que Padre Ibiapina começou a fazer pregações e começou a fundar a congregação de freiras. *"No final do ano, recrutou as moças da cidade, deu-lhes um hábito religioso e delas obteve um voto solene de trabalharem na Vinha do Senhor"* (DELLA CAVA, 1977, p.30). Entretanto, essa iniciativa foi considerada uma *"afronta à entidade episcopal"*, pois passava dos limites da licença que tivera da Igreja, que era somente de realizar pregações. Em 1863, o então bispo do Ceará, dom Luís Antônio dos Santos, fora pessoalmente a Sobral condenar em público as práticas instituídas por Ibiapina e ordenou imediatamente sua saída.

Para compreender melhor a situação, é interessante contextualizar o período. Em 1854, foi criada a diocese do Ceará e em 1861 foi nomeado o 1º Bispo do Ceará, dom Luís Antônio dos Santos, tendo este a responsabilidade de estabelecer uma política básica para a diocese. Na perspectiva de Ralph Della Cava:

> Dom Luís procurava inaugurar uma nova era na qual a Igreja e o seu clero liderariam a substituição "do catolicismo colonial" do Brasil pelo "catolicismo universalista" de Roma, com toda a rigidez hierárquica, moral e doutrinária que tal transição implicava (DELLA CAVA, 1977, p.32).

Assim, iniciava-se o processo de *"romanizar o catolicismo brasileiro"* [20], que se caracterizaria pela *"centralização dos sacramentos, uma rigidez moral e sexual"*, cabendo ao clero o ensino da doutrina e a realização dos sacramentos. Podemos ver que os sacerdotes se tornam fundamentais nessa política, cabendo aos fiéis segui-los (CAMURÇA, 1996, p.3). Não havia espaço para o que muitos chamavam "*catolicismo popular*".

Ao estudar o Caldeirão e o Padre Cícero, Régis Lopes Ramos[21] nos remete à reflexão sobre o catolicismo oficial e ao catolicismo popular no Nordeste brasileiro[22]

---

[19] Entre os anos de 1869 e 1870 é realizado o Concílio Vaticano I que determinava a restauração da ortodoxia católica romana.

[20] A política de colocar o catolicismo nos moldes do catolicismo ortodoxo romano foi denominada como processo de romanização por vários autores, entre eles: Ralph Della Cava, Régis Lopes e Marcelo Camurça.

[21] Ver: RAMOS, Francisco Régis Lopes. Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades. 1. ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991;

visando explicar os fundamentos do misticismo religioso que historicamente caracteriza a região. Segundo Régis Lopes Ramos, é complicado definir as fronteiras entre catolicismo oficial e catolicismo popular, uma vez que, muitas vezes, ela é fluida ou inexistente. O autor salienta que esses conceitos e/ou categorias foram elaborados pela intelectualidade. Para ele, a definição de Ribeiro Oliveira é bastante interessante:

> Podemos então definir o catolicismo popular como um conjunto de representações e práticas religiosas autoproduzidas pelas classes subalternas usando o Código do Catolicismo Oficial. Isso significa que o Catolicismo Popular incorpora elementos do Catolicismo Oficial – os significantes – mas lhe dá uma significação própria que pode inclusive opor-se à significação que lhes é oficialmente atribuída pelos especialistas. O resultado é que o mesmo código religioso católico é diferentemente interpretado pelas diferentes classes sociais, de maneira que, sob uma unidade formal, escondem-se, de fato, diversas representações e práticas religiosas. Tal maleabilidade real, prática, do catolicismo, lhe permite ao mesmo tempo ser a religião dos dominantes e dos dominados, sem que as diversas significações atribuídas aos mesmos significantes religiosos deem lugar a múltiplos sistemas religiosos. (RAMOS, 2011, p. 36)

Desta forma, podemos perceber que havia uma apropriação do povo de símbolos e elementos católicos, entretanto, estes adequavam a prática religiosa à sua realidade. Assim, quando surgiam homens como Padre Ibiapina e posteriormente Padre Cícero, não era raro o povo aceitar e acompanhar suas orientações. Contudo, a hierarquia eclesiástica condenava essas ressignificações feitas pelas camadas mais pobres, tendo como ápice o processo de romanização da igreja, como já foi dito. Nesse contexto, a obediência aos superiores eclesiásticos era algo fundamental.

1.1.2 O Padre Ibiapina e a penitência: o mito fundador da penitência no Cariri

Ao estudar as práticas religiosas nos sertões nordestinos, percebemos que a falta de representantes religiosos católicos (padres, freis, freiras) era algo freqüente no século

---

RAMOS, F. R. L. . Imagens do Padre Cícero: sagrado e profano. Fortaleza: Museu do Ceará - Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 1999; RAMOS, F. R. L.. Padre Cícero: um visionário dos sertões. Fortaleza: Editora da Fundação Demócrito Rocha, 2000 e RAMOS, F. R. L. Papel Passado: cartas entre os devotos e o Padre Cícero. 1. ed. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

[22] Ao estudar sobre o Nordeste, vemos no trabalho "A invenção do Nordeste e outras artes" de Durval Muniz Albuquerque Junior uma análise sobre a construção simbólica da região Nordeste. O autor nos mostra como fora sendo cristalizada a imagem da região Nordeste como um "simples recorte geográfico" permeado de estereótipos. Para ele, a região Nordeste é inventada por meio da construção imagético-discursiva. (ALBUQUERQUE Jr., 2009, p.36). Régis L. Ramos ao utilizar o termo Nordeste brasileiro se remete a região Nordeste como um recorte espacial.

XIX. A quantidade de representantes da Igreja, portanto, era insuficiente para a demanda existente. Desta maneira, era recorrente a presença de missões religiosas, geralmente realizadas por padres e freis estrangeiros, "de ordens como a dos capuchinhos e lazaristas[23]". As missões tinham como objetivo fazer com que a Igreja alcançasse as populações sertanejas, tão desprovidas dos mais simples sacramentos eclesiais.

Entre as principais missões ocorridas no Nordeste, são destacadas pela historiografia as missões do Padre Ibiapina[24]. José Antônio Pereira Ibiapina nasceu em Sobral no Ceará, no ano de 1806. Deu início aos estudos religiosos no Seminário de Olinda em 1823. Com a morte de seu pai e do irmão na Confederação do Equador[25], abandonou os estudos eclesiais e dedicou-se à Faculdade de Direito, exercendo vários cargos importantes como: juiz de direito, chefe de polícia de Quixeramobim-CE e deputado provincial. Contudo, em 1853 larga as atividades seculares e vai dedicar-se as atividades eclesiais, sendo ordenado vigário geral e professor no Seminário de Olinda.

A partir de 1855, iniciam-se as missões de Padre Ibiapina pelos sertões nordestinos[26]. Como afirmamos acima, em meados de 1860 ele retorna ao Ceará, devido aos surtos de cólera, sendo enviado para pregar em Sobral que fora devastada pela epidemia. Nesse momento, Padre Ibiapina fundou uma congregação religiosa para mulheres e introduziu o hábito de chamar a todos pelo *"Santíssimo Nome de Maria"*

---

23 As missões capuchinhas no Ceará abrangeram cidades do Cariri, Itapipoca, Fortaleza, Canindé, dentre outras. Entre as principais obras da ordem larazarista esta a Fundação do Seminário da Prainha em Fortaleza.

24 Sobre Padre Ibiapina ver: MARIZ, Celso**. O padre Ibiapina, um apóstolo do Nordeste.** João Pessoa: A União, 1942; ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Padre Ibiapina, peregrino da caridade**. São Paulo: Edições Paulinas,1996. HOORNAET, Eduardo. **Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. São Paulo: Edições Loyola, 1881. RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (1860 –1883)** 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003

25 Movimento que eclodiu em algumas das províncias do norte, (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) tendo como objetivo a formação da república. Este movimento pregava uma maior autonomia das províncias. Em 02 de julho de 1824 é proclamada a república confederada, o movimento foi combatido pelo Império, sendo finalizado com a morte de alguns confederados. Ver: ALARCÃO, Jane Pereira de Sousa. **O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

26 Sobre as missões de Padre Ibiapina ver: LIMA, Osicleide Bezerra. **Trabalho, pobreza e caridade: as ações de Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste**.2010 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010; RIBEIRO, Josiane. **Penitência e Festa: as Missões de Padre Ibiapina no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2006 e DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

antes do nome de batismo, passando esta pratica a ser adotada por muitos fiéis. (DELLA CAVA, 1977, p.30).

Essas atitudes não foram bem vistas pelas autoridades religiosas e foram consideradas além dos *"estreitos limites da licença que tivera para fazer pregações"*. Com o processo de romanização da Igreja, atos como esses eram inaceitáveis, pois iam de encontro à política defendida pela Igreja. Assim, as atividades desenvolvidas por Ibiapina em Sobral foram suspensas e ele mandado embora do município (DELLA CAVA, 1977, p.30).

Ao sair de Sobral, Padre Ibiapina empreendeu missões em outras localidades da província, como: Crato, Barbalha, Missão Velha, Milagres, Porteiras, dentre outros[27]. O missionário angariava donativos: dinheiro, alimentos, animais e materiais de construção com objetivo de ajudar o povo. Entre as principais atividades desenvolvidas nas obras missionárias do padre estavam: a construção de igrejas, cemitérios, açudes, e principalmente das Casas de Caridade (MONTENEGRO, 2011, p. 151).

De acordo com Irineu Pinheiro a Casa de Caridade *"era destinada a educar meninas órfãs desvalidas, a receber pensionistas, tendo aula para meninas externas, a curar doentes, pobres, a receber enjeitados e mulheres convertidas"* (PINHEIRO, (1950) 2010, p. 149). Assim, as Casas de Caridade foram criadas por Padre Ibiapina com o intuito de abrigar crianças e moças (em sua maioria órfãs); ensinando-as a rezar, costurar, bordar, cozinhar, ou seja, a serem prendadas para poderem ser consideradas "mulheres de bem" para se dedicarem ao trabalho na obra do Senhor, ou para poderem fazer um bom casamento.

Padre Ibiapina, ao fundar as Casas de Caridade, estabelecia regras rígidas de funcionamento, O autor Irineu Pinheiro[28], nos apresenta as seguintes regras:

> Estabeleceu o Padre Ibiapina regras que deveriam, o mais rigorosamente possível, presidir a vida das comunidades por ele fundadas, determinando o horário em que as beatas e órfãs deveriam levantar-se e deitar-se, instruindo-as relativamente ás orações que deveriam ser rezadas durante o dia, e o modo como fazê-las, aconselhando-as com insistência o trabalho e o meio de evitarem conversações inúteis, ou nocivas murmurações, ensinando-lhes a maneira de se portarem durante as refeições, espiritualizando–as com leituras (...) apropriadas, aproveitando a ocasião para "algumas pequenas mortificações, não se fartando daquilo que mais gostar", aconselhando a disciplina e a obediência, a humildade e a caridade, regulando as relações das

[27] Além do Ceará, Padre Ibiapina realizou missões na Paraíba, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

[28] O autor é um memorialista da região do Cariri, por isso, muitas vezes não apresenta as fontes com as quais trabalha e de onde tira tais informações. Acredito que tenha conseguido tal informação do Estatuto das Casas de Caridade.

> Casas com estranhos às instituições, inclusivamente médicos e capelães, preconizando a vantagem de retiros espirituais, aos menos uma vez por ano, cousa "de uma necessidade para adeantamento no caminho da virtude" (PINHEIRO, (1950) 2010, p.158 e 159).

As Casas de Caridade trouxeram muito prestígio ao Padre Ibiapina, seja com os fazendeiros ricos, seja com os desvalidos da região, todos tinham respeito e devoção ao missionário. Nos estudos de Josiane Ribeiro, a autora nos mostra que o padre buscava demarcar os papéis sociais em suas missões. Com base na análise de periódicos tais como o jornal: "A Voz da Religião no Cariri", ela afirma que:

> (...) o sacerdote tratou, através das missões, de demarcar os papéis sociais e respectivas responsabilidades com a ordem e o desenvolvimento social. Ibiapina empenhava-se em apresentar os grandes fazendeiros e os prósperos comerciantes como os principais membros da sociedade, posto que eram responsáveis pelos destinos dos trabalhadores pobres, a quem deviam bons exemplos de retidão moral e uma prática baseada na caridade (RIBEIRO, 2006, p. 35 e 36).

Assim, ricos e pobres, se sentiam beneficiados pelas missões do padre, os primeiros pela criação das Casas de Caridade, que educavam suas filhas, e pela mão de obra produzida nas missões do Padre, uma vez que o mesmo incentivava o trabalho exaustivo, a disciplina e a obediência; os últimos pela fé e devoção ao padre, assim como pelas obras que ele fazia: construção de igrejas, cemitérios, cacimbas, açudes, dentre outros. Como nos mostra Abelardo Montenegro,[29] ao discorrer sobre a vida de Padre Ibiapina:

> "era ele recebido nas cidades e povoados debaixo de aclamações e flores ao som de música e ao espocar de foguetes. Entrava sempre acompanhado de cavaleiros que iam esperá-los ás portas de localidades" (MONTENEGRO, 2011, p.47).

Entre suas missões no vale do Cariri cearense, no período de outubro de 1864 a fevereiro de 1865, e de julho de 1868 a junho de 1869, Padre Ibiapina fundou as Casas de Caridade de Crato, Barbalha, Milagres e Missão Velha (DELLA CAVA, 1977, p.31). Além das construções das Casas de Caridade, são atribuídos ao padre milagres como o

[29] Abelardo Montenegro foi Doutor em Ciências Econômicas e professor emérito da Universidade Federal do Ceará, autor de diversas obras sobre a História do Ceará, na década de 1950 lança a obra Antonio Conselheiro, História do Fanatismo Religioso no Ceará, dando inicio a uma série de obras sobre o fanatismo religioso no Ceará, entre elas Fanáticos e Cangaceiros (1973), sendo republicado pela Secretaria de Cultura do Ceará em 2011(In Memoriam).

da fonte do Caldas[30], bem como a criação de irmandades religiosas, entre elas a dos penitentes de Barbalha, como nos relata "Seu Chico Severo":

> "Frei Ibiapina foi que teve uma epidemia, uma doença muito grande que chamava o cólera, morria gente aí, as peitada mermo diz, diz Joaquim Mulato que eles tava enterrando, o carro era varado pra enterrar que num dava tempo pra cavar cova, tava cavando uma vala aí, depois caía ali e mermo ali enterrava. Aí, Frei Ibiapina veio, criou esse grupo de penitente na, pra na oração, vê se, se combatia mais as doenças, né? Aí, ele dizia que foi fundado essa coisa, foi Ibiapina foi quem trouxe. Aí, foi Ibiapina... fundou essa casa de caridade no Crato, os cemitério que tem por aqui tudo foi ele que mandou fazer" (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

Por contribuir com a difusão do movimento religioso popular, Padre Ibiapina foi repreendido, uma vez que suas obras eram ligadas a curas milagrosas e irmandades religiosas, não estando dentro dos moldes do catolicismo romanizado pregado nesse período. Então, em 1969, Dom Luís, Bispo do Ceará, *"ordenou que cessasse todo e qualquer trabalho missionário no interior"* (DELLA CAVA, 1977, p.32). Para Della Cava, embora não se referisse a Ibiapina pelo nome, Dom Luís devia tê-lo em mente quando escreveu, no decreto, que as missões no interior haviam provocado *"não poucos inconvenientes, com detrimentos da disciplina eclesiástica e daquela paz e harmonia que devia reinar entre o próprio pastor e o rebanho"* (DELLA CAVA, 1977, p.32).

Mesmo com a saída de Padre Ibiapina do Cariri cearense (1870) as Casas de Caridade continuaram a funcionar, sob orientação episcopal.[31] As obras e as ordens religiosas criadas pelo padre continuaram beneficiando as populações. Alguns grupos de penitência atribuem sua criação ao padre, entre eles: Irmandade da Cruz e Santas Missões, ambas do município de Barbalha. Entretanto, não encontramos outras fontes que confirmem essa relação histórica além dos relatos orais dos penitentes na atualidade.

---

[30] É atribuído ao Padre Ibiapina o milagre da fonte do Caldas, no qual se diz que uma mulher enferma há muito tempo foi se aconselhar com o Padre e ele aconselhou-a a banhar-se na fonte do Caldas por três dias e fazer orações, assim fez a mulher ficando então curada e atribuindo o milagre ao padre. A história se espalhou e a fonte do rio tornou-se lugar de peregrinação. Segundo o autor esse fato foi publicado pelo jornal A Voz da Religião no Cariri (Crato) (DELLA CAVA, 1977, p.32).

[31] Esse pedido foi feito por Dom Luís ao Padre Ibiapina, pois as Casas de Caridade não poderiam ficar sob o comando das beatas que haviam sido lideradas pelo padre, pois estas eram muito devotas a ele, acreditando que o mesmo operava milagres. Lembrando que a Igreja visava ao processo de romanização do catolicismo, não era interessante que as Casas de Caridade ficassem nas mãos das beatas. Padre Ibiapina atendeu ao pedido enviando uma carta a madre superiora das Casas de Caridade.

1.2 Horror e medo: os discursos sobre a penitência no fim do século XIX e segunda metade do século XX

No seu estudo sobre a ordem dos penitentes, o pesquisador e cineasta Rosemberg Cariry[32] apresenta a trajetória da prática da penitência relacionada à religiosidade popular e ao Catolicismo. Segundo esse autor, a prática da penitencial é relatada desde o período medieval na Europa como meio para expurgar a culpa ou os pecados cometidos (CARIRY, 1985, p.19). Nos sertões nordestinos, é a partir do século XVII que aparecem os primeiros relatos dessa prática, sendo alvo de narrativas no século XIX por memorialistas, viajantes e, posteriormente, em meados do século XX, por intelectuais que estudam o Cariri.

Ao nos debruçarmos sobre a temática da penitência, notamos uma escassez de trabalhos sobre o assunto. Obras mais antigas não têm a penitência como objeto de estudo, estas apenas perpassam as memórias e histórias que compõem suas narrativas. Essas obras e os escritos dos intelectuais e memorialistas se tornam um importante material para os estudos sobre as práticas penitenciais.

Outro fator que dificulta uma reflexão é que tais estudos têm natureza memorialística, não apresentam fontes e não têm linearidade temporal-espacial. Desse modo, fica limitado o desenvolvimento de um panorama mais amplo dessa atividade.

Por isso é interessante situar o leitor sobre o "lugar de fala" dos autores e a teia de relações que os envolve, visando compreender como estes aspectos influenciaram seus escritos e, consequentemente, forjaram a construção de um discurso sobre a penitência e seus praticantes. (CERTEAU, 2000, p.66).

Ao buscar entender a construção dos discursos acerca do ritual penitencial, pensamos conforme Durval Muniz Albuquerque Júnior no texto Discurso e Pronunciamento ao afirmar que:

> Ao tomarmos um discurso ou pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informação nos traz, mas devemos perguntar como esse discurso foi

[32] Rosemberg Cariry pesquisou sobre as práticas penitenciais no Cariri cearense, publicando alguns artigos, entre eles: Ordem de Penitentes no Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense, nº 12, Juazeiro do Norte, 1985, p. 19 – 24. Além disso, inseriu os grupos de penitentes de Barbalha em diversos filmes como: O caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1986), Corisco e Dadá (1996) e Vida, Paixão e Morte do Padre Cícero Romão na Terra da Mãe das Dores (1998). Seu filho, Petrus Cariry, lançou o documentário A Ordem dos Penitentes (2002).

> produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p.235)[33]

Esses aspectos, embora não estejam explícitos no texto nos "falam" muito sobre ele. Para tanto, é necessário pensar sobre o "lugar" social, espacial e temporal no qual estavam inseridos os viajantes, memorialistas e intelectuais, autores de textos sobre a penitência, para entender de que forma esses fatores influenciavam na formação do discurso.

Iremos trabalhar com dois períodos distintos: a segunda metade do século XIX, com os relatos contidos no Diário de viagem do naturalista fluminense Francisco Freire Alemão e a segunda metade do século XX com os intelectuais membros do Instituto Cultural do Cariri.

1.2.1 Relatos de um viajante do século XIX: Francisco Freire Alemão

Ao estudar as memórias/narrativas sobre a penitência, percebemos que os discursos construídos em torno da mesma, estão inseridos numa ordem discursiva, que segue regras culturais, e é permeada de relações sociais e de poder (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 236).

O Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859 – 1861) é fruto de sua viagem exploratória aos sertões cearenses presidindo a Comissão Cientifica de Exploração criada em 1856 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB[34]. Como veremos adiante, a criação dessa Comissão Cientifica de Exploração veio para atender as demandas do IHGB com relação a construir uma "História do Brasil" calcada

---

[33] Artigo publicado no livro O historiador e suas fontes. O livro contém artigos de vários autores, abordando a utilização das diversas fontes históricas, um dos artigos intitulado Discurso e Pronunciamento, é escrito por Durval Muniz Albuquerque Junior no qual o autor realiza uma reflexão sobre as análises de discurso utilizando autores como Hayden, White, Michel de Certeau e Fourcault.

[34] Ver: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato 1859** – Volume 1: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2006. ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato – Rio de Janeiro, 1859/1860** – Volume 2: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2007.

no conhecimento científico. Conforme Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho[35], a comissão era:

> uma expedição cientifica composta exclusivamente por naturalistas e pesquisadores brasileiros, tencionava-se então não somente assinalar uma preocupação crescente transformada em necessidade estratégica – a de conhecer em detalhe a geografia, os recursos naturais e as populações espargidas nas fimbrias do território brasileiro (SILVA FILHO, 2006, p.9).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é criado em 1838 com objetivo de "delinear um perfil para a *"Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os princípios organizadores da vida social do século* XIX" (GUIMARÃES, 1988, p. 6). A fim de construir esse perfil, o IHGB foi traçando uma historiografia que desse conta da história da "nação brasileira" em sua totalidade ligada a tradição de civilização e progresso. Nesse contexto, surge a necessidade de integrar as regiões, dando a impressão de uma homogeneidade nacional.

Ao buscar conceber essa "história da Nação", o IHGB incentivará "*viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa que venha a ser coletado material que subsidie a escrita da história nacional – particularmente material referente aos diversos grupos indígenas – e que, possibilite o avanço no caminho da identificação do Brasil*" (GUIMARÃES, 1988, p.19). Além disso, as viagens exploratórias poderiam descobrir eventuais riquezas minerais, reconhecer fronteiras, verificar novas terras agrícolas e promover a *"interiorização da civilização"* (GUIMARÃES, 1988, p.19).

Nesse contexto foi criada a Comissão Cientifica de Exploração, o que influenciará seu olhar e escrita sobre a paisagem, os modos de ser e viver das populações visitadas.

Vale ressaltar que, para realizar tal empreendimento, o IHGB precisou de recursos financeiros que viriam do Imperador D. Pedro II, *"amigo das ciências e das letras"*, o que influenciou muito o olhar e a escrita dessa Comissão. O lugar escolhido para a primeira viagem foi o Ceará.

A Comissão que empreende a viagem ao Ceará foi dividida em 5 (cinco) seções: zoológica, liderada por Manoel Ferreira Lagos; astronômica e geográfica, por Giocorno Raja Gablagia; etnográfica e narrativa, por Antonio Gonçalves Dias; geológica e

---

35 Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho é historiador, professor da Universidade Federal do Ceará, publicou várias obras entre elas: Fortaleza Imagens da Cidade (2001) e Paisagens do Consumo - Fortaleza no Tempo da 2ª Grande Guerra(2002).

mineradora, por Guilherme Capanema e a botânica, por Francisco Freire Alemão, que presidia a Comissão.

A Comissão empreendeu viagens aos sertões cearenses em duas ocasiões: no período entre março 1859 e junho de 1860 e posteriormente de setembro de 1860 a julho de 1861. Entretanto, iremos tratar aqui da primeira ocasião, pois corresponde ao período em que foram visitadas a cidade do Crato e demais localidades do Cariri cearense (ALEMÃO, 2007, v.2, p. 9).

Conforme Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho, ao apresentar o primeiro volume do Diário de Francisco Freire Alemão (1859)[36], a Comissão Cientifica de Exploração, além de conhecer melhor o território brasileiro, visava também:

> (...) instituir um discurso de saber, de cariz nacional devidamente autorizado (posto que assentado nos princípios da observação direta e do rigor metódico) para inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade cientifica internacional. Se até então o Brasil figurava como fornecedor de numerosas espécies dos reino vegetal, animal e mineral que iam guarnecer as coleções e instituições estrangeiras, doravante se pretendia assegurar-lhe nova e mais proeminente posição nesse campo seleto: o de produtor de conhecimento, para tanto mobilizando algumas das personalidades, mais conhecidas e respeitadas no universo intelectual da época (SILVA FILHO in ALEMÃO, v.1, 2006, p. 09 - 10).

Ao refletir sobre o período em que foram escritos os relatos e as circunstâncias, é possível imaginar que para um médico e naturalista fluminense, algumas práticas "populares" do interior do sertão cearense causassem surpresa, espanto, mas também curiosidade. Vale ressaltar que os relatos etnográficos eram descritos de forma minuciosa, mesmo não sendo de sua responsabilidade (pois sua seção era a botânica).

Assim, as tradições, os rituais, os cultos e os sujeitos eram descritos nas folhas do diário. Entre as práticas narradas por Francisco Freire Alemão está a penitência, como podemos ver na citação abaixo:

> Logo que soa ave-maria toda a gente se descobre e [nos] pomos de pé a rezar. Nas sextas-feiras à noite concorre o povo à igreja para a adoração. Neste lugar em disciplina dos penitentes (esta penitência começou por pregação do Padre (Pausa), e quando o vigário mandou fechar o coro, porque o sujavam de sangue, se disciplinavam de noite na praça. Dizem-nos que são de ordinário gente dos matos, homens e mulheres, mulatos, cabras, pretos e não sei se brancos também; vão com o corpo nu para a igreja. Os homens com um

[36] Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho é autor da Nota Explicativa contida na publicação do Diário de Viagem de Freire Alemão (2006). Cabe informar que o diário encontra-se no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sendo publicado no ano de 2006, em dois volumes, pelo Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. O primeiro abrange Fortaleza – Crato (1859) e o segundo Crato – Rio de Janeiro (1859 -1860).

> capote e as mulheres com um lençol, todos com a cara coberta. (ALEMÃO, v. 1, 2006, p.200).

A descrição feita nos mostra detalhes de como ocorria o ato penitencial, o dia (sextas-feiras), o local (inicialmente a igreja posteriormente a praça) e, por fim, ele nos leva aos sujeitos que realizam a prática. É interessante ver como ele atribui a atividade à gente "dos matos" e classifica os praticantes também pela cor.

Além de construir um discurso de que a penitência era praticada por "populares", homens simples, pobres, outro aspecto que os relatos de Francisco Freire Alemão vão abordar é o horror que essa prática causava. Para ele, a penitência é algo pavoroso que causa medo e repulsa.

Podemos ver no relato de 03 de dezembro de 1859, o horror que este ritual (minuciosamente descrito) causava em Freire Alemão.

> Estando nós dormindo (a casa é na praça e muito próxima a igreja), ouviu-se depois da meia-noite (era sábado) oração cantada na igreja. Era o canto forte, entoado, monótono, grave e que me infundia sentimento religioso, mas atentando-se bem, ouvia-se também tinido de disciplina, então acresceu ao sentimento religioso certo horror. O Lagos e o Reis levantam-se e vão para fora ouvir, aproximando cuidadosamente do templo, então, dizem eles, ouvia-se perfeitamente o tinido das disciplinas, e horrorizados se retiraram; eu levantei-me também, assim como Vila Real e Manoel - fomos mais perto ouvir, mas nem pude perceber no meio do canto o som das disciplinas que os outros ouviam. Enfim nos recolhemos fazendo cada um reflexões diversas segundo seu modo de ver a respeito desses homens. Mal nos tínhamos deitado quando ouvíamos na calçada da nossa casa um dos penitentes pedindo esmola e pedindo padre-nossos, cantando num tom lamentável e sepulcral que nos fez ainda mais horror (ALEMÃO, 2006, p.217 -218, 03.12.1859).

Para aqueles homens cultos e letrados vindos da Corte, o ato de se disciplinarem (mutilarem-se) a altas horas da noite não fazia sentido, talvez por isso o narrador falasse que se recolhiam *"fazendo cada um reflexões diversas segundo seu modo de ver a respeito desses homens"* (ALEMÃO, 2006, p.217). Sabemos que o horror foi um sentimento predominante, pois aparece em vários momentos, seja nas orações, nos cânticos ou nas disciplinas.

Outro elemento que ajudava a fomentar ainda mais esse horror era o sangue dos penitentes, que ficava por todo lado:

> De manhã fomos todos ver a igreja, cujo corpo está ainda bruto, sem teto; o espetáculo era para dar horror e enjoo. As paredes, até a maior altura que a de um homem, estavam borrifadas de sangue a não ver onde se pusesse um

> dedo; pelo chão que é de terra, viam-se poças de sangue" (ALEMÃO, 2006, v.1, p.218).

Aliado ao medo e aversão que o ato penitencial causava, outros fatores foram associados à penitência: o fanatismo e a bandidagem. O primeiro sendo atribuído aos padres que incentivavam essa prática e os seus praticantes:

> Este modo de penitência foi aqui introduzido, creio que há dois ou três anos por um padre Agostinho, fanático religioso que o deixamos na capital. Quando ele pregou por estes sertões, se exaltou de tal modo o sentimento religioso do povo, que não se via senão penitência por toda a parte: nos templos, nas casas, pelos matos; parece que algumas mulheres morreram em consequência da abstinência e dos jejuns (ALEMÃO, 2006, v.1, p.218, 03.12.1859). **[Grifo nosso]**

O segundo – a bandidagem – pelos "tipos" que faziam o ritual e suas possíveis motivações:

> Muitos escarnecem desta gente e os têm por facínoras, hipócritas, ladrões, etc, etc. Asseguram que na noite de penitência há sempre um roubo de cabras e galinhas, etc, etc que voltando da igreja vão para a casa de suas amásias, que lhes lavam os cortes etc, etc. É isso possível e creio que muitos são levados a isso por remorsos de grandes crimes; mas é também possível que a exaltação e o fanatismo religioso impere sobre muitos; seja com o for o negócio não deixa de ser grave (ALEMÃO, v.1, 2006, p.219-220).

Desta forma, o ato penitencial foi sendo ligado ao fanatismo seja dos religiosos que o incentivavam, seja dos que o realizavam. Chama a atenção o fato de o intelectual tentar relacionar esse possível motivo (remorso por crimes cometidos) ao tipo de pessoas que eram penitentes: facínoras, hipócritas, ladrões.

Possivelmente a penitência chamou a atenção dos viajantes não só pelo horror que causava, devido à forma "brutal" que constitui seu ritual, e pela possível "índole" dos penitentes, mas também pela grande quantidade de pessoas que a praticava.

> Os penitentes reuniam-se nas praças (não cabiam nas igrejas), aí se disciplinavam horrivelmente. Faziam procissões rezando e disciplinando-se. No Crato a coisa chegou a grandeza; hoje tem acalmado muito e parece que aqui já cessou de todo, mas continua na Venda, em Lavras e talvez em outros lugares (ALEMÃO, 2006, v.1, p.219, 03.12.1859).

Ao ler os relatos de Francisco Freire Alemão, percebemos que seu olhar acerca da penitência e seus praticantes está diretamente relacionado ao lugar social, espacial e temporal no qual ele está inserido. Intelectual oitocentista de renome internacional, formado em medicina, um cientista, vindo da Corte para pesquisar os sertões do interior

do Ceará que vivia sofrendo com a seca (embora a Comissão não tenha vivenciado o período de sequidão), mas assolado pela pobreza que chamou bastante sua atenção:

> Uma das coisas que mais aqui nos atormentam é a quantidade de pobres, órfãos, de aleijados, de cegos, de presos da cadeia, que nos vem pedir esmolas, de joelho, chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embaraço. Eles supõem que seremos muito ricos e que podemos fartar a todos. O que fazer? Como resistir a tanta desgraça? (ALEMÃO, 2007, v. 2 p.14, 03.12.1859).

Para Alemão, penitência foi introduzida por padres fanáticos que, em meio a tanta pobreza e miséria, acharam terreno fértil, onde muitos homens e mulheres pobres, muitas vezes criminosos, acreditavam que ao penitenciar-se alcançariam o perdão dos pecados e uma sorte melhor no meio de tanta desgraça. Desta maneira, é construída uma visão imagético-discursiva acerca da penitência ligado-a a pobreza, ao horror, ao fanatismo e ao banditismo.

Esta abordagem sobre o ato penitencial foi apropriada por memorialistas, pesquisadores e intelectuais, seja do século XIX, seja da segunda metade do século XX. Iremos abordar no próximo tópico mais especificamente os intelectuais caririenses membros do Instituto Cultural do Cariri – ICC (1953).

1.2.2 O Instituto Cultural do Cariri e os escritos de seus membros

O historiador Durval Muniz afirma que *"tudo o que o historiador faz é análise de discurso, embora possam ter distintas maneiras de praticá-la ou mesmo de entenderem o que seja um discurso"* (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 236).

Dessa forma, buscamos compreender o discurso que foi criado pelos membros do Instituto Cultural do Cariri - ICC, na segunda metade do século XX, acerca da penitência no Cariri cearense. Veremos que tal discurso nos remete àquele defendido por Freire Alemão no século XIX. Partindo desse pressuposto, analisaremos o contexto em que foram escritos as obras e trabalhos dos membros do ICC, refletindo como o discurso construído no século XIX influenciou o seu olhar e consequentemente sua escrita sobre a penitência.

Pretendemos também traçar o lugar de produção dos membros do Instituto Cultural do Cariri, tendo em vista que *"o discurso é produzido em um dado lugar*

temporal, espacial, institucional, um lugar de fala ou de autoria" (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 235).

Assim, vamos refletir sobre o cenário que envolve os sujeitos sociais aqui estudados: a região do Cariri e o Instituto Cultural do Cariri, lugar de fala dos intelectuais caririenses.

A vila do Crato, criada em 1764 e elevada a cidade em 1853, foi a primeira cidade fundada na região do Cariri[37] e tem ascendência política, econômica, cultural e social sobre as demais localidades.

A elevação de Crato a cidade, conforme os estudos de Ítalo Viana, fez com que se acreditasse que *"enfim, o Crato teria entrado em "nova fase de progresso"*, uma fase que foi vista como momento de "moralização" da cidade, onde novos hábitos teriam feito florescer *"uma sociedade requintada em comparação a vida mais tosca em outros locais"* (VIANA, 2011, p. 16). Assim, a cidade do Crato despontava como *"pioneira da região exercendo domínio sobre as demais cidades da região*" (VIANA, 2011 p.16). Esse domínio durou menos de um século; na festa de comemoração do centenário (1953) da elevação de Crato a cidade veremos outra configuração.

O *"Milagre de Juazeiro"*[38] acarretou transformações na região. Com o *"Milagre de Juazeiro"*, o fluxo de pessoas devido às romarias impulsionou o comércio promovendo o crescimento da localidade (Juazeiro[39]) de forma rápida. Em 1911, Juazeiro torna-se cidade e tem como seu primeiro prefeito Padre Cícero Romão Batista, o *"Padim Ciço"*.

O crescimento de Juazeiro e o declínio econômico e político da cidade do Crato gerou uma disputa por espaço, poder e legitimação entre as duas cidades. Conforme Otonite Cortez, foram criadas representações da cidade do Crato e Juazeiro, onde os

---

37 Crato seria a quinta vila a ser elevada a categoria de cidade (1853). A cidade do Crato possuía vários distritos entre eles: Caldas e Juazeiro.

38 Ao ser enviado ao lugarejo de Juazeiro (1872) para realizar os atos clericais para os moradores do lugar, Padre Cícero "recebe" o chamado de Deus para ficar na localidade e cuidar da comunidade, então ele constrói a Igreja de Nossa Senhora das Dores, tornando-se o pároco de Juazeiro. Nesta capela, em 1º de março de 1889, ocorre o chamado 'Milagre de Juazeiro" onde a hóstia entregue por Padre Cícero a beata Maria de Araújo transformasse em sangue. A partir daí, Juazeiro torna-se local de visitação/romaria, passando a receber um volume de visitantes e moradores, até então inimaginável. Para um estudo mais aprofundado ver: DELLA CAVA, Ralph. **O Milagre de Joaseiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades.** Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural –NUDOC/UFC, 2011.

39 As receitas de Juazeiro tornavam-se maiores do que as do Crato, contudo não havia investimentos dos impostos em Juazeiro, o que foi trazendo um descontentamento, ao ponto de ser almejada a emancipação deste (até então distrito do Crato). Desta forma, é organizada por Padre Cícero e os moradores de Juazeiro uma campanha pela emancipação

moradores, por meio da rivalidade, colocavam que a primeira seria a "cidade da cultura" e a segunda a "cidade da fé" ou do "embuste", pois Juazeiro teria se desenvolvido graças a fé num milagre que para muitos foi fraudulento[40].

A rivalidade entre Crato e Juazeiro proporcionará a criação de discursos visando legitimar espaço, poder e identidade de cada cidade por meio de sua "história". Nesse contexto, em 1953, nas comemorações do centenário da elevação do Crato a categoria de cidade, foi criado o Instituto Cultural do Cariri – ICC[41].

Sabemos que a criação de Institutos Históricos era algo corrente desde 1838, com a criação do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro – IHGB, no Rio de Janeiro. De acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães, a criação de Institutos Históricos visava legitimar e consolidar o Estado Nacional Brasileiro, construindo uma memória e história da nação, dando a esta uma identidade que pudesse viabilizar uma coesão, uma homogeneidade, uma vez que os Institutos iriam ajudar a construir, através da história local, a história nacional, como já foi dito (GUIMARÃES, 1998, p.5). Foram criados vários Institutos, entre eles o de Pernambuco (1862) e do Ceará (1887). Os intelectuais caririenses fundam o Instituto Cultural do Cariri visando refletir não somente sobre a cultura, mas também construir a história da região, através de estudos sobre a História e Geografia locais, sendo o caráter histórico elemento marcante no ICC[42].

O Instituto Cultural do Cariri foi criado com o objetivo de construir uma história local (preferencialmente do Crato, embora coloque-se como da região do Cariri), visando fazer parte da história nacional. É interessante notar que no decorrer de um século (1853 – 1953) serão construídos discursos enaltecendo a cidade e "seus heróis", sendo o centenário da cidade o momento propício a incentivar, construir e legitimar ainda mais a construção dessa memória e história do Crato.

Segundo Ítalo Viana, foi *"no bojo das comemorações do primeiro centenário da cidade do Crato que houve um maior esforço de se debruçar sobre seu passado, convocando os "grandes homens" e seus "feitos gloriosos" a integrarem o quadro de referências simbólicas capazes de construir uma identidade cratense"* (VIANA, 2011,

---

[40] Até hoje a Igreja Católica não reconhece o milagre da hóstia transformada em sangue ocorrido em Juazeiro.

[41] Instituto Cultural do Cariri foi o nome sugerido pelo historiador Raimundo Girão que afirmava que o nome da entidade *"deveria congregar elementos culturais das várias concentrações demográficas do Vale [do Cariri]"* (ARAÚJO, Antonio Gomes apud BEZERRA, p.. 42)

[42] Podemos ver nas páginas da Revista Itaytera que a finalidade do ICC era realizar estudos sobre as ciências, letras e artes em geral, e, especialmente, da História e da Geografia Política do Cariri.Ver: Revista ITAYTERA, 1955, p.181; GOMES, 2012, p.1; VIANA, 2011,p.52).

p.16). As comemorações do centenário ajudaram a construir de forma mais intensa uma história local cratense ligada ao pioneirismo e à vanguarda na região. Para tanto, os membros do ICC começaram a eleger acontecimentos que seriam responsáveis por projetar o Crato "às páginas da história":

> Assim, o Instituto Cultural do Cariri (ICC) esteve objetivado pela definição, nomeação e classificação das particularidades que singularizavam a cidade do Crato e que partindo dessa lógica, diferenciava sua trajetória no tempo das demais cidades do Cariri cearense. Destaque-se que tal singularidade se referia á participação de alguns cratenses nos movimentos republicanos de emancipação do Brasil. Desse modo, a história que foi escrita no ICC esforçou-se em articular o nacional e o local; foi uma história com função pedagógica e que acentuou modelos legados a antepassados (VIANA, 2011, p. 35).

Entre os episódios foram destacados: a Revolução Pernambucana de 1817, a Independência do Brasil (1822), a expedição de Fidié no Maranhão e Piauí (1823), a Confederação do Equador (1824). Contudo *"o acontecimento fundador do Crato na história teria sido 1817,*[43] *daí que todos os outros movimentos que a ele se seguissem teriam apenas reverberado seu ideal"* (VIANA, 2011, p.17).

Criado em 04 de outubro de 1953 e sendo instalado dia 18 do mesmo mês, o Instituto Cultural do Cariri era formado por sócios fundadores, efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Cada categoria dessa classificação possui suas especificidades[44].

Desta forma, o Instituto era formado por membros que tivessem "idoneidade" moral e intelectual, representando assim a intelectualidade caririense:

> (...) todos os patronos tiveram incursões pelo jornalismo, docência, política ou religião, além de terem sido advogados ou médicos de profissão. No ICC dizia-se que esses homens nasceram tão poéticos quão heroicos e que ao plantarem as sementes da liberdade e do saber nesse oásis esplendoroso, justificaram a escolha de seus nomes para homenagem prestada pela entidade (NASCIMENTO, apud VIANA, p. 46).

---

[43] Movimento emancipacionista conhecido como Revolução Pernambucana de 1817 ocasionado pelo descontentamento com o governo português e agravado pela crise econômica da região Nordeste, tendo como objetivo a independência com relação ao Império. A Revolução alcançou as províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ver: MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

[44] Ver: VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

De acordo com Ítalo Viana, o ICC foi tido como um *"centro socializador"* daqueles que, de algum modo, comungavam de um mesmo horizonte de ideias e pensamentos, o ICC reuniu nomes que acreditavam que "*a história do Crato era exemplo de virtudes morais, cívicas e culturais, inscritas na tradição iluminista de civilização e progresso"* (VIANA, 2011, p. 37).

Ao fundar o Instituto Cultural do Cariri, seus membros criaram a Revista Ytaytera (1955), com a finalidade de divulgar as atividades, ideias e pensamentos do Instituto. A revista era composta por informes e artigos escritos por membros do Instituto Cultural do Cariri e seus convidados. Ela funcionava como meio para publicizar os escritos desses intelectuais, sendo utilizada para apresentar ideias, construir identidades e legitimar a historiografia caririense desse período.

A historiografia da região é permeada por esse jogo. *"Aos poucos o ICC vai forjando a sua imagem que pretende ser a identidade* caririense. *Distinguindo-se da "Meca do fanatismo*[45]*" constituindo a memória hegemônica sobre a Região"* (MARQUES, 2004, p.48).

Podemos notar que a historiografia cratense será marcada por esses ideais, sendo o ICC um espaço institucionalizado que legitimará um discurso acerca da história, política e cultural do Cariri cearense, criando tradições acerca do Crato como uma cidade naturalmente vitoriosa, formada por "heróis" e, consequentemente, digna do status de "cidade da cultura", podendo assim eleger aquilo que era ou não civilizado.

Por isso, ao buscar refletir sobre os escritos dos intelectuais membros do Instituto Cultural do Cariri, faz-se necessário compreender o lugar da fala e sua relação com espaço, tempo, pois como podemos notar ela (fala) esta envolta de tensões, contradições, disputas, ou seja, por lutas de representação (CHARTIER, 1991, p.177).

Segundo Roger Chartier, as sociedades estão permeadas de relações e tensões e que estas produzem representações, muitas vezes contraditórias e em confronto, mas que dão sentido ao mundo dos indivíduos ou grupos.

> (...) os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações (fossem elas técnicas, econômicas ou

[45] Segundo o autor, o ICC vai construindo uma imagem da região do Cariri ligada ao Crato, pois Juazeiro representava o fanatismo por isso ele atribui a Juazeiro "Meca do Fanatismo", uma vez que a cidade cresce por ser um lugar de peregrinação de romeiros devido o "milagre" atribuído ao Padre Cícero. Essa disputa entre Crato e Juazeiro como referência na região do Cariri cearense marca os artigos da Revista Itaytera e da historiografia construída pelo ICC.

> demográficas). Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles, lutas de representação (CHARTIER, 1991, p.177).

Como já foi dito, podemos notar a tentativa de construir uma história local, uma identidade, ligada a uma ideia de civilidade e progresso. Uma temática que será apropriada por esses intelectuais é o folclore e a cultura, uma vez que está se buscando construir o discurso do Crato como "cidade da cultura", assim os intelectuais caririenses irão se debruçar e estudar o folclore e a cultura da região.

> Além da construção do projeto civilizador, baseado no pioneirismo cratense haverá outra temática bastante abordada nos estudos e reflexões do ICC. "Trata-se da "concatenação" e "difusão" do folclore local, até então "escondidos nos sítios caririenses" (MARQUES, 2004, p.39).

Isso fica muito nítido ao ler os artigos, livros e trabalhos dos membros do Instituto Cultural do Cariri. Entre os principais propagadores desse discurso estão J. Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, ambos membros do ICC, sendo o primeiro representante do Ceará na Comissão Estadual de Folclore[46] (1948) ligada a Comissão Nacional de Folclore (1947).

Eles vão publicar livros sobre a região do Cariri, seja de história, estórias, seja sobre folclore e cultura. Entre suas publicações podemos destacar: História do Cariri I, História do Cariri II, História do Cariri III, História do Cariri IV, Engenhos de Rapadura do Cariri e Folguedos infantis caririenses (J. Figueiredo Filho); Efemérides do Cariri (Irineu Pinheiro) e Cidade do Crato (juntos). Essas publicações construíram uma historiografia caririense, uma vez que tornaram-se referência para os trabalhos posteriores.

É interessante perceber a concepção desses autores sobre folclore e cultura[47]. Na obra O folclore no Cariri, J. Figueiredo Filho afirma:

---

[46] Ver: GOMES, Assis Daniel. Folclore: Patrimônio e Memória identitária caririense (1953-1980). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, ANPUH-CE, 23, 2012, Sobral. Disponível em: <***http://www.Ce.Anpuh.Org/1341755672_ARQUIVO_Textocompletoparaanpuh-Pibic-14.Pdf***>. Acessado em 07.01.2014.

[47] No 1º Capitulo da dissertação de Ítalo Viana ele analisa os escritos de Irineu Pinheiro e J. Figueiredo Filho.

> Desde outubro de 1953, por ocasião das empolgantes festividades em comemoração ao centenário de elevação do Crato a categoria de cidade, que o folclore caririense apareceu, com toda sua pujança. Para figurar naqueles festejos, foi preciso muito esforço do grupo intelectual, que depois fundou o Instituto Cultural do Cariri. Ainda existe certo ranço de prevenção contra os folguedos que nasceram da vida anônima do povo simples, dos brejos e pés-de-serra. Mas tudo foi contornado e vencido pela gente que lia e escrevia, na tradicional e progressista cidade do Crato (1962, apud MARQUES, 2004, p.39). **[Grifo nosso]**

O autor fala do ímpeto do folclore, mas deixando claro que era necessário adequá-lo à "civilidade" e ao "progresso" do Crato, sendo esta tarefa dos "homens das letras", uma vez que o folclore vinha do povo simples. É interessante ver que a "pujança" dos folguedos populares era notável a ponto de não ser notada, fazendo com que o mesmo fosse contornado, havendo assim uma apropriação por meio desses intelectuais que vão criar representações do que eles percebem como folclore.

Fica clara a apropriação do folclore e da cultura popular feita por meio dos intelectuais e que configura uma representação progressista e civilizada do Crato e da região do Cariri. Notamos que o fato dos elementos folclóricos e culturais serem praticados pelos "populares", como disse Freire Alemão "gente dos matos", que em sua simplicidade faziam suas danças, bandas, rodas e penitências, dificultou o trabalho dos estudiosos, pois eles *"tinham que contornar esse ranço"* ou aversão que havia das camadas mais abastadas pelos folguedos populares.

Assim, podemos perceber que foram sendo construídas as memórias, narrativas e histórias que conferiram legitimidade ao discurso de que o Crato e o Cariri cearense possuíam uma efervescência cultural pelos inúmeros tipos de manifestações culturais e folclórica existentes. Além disso, os intelectuais do ICC, com seus trabalhos, foram selecionando, escolhendo e elegendo as práticas culturais e folclóricas que se enquadravam na visão por eles concebida como a essência cultural da região.

Nesse contexto, compreendemos como foi a prática da penitência por esses intelectuais. O lugar de fala institucionalizado dos autores influenciou claramente seus olhares sobre essa atividade, que foi compreendida como fanatismo e ignorância, associada à aversão a essa prática e seus praticantes, por não se enquadrar na ideia de civilidade e progresso, lente por meio da qual compreendiam o Crato e toda a região..

Assim como Durval Muniz afirma que *"Não tomamos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção",* pensamos sobre os discursos dos intelectuais sobre a região do Cariri e a

penitência, estes não são uma verdade, mas uma construção a qual podemos empreender reflexões (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p.35).

Desta maneira, vamos nos debruçar sobre as obras de J. Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro. Embora haja outros membros do ICC que abordem a temática do folclore e cultura, eles foram aqui selecionados por suas obras serem referência para pesquisas e trabalhos da historiografia cearense, além de desenvolverem alguns trabalhos juntos e terem uma concepção historiográfica semelhante sobre o Crato, cultura e folclore. *"É sobretudo do ponto de vista cultural que Crato tem seu lugar privilegiado no interior nordestino. É na realidade a capital intelectual de importante trecho da interlândia, compreendendo parte do Ceará, Pernambuco e Piauí".* (PINHEIRO e FIGUEIREDO FILHO, (1955) 2010, p.69).

Em seus textos, Irineu Pinheiro trata da atividade de penitência e seu olhar será marcado pela crítica a essa prática, relacionando-a ao fanatismo e a superstição:

> [...] na população caririense dominou, e ainda domina em menor tomo, o fanatismo e a superstição. Em alguns municípios companhias de penitentes, por fanatismo, se flagelam à noite com disciplinas de ferro, às portas de capelinhas ou em frente dos cemitérios dos povoados (PINHEIRO, (1950) 2010, p.96).

Em sua obra O Cariri (1950), o autor traz suas memórias acerca do ritual penitencial por ele assistidos:

> Por ter me referido a procissão de penitentes, mui comum antigamente no sul do Estado, relembro uma a que assisti no Crato, de noite dentro de casa, a rótulas fechadas, um frio de terror a coar-me a alma do menino. Na sala de visitas, cujas luzes se haviam apagado alguns dos presentes procuravam ver por entre as fasquias das rótulas o préstito que passava na rua cheia de tinir o ferro das disciplinas e do clamor angustioso dos devotos. No dia imediato viam-se grossos pingos de sangue nas lájeas das calçadas, do patamar, no piso e nas paredes da Matriz. Em uma dessas paredes desenhava-se nitidamente a mancha vermelha das costas de um flagelado (PINHEIRO, 2010, p. 230).

Podemos ver que Irineu Pinheiro constrói uma memória/história sobre a penitência, ligando-a ao medo, horror e fanatismo assim como Francisco Freire Alemão. Outro a legitimar esse discurso será J. Figueiredo Filho.

Em sua obra, O Folclore no Cariri, de 1962, J. Figueiredo Filho traz um apanhado das suas memórias, pesquisas e estudos sobre as manifestações folclóricas da

região, elencando os diversos tipos de folguedos. Apresentando os penitentes da seguinte forma:

> Depois de passarmos revista em atraente motivo folclórico, dos mais bonitos, por sua variedade, com jovens a dançarem, fitas de cores e orquestras, iremos entrar em terreno bem sinistro os penitentes. Só o nome faz arrepiar os cabelos da gente. Hoje, graças a Deus, estão praticamente extintos do panorama caririense. O penitente é fruto do falso misticismo, exacerbado por religião mal compreendida. Em Crato mesmo cabeça pensante da região, já medrou irmandade de penitentes. Presentemente, esses castigadores de si mesmo, por motivos de misticismo exagerado refugiam-se em Jardim e tendem a desaparecer (FIGUEIREDO FILHO, (1962) 2010, p. 94).

Ao falar dos grupos de penitentes, Figueiredo Filho os coloca num lugar diferenciado das demais manifestações (bonitas e atraentes), os remete ao sinistro e os desqualifica ao chamá-los de fruto de um "misticismo exacerbado". Por fim, afirma ser necessária sua extinção, inicialmente do Crato e posteriormente do Cariri.

Para embasar suas afirmações, esses intelectuais nos remetem aos detalhes do ritual, desde os cânticos até a disciplina (autoflagelo) e a consequência da mesma: o sangue nas calçadas e nas paredes.

> Nas procissões de pedir chuvas, em época de seca, castigavam-se tanto que o ensopava as estradas. Entoavam cantos lúgubres que serviam de assombração para a criançada (FIGUEIREDO FILHO, (1962) 2010, p.95).

Além de Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho, o escritor Otávio Aires de Menezes de Juazeiro do Norte também via a penitência como algo ligado a ignorância religiosa.

> Homens encapuzados, cantando benditos, na maioria, cânticos desconhecidos, ajoelhados aos pés de cruzes que pontilham ao longo da subida da ladeira, ou açoitando a si mesmos, até produzirem ferimentos em suas costas desnudas, todos pertencentes a comunidades ou seitas secretas que certamente são filhos da mais pura ignorância religiosa de povos atrasados (MENEZES, 2012, p.93).

O autor fala dos penitentes como frutos de uma ignorância religiosa e lamenta o fato desse tipo de prática ocorrer no Cariri cearense.

> Fazendo funcionar tais sistemas, os componentes destas comunidades parecem concentrados para o aparecimento de fatos dos quais passo a descrever agora e o mais triste, de tudo isso, é saber que esses bárbaros, chamados penitentes, foram criados em todo o Cariri por inspiração do famoso Padre Ibiapina, homem que demonstrou um espírito missionário profundamente religioso, solidário e altamente edificante, espalhando um trabalho magnífico de realização e exemplo de amor ao próximo (MENEZES, 2012, p.93).

Desta forma, cristalizou-se essa imagem da penitência como algo repulsivo, realizado por homens pobres e ignorantes, imbuídos de um fanatismo, um misticismo exacerbado. Essa ideia marcará a historiografia acerca dessa temática, uma vez que são raras as obras que tratam do assunto, tornando-os referência e sendo reproduzida em outros trabalhos.

A penitência só será vista com outro olhar a partir da década de 1970, ao passar por transformações significativas. Sua associação ao fanatismo religioso progressivamente deu lugar à sua representação como manifestação da cultura popular, como vermos adiante.

1.3 Entre orações, benditos e açoites: uma descrição da penitência

1.3.1 Elementos que constituem o ritual

A prática da penitência é composta por três elementos que a caracterizam. São eles: os benditos, as orações e o autoflagelo ou disciplina[48]. Os benditos são cânticos com letras ligadas a pedidos, agradecimentos ou exaltação a Deus ou algum santo (muitos ligados a Virgem Maria). Nas letras dos benditos, os penitentes pedem perdão pelos pecados ou agradecem uma graça alcançada. Como podemos ver no trecho do bendito abaixo:

> Quando prenderam o senhor pra sentir suas dores pelo nosso redentor
> Padeceu a sua dor e sendo nosso redentor
> Quando prenderam Jesus foi com uma grande crueldade
> A sentença que lhe deram...
> Quando prenderam Jesus foi na maior aflição
> A sentença que lhe deram foi de sua morte e paixão
> A sentença que lhe deram foi de sua morte e paixão
> Quando prenderam Jesus foi com uma grande crueldade
> O judio já era grande, um puxava e outro arrastava
> Quando prenderam Jesus foi com uma grande tirania.[49]

[48] Além de autoflagelo, os termos disciplina, trabalho ou serviço são utilizados pelos praticantes (penitentes) para o ato de se mutilar, carregar pedras pesadas. Podemos ver a utilização desses termos nas entrevistas realizadas com membros dos dois grupos de penitentes de Barbalha-CE.

[49] Bendito cantado por Seu Chico Severo, penitente do grupo Sítio Cabeceiras em entrevista realizada dia 20/01/2013, seu Chico Severo faleceu em maio de 2013.

Os **benditos** se caracterizam pela oralidade, uma vez que estes não são escritos, estão somente na memória do grupo, principalmente do decurião[50] – termo usado para designar o líder ou mestre do grupo. O decurião é o responsável por dar início ao canto dos benditos, portanto ele deve saber o maio número dos mesmos, sendo assim o detentor desse saber. Os grupos de penitentes de Barbalha afirmam saber mais de 180 benditos.

As **orações** que rezam são geralmente aquelas contidas no terço, sendo todos eles católicos. O **autoflagelo** consiste no ato de mutilar-se com objetos cortantes, como o cilim e o cacho da disciplina[51], além de carregarem pedras pesadas e fazerem longas caminhadas. O autoflagelo é feito com objetivo de expurgar os pecados, mortificando o corpo.

As narrativas mnemônicas que envolvem a prática da penitência no Ceará atribuem sua criação aos religiosos, padres e freis, muitos deles missionários. Segundo Ralph Della Cava *"havia a Sociedade de Penitentes do Crato, fundada ou pelo menos dirigida por Padre Felix".*[52].

> Estes penitentes, cujas organizações e atividades no Brasil não eram esporádicas, tinham o costume de fazer reuniões nas ruas do Crato, altas horas da noite. Cobriam os rostos e os corpos com capuzes e capas, quase sempre marcadas com cruzes. Sob a direção do Padre Felix, os penitentes marchavam pelas ruas cantando hinos e recitando orações até chegarem, geralmente à meia-noite, ao cemitério do lugar. Uma vez ai, desnudavam as costas e "se disciplinavam" com chicotes de couro, nas pontas dos quais havia peças de metal afiadas e outros objetos cortantes (DELLA CAVA, 1977, p.38-39.)

Desta forma, foram criadas diversas ordens de penitentes no sertão Nordestino, na região sul da província do Ceará, hoje conhecida como Cariri cearense. A maioria atribui sua criação ao Padre Ibiapina, inclusive os dois grupos de penitentes de Barbalha: Irmãos da Cruz e Santas Missões.

Em entrevista ao Jornal O Povo, em 1997, o Decurião Joaquim Mulato faz questão de associar os grupos existentes ao Padre Ibiapina:

---

[50] Os termos decurião e benditos aparecem na pesquisa nas entrevistas e notícias de jornais do século XX, já o termo orações e mutilação (no século XX passa a ser chamado de autoflagelo) aparecem nos relatos do século XIX.

[51] O cacho da disciplina é um objeto feito de couro com laminas nas pontas e o cilício ou cilim espécie de cinto com lâminas colocado na cintura.

[52] Ralph Della Cava afirma que sobre a Sociedade de Penitentes do Crato e Padre Felix. Ver: Álbum do Seminário do Crato (1925); MENEZES, Paulo Elpídio. **O Crato do Meu Tempo**, Fortaleza: 1960 e PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: Seu descobrimento, Povoamento, Costumes**. Fortaleza, 1950.

> Aqui, nos longes do sertão de caatingas, estes grupos piedosos surgiram no século passado. O decurião de Cabeceiras. Joaquim Mulato de Sousa é quem diz: "Quem criou isto aqui (os grupos de penitentes) foi frei Ibiapina". O frei, diferente dos seus pares, que faziam política, enriqueciam, tinham filhos e mulher, internou- se pelo mato, batizando, confessando, casando, pregando, anunciando o fim do mundo" [53].

Assim, a prática da penitência introduzida por Padre Ibiapina foi apropriada pelos homens pobres, geralmente agricultores, que por meio da penitência se sentiam mais próximos de Deus. Como vemos na notícia abaixo:

> Os penitentes defendem a ideia de que o espírito pede sacrifício para purificar. Na sua concepção, "há de ter o dia do juízo final. Só que quando Nosso Senhor Jesus Cristo mandar o castigo, não vai avisar não. Com a penitência fica mais fácil melhorar a conta lá em cima", acredita Severino[54].

1.3.2 Os penitentes

Os grupos de penitentes geralmente são formados por homens[55], tendo como líder ou mestre do grupo, o decurião. Segundo Cícera Patrícia Alcântara Bezerra, a origem da palavra decurião é:

> Na chamada antiguidade clássica, a palavra Decurião designava o segundo nível da hierarquia militar romana. Em uma centúria romana, que compreendia um quadrado de 10 X 10 soldados, cada Decurião seria responsável pela organização e pelo controle de uma fileira. As questões hierárquicas entre os "simples" soldados e os Decuriões eram bastante frouxas, o que não ocorria na relação com os Centuriões, que ocupavam um lugar distintivo dentro dessa organização militar. (BEZERRA, 2010, p. 19).

Assim como o decurião na Antiguidade Clássica era responsável por organizar as fileiras dos soldados, o decurião dos penitentes é responsável por organizar o grupo,

---

53 CARVALHO, Eleuda. A festa do povo de fé. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 05 de junho de 1997, quinta-feira, p.6B).

54 VICELMO, Antônio. Mestre da Cultura morre em Barbalha. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 de fevereiro de 2009, quarta-feira, p.11. Sr. Severino Rocha é um dos membros mais antigos do grupo de penitentes Irmandade da Cruz. Entrevista realizada logo após a morte de Joaquim Mulato, 1º decurião do grupo Irmandade da Cruz.

55 Os grupos de penitentes Irmandade da Cruz e Santas Missões de Barbalha-CE possui somente homens como membros do grupo. As mulheres dos penitentes do grupo Irmandade da Cruz criaram um grupo de incelências. Por sua vez, o grupo de penitentes da cidade de Porteiras-CE possui mulheres como membro do grupo na atualidade.

marcar as reuniões, guardar o cruzeiro[56] que representa a irmandade, saber e ensinar os benditos, além de aconselhá-los a proceder no seu dia a dia.

Ao ver os elementos que compõem a penitência, podemos nos perguntar, mas o que é ser penitente?

Conforme Abelardo Montenegro, penitente é:

> (...) aquele que, às horas tardias da noite, junto a outros cruzeiros, ao pé das cruzes das estradas, diante de capelas e à porta dos cemitérios, e aí sob chefia do "decurião" ou do "ajudante", reza, canta, se flagela com as costas desnudas, por meio de "disciplinas, durante certo tempo (MONTENEGRO, 2011, p. 140).

Entretanto, para o grupo vai além, como afirma o decurião do grupo Santas Missões*: "o penitente é uma pessoa que só pratica atos bons e tem muita fé em Deus. Quando precisa nós também fazemos a autoflagelação usando o cacho da disciplina"*[57]

O antigo decurião do grupo Irmandade da Cruz, Joaquim Mulato, falecido em 2009 dizia:

> "Os penitentes passam a noite embrenhados na mata rezando terço, "entoando prantos e ladainhas, que é pra andar no caminho certo". "Quem não quiser seguir na estrada certa, fica de castigo. Não pode beber, tem que respeitar a vida alheia, o mais perigoso é o baralho"[58]

Essas memórias e narrativas são construídas pelos diversos sujeitos como: intelectuais, pesquisadores, estudantes, jornalistas, produtores culturais, membros do poder público, membros da sociedade civil. Eles mesmos também constroem suas próprias narrativas por meio de suas memórias. O que não podemos deixar de ressaltar é que cada narrativa ou memória representa os interesses do narrador ou do grupo ao qual ele representa. Assim, a memória como elemento que embasa a identidade esta permeada de intenções. O autor Jaques Le Goff, ao refletir sobre memória nos afirma:

> Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo a oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação

---

[56] Cruzeiros são cruzes que podem ser fixadas nas estradas simbolizando o local de falecimento de um indivíduo, ou podem ser carregadas nas procissões. No caso dos penitentes é uma cruz de madeira com o desenho do Sagrado Coração que representa o grupo. Cada grupo de penitente possui seu cruzeiro.

[57] FAHEINA, Rita Célia. Penitentes da cidade de Barbalha lembram sacrifício de Jesus Cristo. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 7 de abril de 2007, sábado, p.10.

[58] LIMA, Paula. Cultura Viva dos Mestres. Vida & Arte. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 3 de setembro de 2007, segunda-feira, p.5).

> da recordação e da tradição, esta manifestação, da memória (LE GOFF, 2003, p. 470).

Essa luta a que nos remete Le Goff fica muito clara na fala dos membros dos grupos de penitentes, que buscam demarcar o espaço da prática da penitência, construindo, por meio de suas memórias e recordações, uma narrativa dessa atividade. Entendemos aqui a categoria de espaço como:

> Os espaços são reticulados de práticas, são redes de ações, são constituídas ponto a ponto, como num bordado, por atividades humanas das mais variadas naturezas: técnicas, jurídicas, econômicas, religiosas, estéticas, filosóficas, literárias e políticas. Os espaços são tramas que são tecidas em meio a um emaranho de práticas. Práticas em que estão investidos saberes e que implicam jogos de poder (ALBUQUERQUE Jr, 2008, pp.76 -77).

Os penitentes, ao buscarem demarcar o espaço e as características da penitência, visam legitimar a prática penitencial. Nesse jogo de construção do espaço por meio das memórias vai sendo delineada uma identidade do ser penitente. Desta forma, os grupos vão traçando suas estratégias e em alguns pontos suas narrativas se encontram.

A necessidade de construir uma identidade de penitente – que se realiza no sentimento de pertencimento ao grupo – geralmente ligada ao grupo e voltada para a "tradição" se dá pelo fato dessa atividade viver em constante negociação, passando por momentos de aprovação e desaprovação pelos demais sujeitos, como: Igreja, intelectuais e população. Assim, os jogos de poder proporcionam permanências e rupturas, permitindo, dessa forma, diferentes olhares sobre a atividade e seus praticantes, como veremos no capítulo 3.

Capítulo 2 Memórias, identidade e os grupos na Festa de Santo Antonio.

2.1 A penitência e seus praticantes

Ao buscar construir uma narrativa histórica sobre os grupos de penitentes existentes hoje em Barbalha, utilizamos como fonte as conversas e as entrevistas realizadas no campo de pesquisa, pois, como já foi dito, há um número reduzido de fontes documentais sobre os grupos de penitentes. Assim, esse capítulo esta permeado das falas dos sujeitos que compõem o ritual penitencial.

O presente capítulo é sem dúvida aquele no qual a pesquisa de campo se faz mais presente, por isso será mais descritivo. Pudemos perceber que o melhor caminho para falar dos grupos seria por meio da construção de uma narrativa sobre a pesquisa de campo e as entrevistas, pois a maioria dos trabalhos e pesquisas que dissertam sobre a penitência não trazem informações sobre a história singular dos grupos.

Essa ausência de fontes nos levou a refletir conforme Michel Pollack[59] sobre os esquecimentos, os silêncios que envolviam esses grupos, proporcionando alguns questionamentos e trazendo algumas respostas.

Pude perceber que as representações predominantes acerca da penitência e seus praticantes em Barbalha passam por três momentos distintos: 1) A associação da penitência ao fanatismo religioso e o horror; 2) A valorização da penitência como manifestação cultural com a inserção na Festa de Santo Antonio e 3) As transformações na atividade por esta ser alvo de políticas públicas.

Irei me deter aqui a refletir sobre a criação dos grupos de penitentes de Barbalha, a construção de uma identidade do ser penitente, a busca por legitimação e espaço para realização de suas práticas, e a relação entre a Festa de Santo Antonio e o processo de valorização dos grupos de penitentes como manifestação cultural.

---

59 POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun.1989. O autor, ao refletir sobre a memória, nos mostra que não é só o conteúdo dos relatos mnemônicos que interessam, mas também o que não é dito de forma clara, explicita, os silêncios são relevantes. Para Pollack, os silêncio e esquecimentos são indicadores que nos fazem refletir sobre as formas do sujeito lidar com o passado.

2.1.1 Os grupos de Penitentes do município de Barbalha

Ao pesquisar sobre a penitência vi que esta era presente em diversos municípios da região do Cariri cearense[60]. Entretanto ao fazer leituras, realizar algumas visitas a campo e participar de alguns eventos, um município chamou minha atenção, pela quantidade de grupos e a relação desses com o poder público e a sociedade civil, no caso, Barbalha.

O município de Barbalha[61] possui dois grupos de penitentes: Irmãos ou Irmandade da Cruz e Santas Missões. O primeiro é formado por moradores do Sítio Cabeceiras e o segundo do Sítio Lagoa[62]. O fato de ter dois grupos foi algo que me despertou o interesse, uma vez que se trata de uma atividade não usual e imaginávamos ter poucas ocorrências. Além disso, percebi que os poucos trabalhos sobre penitência ou grupos de penitentes geralmente abordavam o grupo Irmãos da Cruz, o que gerou indagações. Por que os penitentes de Barbalha são mais conhecidos que os demais grupos de outros municípios? Por que existem dois grupos, mas somente um é mais conhecido. Como se dá a relação entre os grupos? Há tensões?

Essas questões tornaram-se inicialmente o norte para a pesquisa, então busquei fontes bibliográficas sobre a história da cidade de Barbalha, sobre grupos de penitentes e também sobre o tema mais amplo de pesquisa. Foi quando fiz a primeira viagem a Barbalha, ao chegar na cidade me deparei com a escassez de livros sobre o município tendo algumas obras de Napoleão Tavares, médico e memorialista da região como principal fonte para compreender um pouco da história local.

A leitura de obras como *Pequena história da Paróquia de Santo Antônio de Barbalha* e *Barbalha Cultural* permitiram que eu percebesse os silêncios que envolviam a prática da penitência. Busquei indícios dessa prática e dos grupos na documentação da

---

60 A região do Cariri cearense esta localizada ao sul do estado do Ceará. Nela localiza-se a chapada do Araripe que abrange municípios dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco. Devido a chapada a região do Cariri cearense possui características de Bacia Sedimentar, o que viabiliza temperaturas amenas, chuvas estáveis, permeabilidade do solo e acumulação de água subterrânea, ocasionando solos férteis. Além disso, a região do Cariri cearense tem por característica o desenvolvimento de uma série de praticas do catolicismo popular como: as romarias, renovações, penitências, dentre outras.

61 O município de Barbalha localiza-se ao sul do estado do Ceará, na região do Cariri, distante cerca de 560 Km da capital do estado, Fortaleza. A cidade possui uma população em torno de 55 mil habitantes sendo formada pelos seguintes distritos: Arajara, Caldas e Estrela.

62 Os Sítios Cabeceiras e Lagoa são localidades do município de Barbalha. O primeiro localiza-se a 5km do centro de Barbalha e o segundo a 9 Km. Ambos são formados por várias casas, onde residem, em sua maioria, pessoas de uma mesma família da qual se originou a comunidade. Há na comunidade espaço para pequenas plantações, geralmente de subsistência e a criação de animais.

Paróquia de Barbalha, uma vez que a penitência é uma prática religiosa podendo ser apoiada ou criticada pela Igreja. Contudo, não encontrei qualquer menção aos penitentes nos livros da Paróquia, e esse "silêncio" já indicava a relação da Igreja com os penitentes.

Os livros de tombo da Paróquia a partir de 1928 estavam repletos de informações sobre a festa do padroeiro da cidade, Santo Antonio. Traziam informações sobre como a festa era organizada, os elementos que a compunham. Percebi que, ao longo dos anos, a festa passou por transformações, contudo é a partir da década de 1970 que a festa sofre mudanças que chamaram minha atenção, entre elas: a participação dos grupos folclóricos.

Essas informações, aliadas à leitura de outras fontes, me levaram a entender que a festa de Santo Antonio e os grupos de penitentes se relacionavam de forma direta, a ponto de ser um tópico importante dessa dissertação. Isso ocorre porque foi através da inserção dos grupos folclóricos que os grupos de penitentes de Barbalha alcançaram a visibilidade que tanto me intrigava.

Além disso, persistiam ainda algumas questões acerca dos grupos e da relação deles entre si e com outros agentes sociais. Então, fui a campo conversar com membros dos grupos visando entender a dinâmica que os envolvia, ouvir suas memórias e histórias almejando construir uma narrativa que refletisse as questões que perpassavam esses sujeitos em suas práticas como penitentes.

A primeira tentativa de contato com os grupos se deu através da pesquisa na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará SECULT-CE, onde tive acesso ao acervo da Coordenadoria de Patrimônio – COPAHC, composto, além de livros da área, pelos processos de tombamento da SECULT-CE e dossiês de candidatura dos inscritos no Edital "Tesouros Vivos da Cultura".

Esses dossiês trazem a ficha de inscrição, onde é possível conseguir o contato dos candidatos. Como sabia que membros dos grupos de penitentes de Barbalha haviam se inscrito no edital, busquei o contato deles nestes documentos.

A tentativa de conseguir marcar uma conversa e conhecer o grupo foi frustrante, pois, ao abordar um membro do grupo, ele não concordou com a proposta, afirmando que: *"só falamos com a senhora se a Gorete deixar, a senhora fala com ela e depois ela fala com a gente*". Esse fato fez com que eu buscasse saber quem era Gorete, e descobri que ela era funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha.

O contato com ela foi tranquilo, marquei de ir a Barbalha para que ela me levasse aos grupos. Chegando a Barbalha, percebi que Gorete era a responsável por organizar os grupos folclóricos, inclusive os grupos de penitentes, tanto para a festa de Santo Antonio como para outros eventos promovidos pela Prefeitura.

Daí surgiram outras questões que se tornaram a problemática central da pesquisa: Como se dá a relação dos grupos com o poder público em suas diferentes esferas? Quais são os sujeitos envolvidos? Há uma relação de mediação ou tutela por parte da Prefeitura com os grupos?

Enfim, mais do que nunca, era necessário conhecer os grupos para, através das conversas e entrevistas, perceber as tramas e os jogos de poder nos quais eles estavam inseridos.

a) Irmãos ou Irmandade da Cruz

As primeiras visitas e conversas realizadas em campo foram com membros do grupo Irmãos ou Irmandade da Cruz. O grupo mora na localidade do Sítio Cabeceiras, comunidade afastada do centro de Barbalha. Os membros do grupo, todos homens, moram em sua maioria nesse sítio sendo agricultores. Geralmente o grupo é formado por 12 membros como veremos adiante, entretanto esse número já chegou a 21 e atualmente o grupo possui 16 membros, composto de jovens, adultos e crianças. A faixa etária do grupo varia entre 10 e 92 anos. Durante a pesquisa o decurião[63] era o Sr. Severino Rocha (ele faleceu em outubro de 2013) intitulado Tesouro Vivo da Cultura em 2009 pelo estado do Ceará com a morte do decurião Joaquim Mulato.

Nas visitas realizadas ao Sitio Cabeceiras, percebi que a saúde de Sr. Severino Rocha estava debilitada, o que o impedia de exercer suas atividades no grupo, sendo então responsáveis por liderar o grupo o Sr. Chico Severo[64], Antônio da Amélia e Damião.

---

63 Sr. Severino Rocha faleceu em outubro de 2013, a pesquisa já estava na finalização do processo de escrita, por isso ele é citado como decurião. Desta forma não tenho a informação de quem é o atual decurião do grupo após seu falecimento.

64 Como já foi dito Sr. Chico Severo também veio a falecer no decorrer da pesquisa, em fevereiro de 2013, contudo no período da pesquisa ele era o responsável pelo grupo, uma vez que Sr. Severino Rocha já não acompanhava mais o grupo nas apresentações. Sr. Chico era um dos integrantes mais velhos do grupo, sendo responsável por ensinar os benditos aos mais novos, por ser um dos membros do

Ao buscar construir, por meio das memórias dos penitentes, sua história, penso que, conforme Halbwachs, a memória esta ligada aos grupos sociais dos quais os indivíduos fazem parte. Ele afirma:

> (...) o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente – e também de outras pessoas que possam legitimar suas próprias recordações – para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras. (HALBWACHS, 2006, p.72).

Isso é evidenciado nas entrevistas realizadas com membros do grupo concernentes a algumas questões, como veremos adiante.



Figura 3 - Joaquim Mulato decurião do grupo Irmandade da Cruz, do Sítio Cabeceiras.

Foto: Blog Cultura no Cariri. Disponível em: <http://culturanocariri.blogspot.com.br/> acessado em 29.01.14.

O grupo Irmãos da Cruz teve como primeiro decurião, Mestre Birro, como nos mostra a noticia do jornal O Povo de 11 de janeiro de 1998:

> O primeiro decurião (denominação dada ao mestre e líder) do grupo de penitentes foi José Francisco da Silva, o Birro. Viveu no século passado [XIX] e foi contemporâneo do Padre Ibiapina, com quem aprendeu a profissão. Quando morreu foi sucedido por Pedro Mulato de Souza e, desde 1943, o decurião é Joaquim Mulato de Souza, filho desde último[65].

---

grupo que sabia o maior número de benditos. Era um dos poucos que ainda realizava o autoflagelo. Muitos o comparavam a Joaquim Mulato. Por ser um dos entrevistados e líder do grupo durante a pesquisa é que ele se faz tão presente neste trabalho.

[65] BARROSO, Oswald. Viagens ao centro da Terra. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 11 de janeiro de 1998, domingo, p.5B.

Em 2009, o então decurião do grupo Joaquim Mulato vem a falecer:

> O mestre da Cultura Popular Joaquim Mulato foi sepultado na terça feira em Barbalha, a 503 km de Fortaleza, aos 89 anos, após ter sido atropelado por uma moto na estrada que ligava a cidade ao distrito de Arajara. Ele era o líder, ou "decúrio", da Ordem dos Penitentes do Sítio Cabeceiras e adepto de práticas de auto-flagelação. O mestre sabia cantar de cor mais de 180 benditos[66].

Com a morte de Joaquim Mulato, o grupo passou por um momento delicado, pois, para uma parte do grupo, o novo decurião deveria ser o Sr. Chico Severo e para outros, o Sr. Severino Rocha. É interessante ver como se dão as negociações dentro do grupo. Conforme a fala do Sr. Chico Severo, o então decurião, Joaquim Mulato, tinha vontade que fosse ele, mas não deixou nada confirmado e ele, por sua vez, acreditava que fosse melhor ser Severino Rocha.

> Aí, quando foi..., quando ele morreu. Aí, o povo viero me dizer que era pra mim. Digo: não. Eu disse a ele (Joaquim Mulato) no dia que eu num tem, num tem condição de, de tomar conta do grupo. Ele disse:"cê tem, querendo tem." Aí, disse: "Não, mas você já tem seu chefe que é Severino que lhe ajuda, e ele é muito sabido. Ele sabe muito mais que nós, né?" Aí, num pode ser pra mim. Aí, quando ele morreu como ele num disse nada a Severino, né? Aí, povo tudo ficaro dizendo que era eu. Aí, quando foi pra entregar a cruz fomo lá pra, pra igreja até o grupo de penitente da Lagoa vei também. Eu digo: "Não, o cruzeiro é de Severino" (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo, em 20 de janeiro de 2013).

Afinal, para ele, o Sr. Severino deveria ser o decurião, por saber uma maior quantidade de benditos.

> Ele sabe de todo bendito, de tudo... Nós num sabe do tanto dele, não. Ele é um, ele pra saber dessas coisas só ele mermo. Até Joaquim Mulato, sei nem se ele num sabia mais que Joaquim Mulato (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo, em 20 de janeiro de 2013).

Desta forma, o Sr. Severino tornou-se o decurião do grupo e Sr. Chico Severo o 2º decurião. No fim de 2009, o Edital "Tesouros Vivos da Cultura" diplomou Severino Rocha como Tesouro Vivo da Cultura.

---

66 2 min. Cultura. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 26 de fevereiro de 2009, quinta-feira, p. 3.



Figura 4 - Sr. Severino Rocha, 1º decurião do grupo Irmandade da Cruz após o falecimento de Joaquim Mulato.

Foto: Jornal Diário do Nordeste 27.02.2009.

Disponível em:< http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=617836> acessado em 29.01.2014.

Outra questão recorrente nas memórias dos penitentes Irmãos da Cruz era a entrada para a Ordem. Eles nos contam o que deveria ser feito para pertencer ao grupo. Segundo Sr. Epitácio, para entrar no grupo era necessário pedir permissão ao mestre.

> Quando eu tinha doze ano, eu comecei ter vontade de andar, né? Mas tinha medo de pedir o mestre, era mestre Joaquim, tinha vergonha de pedir a ele. Meu cunhado também era penitente. Aí, falou com ele pra eu entrar. Disse: "Cadê ele?" eu tinha ficado lá atrás escondido, né?
> Aí, eu vim. Chame ele, aí. Aí, eu vim, cheguei. "Epitácio, tu quer andar mermo?" Digo: "Quero." "Tu num vai descobrir os penitentes, não?" Digo: "Não, vou não." Aí, eu comecei a andar, né? Eu tinha doze ano, hoje tô com setenta e cin..., setenta e três (Entrevista concedida por Sr. Epitácio em 20 de janeiro de 2013).

Sr. Antônio da Amélia nos relata que também passou pelo mesmo processo. Pediu para Severino Rocha, na época 2º decurião, e este resolveu esperar a chegada de Joaquim Mulato.

> Quando Joaquim chegou, ele me chamou. Aí, "Joaquim, que é o chefe, Joaquim, tem um menino de Amélia que quer entrar nos penitente. Cumo é? Que é que você diz? Vamo lá." Você quer entrar nos penitente? Quer entrar no grupo? Fazer parte? Joaquim sabia falar. Quer fazer parte do grupo pra cerimônia da cruz pra... Mas só pra eu ir hoje e amanha encontrar o povo, não. Eu quero ficar pra ser..., enquanto eu tiver vida, é pra ficar. Ele: "Pois, muito bem. Vambora." (Entrevista concedida por Sr. Antônio da Amélia em 29 de janeiro de 2013).

Um ponto interessante a ser abordado é o fato da penitência ser uma prática realizada dentro da comunidade, onde a maioria dos membros é parente e aprendeu o

ritual com o avô, pai ou tio. Esse fato é lembrando por diversos membros do grupo, como podemos ver nas falas abaixo:

> Resolvi ser penitente quando eu era pequenininho, de oito a dez ano. Meu avô era penitente, aí foi e me chamou pra eu ir, aí eu fui, aí num deixei mais. (...) os menino os pai ou os avô que levava, né? (Fala de Sr. Chico Severo, em entrevista realizada em 20.01.2013).

> Eu entrei, eu tinha... Meus pai era de..., meus pai era penitente, meus avô era penitente, Chico é meu primo legitimo, é penitente, né? (Sr. Antônio da Amélia, em entrevista concedida em 29.01.2013).

> É meu avô, tem vez que é tio Chico que eu vou lá pra casa dele. De vez em quando é ele dois. **[Robertinho tem 10 anos e é o membro mais novo do grupo Irmãos da Cruz]** (Entrevista concedida por Robertinho em 20.01.2013).

A transmissão de pai para filho da prática da penitência é algo que se repete em outros grupos, entre eles, o Santas Missões, como nos relata o Sr. Vicente Ludugério:

> A penitência, a minha quem me ensinou foi meu pai, né? Agora, de ele pra trás eu não sei, porque muito velhinho, né? Num sei quem ensinou ele. (Sr. Vicente Ludugério da Paixão, membro do grupo Santas Missões, Entrevista concedida em 22.01.2013).

O fato de a penitência ser ensinada de geração a geração permite que os penitentes atribuam à prática uma tradição, no sentido de ser algo feito há longo tempo e repassado de pai para filho.

Assim, os pais ou parentes mais próximos levavam seus filhos para falar com o decurião/mestre e pediam autorização para eles entrarem no grupo. Além de pedir permissão, era necessário seguir as regras impostas por ele, como nos mostra Sr. Chico Severo.

> Na época, tinha que fazer penitência era chegar lá, falando com o mestre, o chefe. Aí, o chefe explicava tudo como era: a gente não podia beber cachaça, num podia andar de farra. Aí, pra ser penitente e o cabra fizesse o papel, entrava no castigo. Aí, era isso aí que você sabe.(...) Pedir o chefe, sendo, sendo solteiro ou menino mermo, que os menino os pai ou os avô que levava, né?(...) Agora, se fosse solteiro, podia ser também se fosse uma pessoa direita podia ir. Agora, se fosse casado, agora se fosse casado só no civil e fosse amancebado num podia ir não (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20 de janeiro de 2013).

É interessante ressaltar que esses requisitos para entrar no grupo ajudaram a construir uma identidade ligada ao penitente. Vale destacar que o outro grupo, como veremos a seguir, também criará suas regras e normas de pertencimento, e é nesse ponto que pude perceber semelhanças que aproximam os grupos e também aquilo que os

diferencia. Antes de entrar nesta questão, irei discorrer sobre o outro grupo da cidade de Barbalha, o Santas Missões.



Figura 5 – Grupo Irmandade da Cruz na Missa Social da Festa de Santo Antonio de Barbalha.

Foto: Jana Rafaella em 13.06.2012.

b) Grupo Santas Missões

O grupo de penitentes Santas Missões reside na localidade do Sítio Lagoa, zona rural do município de Barbalha. Esta ordem é formada por 12 membros, todos homens. Assim como os Irmãos da Cruz, os penitentes Santas Missões atribuem sua criação ao Padre Ibiapina, tendo como decurião Quinco Ludugério. Atualmente, seu filho, Olímpio Ludugério, é o decurião do grupo.



Figura 6 - Sr. Olimpio Ludugério, decurião do Grupo Santas Missões, do Sítio Lagoa.

Foto de Jana Rafaella em 13.06.2012.

Para entrar no grupo Santas Missões era necessário pedir autorização ao decurião. Como nos fala Sr. Zé Galego: *"No outro tempo só podia entrar se o decurião desse autorização pra entrar. Era muito... sacrificoso para poder entrar nos penitente"*(Entrevista concedida em 23.01.2013). Entretanto, não bastava somente a autorização, era necessário se penitenciar para entrar.

Sr. Vicente Ludugério, em suas memórias, nos conta o que fez para entrar no grupo.

> Olha, no primeiro dia que eu fui, eu me cortei. No primeiro dia que eu cheguei lá no pé da cruz, tinha uns meio carrasco, né? Hoje, tinha galinha, hoje num tem mais não, né? Eles pelejaram, né? Não tem que chamar pra comer uma carne de galinha, né? Vamo comer uma galinha gorda. Uma "falona" grossa, ninguém conhecia quem era. Aí, era no cumpade, tudo era cumpade. Não, cumpade o menino é muito novo, pode não. Ah, pode, pode. Aí, no primeiro dia eu num fui, não. Meu pai não deixou, não. Aí, no outro dia já começou. Foi na quaresma, né? Que quando é na quaresma a gente judiava mermo. E assim, ainda hoje, aqui e acolá nós ainda se corta ainda, trabalha ainda (Entrevista concedida por Sr. Vicente Ludugério em 22 de janeiro de 2013).

O grupo Santas Missões do mestre Sr. Olimpio Ludugério passou um período sem sua liderança, pois ele viajou para São Paulo, ficando seu irmão Sr. Vicente Ludugério que mesmo sem se sentir como mestre continuou organizando as atividades e cobrando o cumprimento das regras por membros do grupo.

> Eu mermo fiquei tomando de conta aqui bem uns tempo que eles foi pro São Paulo, meu pai já tinha morrido, eu fiquei, né? Aí, tinha gente que era mei, mei bruto, né? E tinha deles que queria chegar bebo, né? Aí, digo: Não, pois eu tenho que fazer do jeito que eu vi meu pai fazer. Eu num sou o decurião, não. Que nós tava assim, sem, sem mestre, né? Mas quem tava comandando era eu, né? Aí, eu sei que eu ainda judiei com um, um deles, né? (Entrevista concedida por Sr. Vicente Ludugério em 22 de janeiro de 2013).

Nas falas aparecem algumas tensões e conflitos no interior do grupo e as negociações feitas entre eles para sua permanência. Um exemplo disso é o fato do Sr. Olímpio ser quem sabe o maior número de benditos, mas não tem paciência para passar para os demais, esse fato gera preocupação nos demais membros do grupo, pois caso ele morra sem transmiti-los, o grupo não saberá os benditos.

> Mas se chegar um tempo de eu morrer, eu quero... Fim do tempo e eu morrer, a cruz se acaba porque ninguém sabe. Tá que nem lá em cima. Olha, se aqueles dois menino e... Se não for mais. Se acabou-se porque ninguém sabe, ninguém sabe bendito nenhum. Eu pelejo, né? ele não me ensina, não, que ele é carrasco. Olimpo é mei carrasco, né? quando ensinar é pra gente aprender só de ele cantar, você aprender. Mas não é assim. Eu as vez ensaiando, vez tô lá que eu chego primeiro. Combinamo de treinar um benditim aqui com meu sobrinho meu. Achou bom, né? De vez em quanto ele peleja. Só vai tio Vicente ensinando, que tio Olimpio é permite, não ensina não, e a gente tem é que aprender. Eu digo: É, pois é, a gente tem que aprender. Aí, eu, eu treino eles uma coisinha, mas é novim (Entrevista concedida por Sr. Vicente Ludugério em 22 de janeiro de 2013).

Outro assunto delicado dentro do grupo é o casamento, pois, como já foi dito, os grupos criaram algumas regras de conduta do ser penitente, que lhes dá o status de "homens de bem", um exemplo a ser seguido. Uma dessas prerrogativas é o homem ser casado no civil e na igreja, entretanto o decurião do grupo Santas Missões não é casado no civil, nem na Igreja com sua mulher, o que para os membros do grupo é "errado", como podemos ver em suas falas: *"Aqui aceita. Por que como é que aceita? O chefe mermo é que é. Eu tô lhe dizendo isso aí, né, senhora? Eu ainda vou me informar com o padre, vou me conversar... Se eu tô certo ou tô errado"* (Entrevista concedida em 23.01.2013). Esse fato causa conflito dentro do grupo.

Enfim, os grupos possuem suas memórias e representações a respeito de si, sejam elas individuais ou coletivas, que são marcadas por negociações, evidenciando os conflitos e os jogos que cercam os grupos. Além disso, eles têm por objetivo o reconhecimento da população e dos poderes instituídos do valor da sua prática e garantir assim o espaço social que a penitência e os grupos têm conquistado ao longo do tempo. Para tal, eles construíram um discurso em torno da identidade do ser penitente, e para garantir o pertencimento ao grupo há regras e condutas características.



Figura 7 - Grupo Santas Missões, do Sítio Lagoa no desfile de grupos folclóricos da Festa de Santo Antonio de Barbalha.

Foto de Jana Rafaella em 13.06.2012.

2.2 A construção de uma identidade do ser penitente

Como vimos, para ser penitente era necessário ter uma postura e seguir regras que permitiam aos mesmos serem respeitados pelo seu modo de vida. Desse modo, destacarei aqui algumas características consideradas fundamentais na identidade do ser penitente.

a) Elementos ligados à religião

Como já foi dito anteriormente, o município de Barbalha possui dois grupos de penitentes: Irmãos ou Irmandade da Cruz e Santas Missões. Sabemos que as atividades de penitência ocorre predominantemente na região do Cariri. Alguns

estudiosos afirmam que a região é conhecida por praticar o chamado catolicismo popular[67], que tem como característica a apropriação de práticas religiosas institucionalizadas aliadas a práticas populares, entre elas a penitência.

Segundo Anna Christina Farias Carvalho:

> O catolicismo diferenciado praticado no Cariri cearense é caracterizado por pautar-se pela experiência cotidiana de seus agentes produtores em contraposição ao instituído clericalmente. (CARVALHO, 2007, p. 78).

A penitência é uma prática de caráter religioso que tem por característica elementos do catolicismo instituído, mas que também empreendeu ressignificações. A autora Anna Christina Farias Carvalho[68], ao estudar grupos de penitentes do Cariri cearense, destaca:

> A partir das Irmandades de Penitentes, detentoras de uma espiritualidade tradicional oral e devocional cuja opção pela aproximação com o sagrado se dá através de práticas que não são necessariamente o caminho institucionalizado e sim o caminho da teologia vivida ou a "interpretação e absorção que cada fiel de um sistema religioso faz do seu sistema de crença" (CARVALHO, 2007, p. 70).

Ao fazer o ritual penitencial, os penitentes exercem sua fé e devoção e ao mesmo tempo trazem suas experiências cotidianas para dentro da prática, possibilitando assim que a penitência ganhe novos significados. É interessante ressaltar como os penitentes percebem a importância do aspecto religioso e moral da atividade, mas também se apropriam de outros aspectos que viabilizam manter a atividade.

A penitência por muito tempo foi menosprezada e criticada por parte dos intelectuais, pois para eles a penitência era algo ligado ao fanatismo religioso e a ignorância dos povos pobres, como nos mostra Abelardo Montenegro, ao falar do pensamento do Dr. Fernandes Távora[69] acerca da penitência:

> O Dr. Fernandes Távora, que viveu na cidade do Crato, afirma que se vivia em plena Idade Média, havendo "em todos esses usos uma forte dose de ignorância e fanatismo, que só a civilização iria, pouco a pouco, eliminando" (MONTENEGRO, 2011, p. 142).

---

67 Ver: DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2011.

68 Anna Christina Farias Carvalho pesquisou os grupos de penitentes da cidade de Juazeiro do Norte, sendo autora da obra: **Sob o signo da Fé e da Mística. Um estudo das Irmandades de Penitentes no Cariri Cearense.** Fortaleza: Editora IMEPH, Fortaleza, 2011.

69 Dr. Fernandes Távora foi um político importante do Ceará. Exerceu os cargos de deputado estadual, federal, interventor e senador. Era membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Os penitentes, por sua vez, buscam legitimar a atividade por meio do discurso ligado a religião. Afirmando que a atividade foi incentivada por padres da região e que sempre teve apoio da Igreja. No caso dos penitentes de Barbalha, eles atribuem a criação dos grupos ao Padre Ibiapina – em suas missões ao interior dos sertões nordestinos (1863 - 1883).

> Segundo nos relata Mestre Joaquim a penitência teve seu começo em Barbalha por ordem de Padre Ibiapina, em meados do século XIX, acrescentando a cruz que os penitentes carregam em seus rituais foi de Padre Ibiapina. Em alguns momentos, ele coloca que esta cruz foi confeccionada em 1920, ano que nasceu (CARVALHO, 2007, p. 77).

Ao atribuir a origem do grupo às missões de Padre Ibiapina, os penitentes buscam legitimar-se como detentores de um saber-fazer tradicional, uma vez que ocorre desde o século XIX. Além disso, eles buscam apoio da Igreja com base na alegação de serem herdeiros de um representante dela, o Pe.Ibiapina.

> Nossos penitentes são herdeiros das pregações do Padre Ibíapína e justificam a flagelação como forma de afastar a peste, a seca e a guerra[70].

Nas conversas que tive com membros dos grupos de penitentes, pude perceber que eles sempre se remetem à criação do grupo, às suas origens, ao Padre Ibiapina. Muitas vezes evocam sua criação a uma ordem papal. Entretanto, eles não fornecem uma data especifica de criação e nem como foi o processo. Não interessa aqui estabelecer "a origem" das ordens penitenciais, mas as representações dos grupos a esse respeito. Uma vez que a força das representações, segundo Frederico de Castro Neves: *"move montanhas, promove guerras sangrentas, produz pobreza e riqueza, define os "eleitos" e os "desviantes", estabelecendo a civilização e a barbárie"* (ALBUQUERQUE, 2008, p. 13).

Nesse sentindo, a atribuição de criação dos grupos ao Padre Ibiapina é algo recorrente nos trabalhos e relatos sobre a penitência, contudo cabe ressaltar que não há documentação que ligue ao Padre Ibiapina a criação de Ordens de Penitentes. Padre Ibiapina está ligado a missões religiosas empreendidas nos sertões nordestinos visando ajudar os pobres, levando tanto o aspecto religioso como melhores condições de vida para a eles.

---

[70] CARVALHO, Gilmar. Dois. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 03 de maio de 1997, sábado, p. 2.

Pude perceber que há nas falas dos grupos a constante afirmação de serem católicos, *"somos todos católicos, graças a Deus"* [71], que obedecem e seguem as regras da Igreja e por isso sempre tiveram o apoio da mesma.

> A igreja sempre teve apoio. Sempre, toda vida nós teve um apoio da igreja, que se nós num tivesse o apoio da igreja num adian..., adiantava nós ir, né? Sem o apoio da igreja. Nós só vamo através da igreja, né? Se num fosse o apoio da igreja ninguém, ninguém ia. (Sr. Zé Galego, membro do grupo Santas Missões, entrevista concedida em 23.01.2013)

> A igreja apoiou toda vida, apoiou. Até essa semana passada vei um padre aí, exigiu nós pra tirar um retrato. Ficou muito satisfeito de tirar um retrato com nós. Ele ia sair, num sei se ele vai pra São Paulo ou pra outro canto. Aí, nós fomo, tirou o retrato lá com nós (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20 de janeiro de 2013, Barbalha-CE).

Vale ressaltar que a relação com a Igreja passou por momentos de tensões. Segundo o Sr. Vicente Ludugério:

> Toda vida ela apoiava, porque, olhe, nesse tempo que nós fazia esses trabalho[72], trabalhava muito, né? Que, que tinha dias que era mais vago, toda noite eles queriam trabalhar. Aí, não dava porque era por causa de padre, padre... Tinha um que era vigário daqui, né? (...) Ele, ele, ele proibiu, né? Esses trabalho, né? Aí, juntou o padre e o delegado, que quando era pra fazer esse trabalho, pai tinha que ir na rua tirar licença, pedir o delegado pra poder fazer. Aí, foi uns amigo do padre também. Aí, o padre achou que era um exagero grande, pegar um novim aí, judiava, né? Que tinha que judiar, tinha que se cortar, tinha que começar do primeiro até o derradeiro (Entrevista concedida por Sr. Vicente Ludugério em 22 de janeiro de 2013). **[Grifo nosso]**

É interessante dizer que de todos os entrevistados o único a lembrar desse momento conflituoso com a Igreja foi Sr. Vicente Ludugério, pois todos os outros sempre se remetem ao apoio da Igreja, ao convite para participarem da Missa Social da Festa de Santo Antonio, da boa relação com os padres como vimos na fala de Sr. Chico Severo.

Não irei discutir aprofundadamente o fato da proibição do padre, entretanto há três possíveis justificativas para tal proibição: 1) Nos relatos de viajantes (como já foi dito no 1º capítulo) a prática da penitência no século XIX ocorria muitas vezes dentro da igreja ou em sua entrada, contudo no século XX a penitência passa a ser realizada somente nas estradas, nos cruzeiros e nos cemitérios. Acredita-se que isso ocorreu pelo processo de romanização da Igreja Católica, onde práticas como a penitência foram

---

[71] Fala de Sr. Epitácio em entrevista concedida na cidade de Barbalha em 20.01.2013.

[72] Trabalho para Sr. Vicente é sinônimo de penitenciar-se, realizar o autoflagelo.

desencorajadas [73]. 2) Outra questão seria o fato do ritual penitencial ser marcado pelo autoflagelo infligido pelos penitentes encher as Igrejas de marcas e poças de sangue, deixando a igreja em péssimo estado. 3) E por fim, outro fator dessa proibição estaria ligado a um certo padrão de saúde que se impôs, pois os objetos utilizados no ritual, assim como os ferimentos e a perda de sangue poderiam causar doenças, sendo uma questão de saúde. Apesar disso, os grupos sempre se remetem ao apoio da Igreja, como meio para legitimar a atividade.

Ao mesmo tempo em que almejam esse apoio institucionalizado, os grupos também fazem suas apropriações e ressignificações da atividade. Como afirma Anna Christina Farias Carvalho:

> (...) As ambiguidades de relacionamento entre o campo religioso das irmandades de penitentes e a Igreja servem de referência para pensarmos na resistência e re-apropriações do catolicismo popular. A relativa autonomia desses grupos religiosos exemplificada em suas crenças, práticas rituais e cotidianas refletem a constante re-apropriação e re-afirmação de valores religiosos traduzidos na "insistência" de práticas e rituais pelos grupos (CARVALHO, 2007, p. 79).

Um exemplo interessante apresentado pela autora está nos elementos que constituem o ritual penitencial: a oração, os benditos e o autoflagelo. Segundo ela, a oração caracteriza diversas tradições religiosas, fazendo parte do cotidiano das populações, sejam elas da urbe ou do interior (CARVALHO, 2007, p. 73 - 74).

No caso dos penitentes, as orações são um elemento importante no ritual, os penitentes rezam as orações do terço, ou seja, orações ligadas ao catolicismo como: Ave Maria, Salve Rainha e Pai Nosso. Já os benditos são cânticos, cujo ensinamento eles atribuem aos padres, mas que foram apropriados e resignificados por eles.

Dessa forma, podemos notar que os dois grupos possuem uma fala semelhante para a legitimação da penitência, onde, além de terem sido criados pelo Padre Ibiapina e todos os seus membros serem católicos, afirmam que o penitente seria um homem de bem, detentor de uma boa conduta. Para tal, os membros dos grupos deveriam possuir certas características que constroem a identidade do ser penitente.

---

[73] Ver DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades.** Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2011.

b) Elementos de ordem moral

Ao conversar com os penitentes, pude perceber que eles tinham que obedecer certas regras impostas pelo líder do grupo, o decurião. Desta forma, os integrantes das Irmandades veem no decurião uma autoridade além de religiosa, moral (CARVALHO, 2007, p. 70). Como vemos na fala de Sr. Chico Severo: *"Joaquim Mulato era o chefe o que ele dissesse tava tudo bom"* (Entrevista concedida em 20.01.2013.)

O grupo Irmãos da Cruz teve por muitos anos o mesmo decurião o Sr. Joaquim Mulato, que faleceu em 2009. Após sua morte, o grupo passou a ser dirigido por Severino Rocha, mas os princípios ditados por Joaquim Mulato ainda vigoram no grupo.

É interessante ressaltar que, para Carvalho, em alguns aspectos, os dois grupos têm as mesmas práticas.

> Ambos os grupos praticam a autoflagelação, não apenas para redimir os pecados e alcançar a salvação, mas também para solicitar a intervenção do poder divino para aplacar a ira das forças da natureza em tempos de seca ou inverno rigoroso, como também tragédias do cotidiano (CARVALHO, 2007, p. 71).

Além do autoflagelo, segundo o pesquisador e cineasta Rosember Cariry, em ambos os grupos o penitente deve seguir uma conduta moral rígida, onde beber, fumar e jogar é proibido.

> Considerados irmãos, todos igualados na mesma condição, os membros da Ordem dos Penitentes levam uma vida moral rigorosa, proibidos que são de beber, jogar, dançar, fumar e fazer desordens. Qualquer desobediência a estas regras é passível primeiro de advertência, depois suspensão e finalmente expulsão do grupo, o que o afasta do convívio social com os membros da ordem (CARIRY, 1985, p. 22).

Eram necessários alguns requisitos para ser penitente. Ambos os grupos afirmam que o penitente devia ser um homem bom. "Seu Chico Severo", penitente do grupo Irmãos da Cruz, ao ser questionado sobre o que era necessário para ser penitente afirma: *"Aí, o chefe explicava tudo como era: a gente não podia beber cachaça, num podia andar na farra. Aí pra ser penitente e o cabra fizesse papel entrava no castigo"* (Entrevista concedida dia 20.01.2013).

O decurião dizia as regras e as consequências do não cumprimento delas, como nos mostra Sr. Antônio da Amélia: *"É pra ser certo que penitente, assim, só tem dois caminho pra penitente. Joaquim Mulato dizia ou céu ou inferno, Joaquim Mulato dizia, né!?"*(Entrevista concedia em 29.01.2013).

Segundo Gorete Amorim, o decurião, no caso Joaquim Mulato, era rigoroso em cobrar uma boa conduta dos penitentes.

> O Joaquim Mulato era muito rigoroso, ele na época, ele num aceitava que um homem que não fosse casado na igreja fosse penitente, se bebesse não podia ser penitente. Muitas vezes, eu presenciei os penitentes e ele levantada um capuz que é uma, é uma peça da indumentária deles, se eles fossem se apresentar e eles não tivessem todo de rosto coberto, eles não, não deixava, ele reclamava, né? Porque a, assim você sabe, né? (...) Que há uns dez anos, vinte anos eles viviam no anonimato. Ninguém sabia quem era penitente, né? Hoje a coisa já tá bem mais... Todo mundo sabe hoje quem é um penitente. Então o seu Joaquim Mulato ele era muito rigoroso, mas mesmo que você soubesse que era um penitente, mas ele não queria que você dissesse que era um penitente. Então, tinha isso, né? Nessa, essa, é aquela coisa do Joaquim Mulato, ele tinha aquela coisa de preservar, de manter ainda a, a os penitentes (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013).

Essa boa conduta perpassava a questão do casamento, como vimos na fala de Gorete Amorim. Essa questão é tão importante para o grupo Irmãos da Cruz que vai além do fato do penitente saber cantar os benditos e fazer o autoflagelo, elementos importantes do ritual.

> Porque assim, ó, tem um rapaz que tem memória muito boa, voz muito boa, memória só o que ele tem, mas só é casado civil (...) Tem que casar na igreja. Eu sou casado na igreja, civil. Civil é da, do juiz, né? Igreja é do padre, entendeu? (Entrevista concedida por Sr. Antônio da Amélia, membro do grupo Irmãos da Cruz, em 29.01.2013).

A ponto de não ser aceito no grupo, enquanto não "regularizasse" a situação.

> Eu conheci qu... Quando eu tinha doze ano. Aí, sempre eu tinha aquela vontade de andar nesse grupo, só que nesse tempo eu tinha arranjado uma mulher, aí, eu não era casado com ela. Então, o, o Seu Joaquim Mulato ele num aceitava pessoa que vivia junto, só se fosse uma pessoa casada na igreja e no civil, né? No civil e na igreja, né? Aí, então eu passei uns tempos casado só civil, ele nunca me aceitou. Mas, aí foi antes que eu casei na igreja. Aí, eu sei que eu fui lá e ele me aceitou de todo coração, né? (Entrevista concedida por Dioclécio Alexandre conhecido como Doda, membro do grupo Irmãos da Cruz, em 28.01.2013). **[Grifo nosso]**

A questão do casamento no grupo Irmãos da Cruz funciona da seguinte forma: o penitente pode ser solteiro, mais "homem direito" como eles dizem, mas, se for casado,

era obrigatório ser casado no civil ou "no papel" e na igreja, não podia morar junto ou ser "amancebado".

Seu Chico Severo afirma: *"(...) se fosse solteiro, podia ser também se fosse uma pessoa direita podia ir. Agora, se fosse casado, agora se fosse casado só no civil e fosse amancebado num podia ir não"* (Entrevista concedida em 20.01.2013).

Essa questão era tão importante para o decurião do grupo, que ele não aceitava entrar para o grupo que não fosse casado, como vimos nos depoimentos de Dioclécio Alexandre, conhecido como "Doda" e Sr. Chico Severo.

Ao mesmo tempo em que há pontos de intercessão entre os grupos, existem aspectos em que eles se diferenciam, entre eles: o casamento e o número de membros.

Como já foi dito, no grupo Santas Missões essa questão é um ponto de conflito, pois os membros não concordam com o fato do decurião Olímpio Ludugério não ser casado no civil e no religioso. Eles apontam o fato dessa regra ser seguida pelo grupo Irmãos da Cruz.

> Porque antigamente os penitente das Cabeceiras[74], eles não aceita gente amancebada, gente assim (...) eles não aceita. Eu já fui convidado não foi uma vez pra ir pra lá, porque é muito longe, mas se não tava lá. E eles não aceita e aqui é o que tem (Entrevista concedida por Sr. Zé Galego, membro do grupo Santas Missões, em 23.01.2013).

Podemos notar que a questão do casamento é complexa, pois abrange tanto a ordem religiosa, como a conduta moral, sendo uma questão fundamental para os grupos, a ponto de gerar tensões e conflitos.

Outro elemento que distingue os grupos é a quantidade de membros. No grupo Santas Missões são 12 membros, com a idade entre 40 a 80 anos, para eles a quantidade de membros no grupo é justificada pela crença religiosa, de que 12 era o número de apóstolos de Jesus.

Já o grupo Irmãos da Cruz ou Irmandade da Cruz, como são conhecidos, inicialmente tinha 12 membros, atualmente possui 16 membros. A quantidade de membros para eles não é algo relevante. Eles defendem que quanto mais membros houver no grupo é melhor para que não "acabe" a prática.

Apesar de haver alguns pontos que os diferenciam, os elementos que embasam a conduta moral do penitente em sua maioria são os mesmos, permitindo a construção de uma identidade de penitente. Resumida da seguinte forma por Sr. Antônio da Amélia:

---

[74] O grupo Irmãos da Cruz residem na localidade do Sítio Cabeceiras, na cidade de Barbalha, por isso são conhecidos também como Penitentes das Cabeceiras.

> Não pode andar bebo, não pode jogar e não pode... Só pode ter a mulher a dele, a esposa dele, entendeu? Aliás, aliás até assim se bebesse como assim, eu tenho uma viagem, né? Vamo assim, eu tenho uma viagem, quem bebesse, bebesse só, passasse todo dia sem beber aí, dava certo, né? Porque ninguém empata ninguém a beber, né? Se for tirar todos que bebe, não vai ficar ninguém, né? Não é assim? Não é assim? Mas o nosso grupo tá bom, ninguém bebe. Tá bom, tá bom. Aí, então, num precisam beber, nem jogar, nem fumar. Fumar pode, mas separado. Num pode possuir outra mulher particular. É assim, num pode faltar terço... Num pode brigar um com o outro, não. É uma irmandade... Nós tamo numa irmandade. Então, só isso. Agora, não pode fazer essas coisas. Tô errado ou não? O pecado dos penitente é assim do jeito que nós tamo de cara descoberta. Aí, então você vê um menino namorando fei, passa alguém, olha aí, o penitente onde tá. Se fosse coberto o rosto, ninguém dizia, num sabia quem era. Então precisa muita coisa (Entrevista concedida por Sr. Antônio da Amélia, membro do grupo Irmãos da Cruz, em 29.01.2013).

Podemos perceber que há uma negociação constante entre manter uma identidade de penitente baseada na "tradição", na boa conduta moral, onde o penitente é exemplo e as necessidades ocasionadas pelo cotidiano dos praticantes destas atividades. Entretanto, há outros elementos que identificam não só o penitente, mas também sua atividade.

c) Elementos ligados ao ritual penitencial

A penitência possui alguns elementos que a caracterizam. Como vimos, alguns elementos compõem esta atividade: as orações, os benditos e o autoflagelo. Desta forma, iremos descrever de forma mais detalhada cada um desses elementos.

Ao estudar as Ordens de Penitentes do Cariri, Anna Christina Farias Carvalho elenca alguns elementos que identificam a penitência e estão presentes em ambos os grupos, sendo estes informados pelos decuriões Joaquim Mulato (Irmandade da Cruz, do Sítio Cabeceiras) e Olimpio Ludugério da Paixão (Santas Missões, do Sítio Lagoa). Entre eles podemos destacar: A penitência é feita nas estradas, passando nos cruzeiros e cemitérios, fazendo orações pelas almas e cantando benditos. Os grupos são formados geralmente só por homens, vestindo suas opas. O principal período para a prática da penitência é a Quaresma e a Semana Santa (CARVALHO, 2007, p. 71).

Assim como a autora, pude perceber que os elementos que constituem o ritual de penitência nos dois grupos de Barbalha são os mesmos. Como nos revela seu Epitácio ao ser questionado sobre o que era o ritual de penitência: *"Rezar, Cantar, se açoitar"* [75].

Ambos os grupos realizavam longas caminhadas pelas estradas, geralmente à noite, cantando os benditos, parando nos cruzeiros e cemitérios para realizar as orações e fazer o autoflagelo.

> Penitente pra trás era, era nos tabuleiro, era tarde nas ora, de dez hora em diante é que a gente saía na, nos caminho, né? Nas estrada. E tinha isso também quando era, assim, na quaresma, tinha um trabalho que a gente fazia, às vez, um terço a gente fazia também, cabra de se cortar, né? (Entrevista concedida por Sr. Vicente Ludugério em 22.01.2013).

Os benditos[76] são um elemento central do ritual, por serem cânticos religiosos e cantados pelo grupo todo. Eles chamam a atenção daqueles que escutam.

> Aquele decurião que é o chefe, ele sabe, simplesmente, duzentos e cinquenta ou trezentos benditos já extintos que ninguém sabe mais, ele sabe decorado. Eles são analfabeto, mas decorou tudo e canta (Entrevista concedida por Dr. Napoleão Tavares, em 24.01.2013).

Nesta medida, os benditos configuram-se como um forte elemento de identificação dos penitentes, como nos mostra as memórias de Celene Queiroz e Dr. Napoleão Tavares:

> Minha família tinha casa de veraneio no Caldas, naquela época já existia isso. E eu pequenininha e eu ia quando era nas madrugadas a lua clara como o dia. Aí, aquele canto triste, um dia me acordei perguntando a minha mãe, a meu pai o que era aquilo. Aí, minha mãe: "São os penitentes que vem cantando" (Entrevista concedida por Celene Queiroz, em 25.01.2013).

> Então, essa coisa vem de longa data, quando era menino nosso sítio lá em Porteiras, muitas vezes eu acordava três horas da manhã ouvindo o canto?, o canto lânguido dos penitentes lá no cemitério desativado que tinha. Era uma coisa bonita e eu tinha medo que era menino, menino tinha medo de alma. Vinha aquela zoada, vento levava e trazia, era uma coisa linda (Entrevista concedida por Dr. Napoleão Tavares, em 24.01.2013).

Outro elemento que compõe o ritual é o autoflagelo[77], a mutilação do corpo com objetos cortantes. Esse para muitos era o ápice do ritual de penitência, embora gere nas

---

[75] Sr. Epitácio é membro do grupo Irmãos da Cruz, entrevista concedida em 20.01.2013 no município de Barbalha-CE.

[76] Os penitentes do Grupo Irmandade da Cruz gravaram um Cd com os benditos, intitulado Penitentes do Sítio Cabeceiras lançado em 2000 pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

[77] Nas entrevistas, alguns penitentes se remetem ao carregamento de pedras pesadas como forma de penitência, como veremos no Cap.3.

pessoas um sentimento ambíguo: o de curiosidade em assistir esses homens se penitenciando, e o horror pela dor que este causa.

O autoflagelo é marcado pela dor, como nos relata Sr. Antônio da Amélia: *"Aí, levaro eu. Quando chegou lá, botaram eu pra se cortar. Daí, eu num achei mei bom, não, né? Mas é isso mesmo, né? Aí, foi e eu consegui. Foi como eu entrei, né?"* (Entrevista concedida em 29.01.2013). A ponto dos penitentes mais novos nem quererem fazê-lo.

Sr. Chico Severo afirma: *"Ninguém pratica hoje porque, porque quem praticava mais era eu, meu cunhado e outro que morreu. Aí, os outro parece que tem é medo de fazer isso, né?"*(Entrevista concedida em 20.01.2013)

Assim, o ritual de penitência é composto das orações, dos benditos e do autoflagelo, podendo ser realizado em qualquer período e dia do ano.

> Ei tem um terço pra entregar lá na casa de fulano tal ou então quando a gente marca mermo num carece de ninguém chamar. A gente já sabe que é obrigação quando no, nos, nas sexta e nas quarta e nas sexta. O cabra já tem o cemitério ali. E hoje ninguém pode andar mais, porque as estradas num tão em condição de o cabra andar, mas de primeiro o cabra andava muito ali por Calda, Santa Rosa, lá pra São José. Tinha dia que a gente ia pro Crato quando chegava aqui, descobria já era de manhã (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo, em 20.01.2013).

> Na comunidade a gente, as vez, uma pessoa chama a gente pra ir rezar um terço, a gente vai. Aquilo dali já é uma devoção nossa. Antes da semana santa vai pro, pro cemitério fazer aquela, aquela oração, aquela quaresma pra poder continuar a pedir algumas esmola, né? (...) Aí, nós continua. Aí, quando rer... acontece de falecer uma pessoa. Aí, tem aquela família que gosta de chamar o grupo pra rezar lá com aquela pessoa que faleceu, daí a pessoa vai, né? (Entrevista concedida por Dioclécio Ferreira, conhecido como Doda, em 28.01.2013). **[Grifo nosso]**

Como vimos, a Quaresma e a Semana Santa são períodos importantes para os penitentes *"Todo ano na época da semana santa nós faz nossa penitência"* como nos revela Doda (Entrevista concedida em 28.01.2013).

Ao elencar os elementos que compõem o ritual, pude ver que eles identificam a penitência e, consequentemente, as atribuições do penitente. É interessante perceber que as memórias dos membros dos grupos, perpassam pontos em comum ligados a "origem" da atividade, a conduta moral dos membros e o ritual penitencial que permitem construir e legitimar uma identidade do penitente.

Contudo, a atividade e seus membros em seu cotidiano passam por transformações que ocasionam permanências e rupturas, permitindo, dessa forma, um novo olhar sobre a atividade e seus praticantes, principalmente quando essa atividade,

marcadamente religiosa, passa a ser inserida em outra dinâmica, a das festividades culturais, passando a dialogar com outras práticas não-religiosas, como as bandas cabaçais, os reisados e o maneiro pau.

2.3 A construção da penitência como atividade cultural e a Festa de Santo Antonio

Ao fazer o levantamento de fontes sobre a prática da penitência, percebemos que a mesma era algo recorrente na região sul do Estado, mais especificamente na região que abrange o Cariri cearense.

Ao falar de penitência na cidade de Barbalha, a maioria das pesquisas, trabalhos e jornais referem-se ao grupo Irmandade da Cruz do Sítio Cabeceiras. O grupo de penitentes Santas Missões é bem menos conhecido e estudado. Quando problematizamos esse fato, surgem alguns questionamentos como: Por que entre os dois grupos que há na cidade, um possui mais visibilidade que o outro? Como se deu a construção de memórias e narrativas dos grupos de penitentes? Que fatores contribuem para isso?

É interessante ressaltar que quando resolvemos refletir sobre a penitência notamos que as fontes não constituíam uma série, não havia uma linearidade temática ou cronológica, uma vez que os relatos dos viajantes são de um período, as obras de intelectuais e memorialistas, assim como os jornais, de outro. As fontes nos permitem identificar vestígios dessa prática, mapear as cidades em que ocorre, perceber aspectos em que os grupos de penitentes se assemelham ou distanciam-se.

A partir da década de 1970, com a inserção dos grupos de penitentes na Festa de Santo Antonio, notamos uma maior visibilidade para essa atividade, tornando-a objeto de reflexão e estudos mais aprofundados.

2.3.1 A festa de Santo Antonio e suas transformações

A Festa de Santo Antonio ocorre anualmente e tem por objetivo homenagear o santo padroeiro da cidade. É comemorada em fins do mês de maio ou início de junho, terminando no dia 13 de junho, onde se completa a trezena, dedicada ao santo.

O ato de celebrar a Santo Antonio na cidade de Barbalha remonta ao período colonial[78], contudo, é a partir do século XX que podemos ver a celebração ao santo ganhar uma dimensão mais festiva, voltada não só para o aspecto religioso, mas também social, com uma maior participação popular. O autor Océlio Teixeira de Souza, ao analisar a Festa de Santo Antonio, elenca três momentos de transformações dessa celebração: em torno de 1928, com a criação da manifestação; nos anos de 1940 e 1950, com o processo de carnavalização; e em 1970, com o processo de folclorização.

No primeiro momento, o pároco José Correia cria a comemoração ao padroeiro, constituída pelos rituais religiosos, o carregamento do pau da bandeira e o hasteamento. Nesta fase o fator religioso é o elemento central da comemoração.

O segundo momento é marcado pela carnavalização[79], pois a comemoração ganha o sentido de festa, onde ocorre o aumentado da participação popular. A festa torna-se mais popular permitindo que as concepções de mundo e religiosidade dos grupos populares ganhem espaço (ALEXANDRE, SOUZA, BEZERRA, 2013, p.64).

O estudioso destaca que nesse momento há o aumento do consumo de bebidas alcoólicas e brincadeiras na festa. O terceiro momento seria o processo de folclorização, caracterizado pela inserção de grupos folclóricos e elementos da cultura popular visando atrair turistas para a festa.

Importa-nos aqui refletir sobre o terceiro momento, de folclorização da festa. A partir da década de 1970, na gestão do prefeito Fabriano Livônio, a festa passa por um momento de mudanças, sendo "redimensionada", visando "reestruturar a Festa de Santo Antonio" e "recuperar os grupos folclóricos do município". Assim, a manifestação passa a ser alvo de uma atuação mais efetiva do poder público municipal. (SOUZA, 2000, p.55 - 56).

O redimensionamento defendido por Océlio Teixeira de Souza está ligado ao fato da festa deixar de ser algo da população local e visar alcançar um público maior, os turistas. Para tal, era necessário reestruturá-la criando um aparato para cumprir seu objetivo. Além disso, a festa tinha que possuir elementos que atraíssem o público, o que

---

78 A devoção a Santo Antonio na localidade remonta ao período colonial, mais precisamente a 1790, ano de inauguração da sua capelinha no sítio Barbalha. Ver: ALEXANDRE, J. F ; SOUZA, O. T. ; FREIRE, S. N. R. Festa de Santo Antônio de Barbalha: patrimônio de fé, devoção e carnavalização. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Morais da (Org**.). Sentidos de Devoção: festa e carregamento em Barbalha.**Fortaleza: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2013, v. 1, p. 44-79.

79 O autor utiliza o conceito de carnavalização de acordo com Bakthin, segundo ele carnavalização seria a inversão de valores, uma concepção de mundo e vida em oposição á concepção de mundo e de vida da cultura oficial (SOUZA, 2000, p.48)

ficou a cargo dos grupos folclóricos. O desfile de grupos folclóricos fora implementado pela Prefeitura com o objetivo de:

> (...) buscar o regate e a preservação das manifestações populares, ao mesmo tempo dando mais visibilidade à Festa de Santo Antonio, atraindo pessoas de outros lugares para a cidade durante a ocasião (ALEXANDRE, SOUZA e BEZERRA, 2013, p.68).

Podemos notar que essas prerrogativas estavam alinhadas com as políticas desenvolvidas nacionalmente. O discurso de valorização do folclore e da cultura, como já foi dito, é caracterizado pela busca das "raízes" como elemento identitário local, regional e nacional. Esse discurso foi legitimado pelo que José Reginaldo Gonçalves chama de retórica da perda, onde o risco iminente do desaparecimento justifica a valorização. Esse discurso fica muito claro na notícia veiculada pelo jornal "A Ação":

> No Ceará, os diversos artesanatos e grupos folclóricos são ainda focos isolados que resistem de teimosos e sobrevivem por milagre. Núcleos isolados do meio social, separados e distantes entre si, dissociados do calor comunitário, mas jorrando em manifestações de beleza e modelos fascinantes.
> Acreditamos que a estruturação da política turística urge ser conduzida no sentido de proteger, dignificar e conduzir o artesanato, a arte popular e os grupos folclóricos, mas sem perigos de alocá-los ou oficializá-los, pois tudo que se oficializa deixa de ser folclore.
> Que as empresas turísticas não procurem enfeitar, corrigir, fazer mais bonito, mais elegante... Pode cair no risco de tirar o caráter folclórico como já aconteceu aos maracatus e as escolas de samba que enriqueceram e perderam pouco a pouco o caráter de atividade lúdica da gente do povo. **[Grifo nosso]**[80]

As transformações empreendidas pela municipalidade estavam embasadas nesse discurso de "recuperar os grupos folclóricos" e que o turismo seria o bom caminho para isso, sendo necessário o cuidado para não oficializá-los, pois isto traria o risco de "tirar o caráter folclórico" da manifestação. O discurso de autenticidade é algo marcante na fala dos intelectuais desse período. Para eles, os grupos folclóricos deviam ter tradição, originalidade para serem representantes autênticos do folclore e da cultura popular.

Além da inserção de grupos folclóricos, houve a inserção de outros elementos na celebração. Entre as principais mudanças ligadas ao redimensionamento da festa, está a sua reestruturação. A configuração que irá compor a festa a partir da década de 1970 é mais próxima da dos dias de hoje.

Segundo vários autores que estudam a festa de Santo Antonio de Barbalha, como Océlio Teixeira de Souza, Sandra Nancy F. Bezerra, Jucieldo Alexandre, dentre outros,

---

80 **Jornal A Ação**, Crato, 23 de agosto de 1975, p. 3 apud SILVA, Simone, 2011, p.66.

na década de 1970 a festa passa a ser composta por vários momentos, entre eles: o Corte do Pau. A escolha da árvore é feita pelo *Capitão do pau*[81] e os homens da frente do cortejo. Eles buscam na mata do Sítio Flores[82], a maior árvore para servir de mastro para a bandeira de Santo Antonio. O cortejo ocorre geralmente no último domingo de maio ou primeiro domingo de junho, quando os carregadores vão até a chamada "cama do pau" local onde a árvore fica depois de cortada e descascada até desidratar, diminuindo o seu peso.

O carregamento do pau da bandeira é o momento em que os carregadores (homens de diferentes idades e grupos sociais) seguem para a mata com o objetivo de levar o pau da Bandeira para a Igreja da Matriz. Nesse percurso, esses homens estabelecem uma dinâmica diferente do seu cotidiano, onde quebram hierarquias, distinções sociais, e, juntos celebram brincando, comendo, bebendo e dançando, ao som das zabumbas, o carregamento do pau. Assim, o cortejo do carregamento é o ápice da festa, pois várias pessoas são atraídas para participar do carregamento, bem como para assistir a exibição de força e devoção desses homens a Santo Antonio.

Além disso, as mulheres querem tocar no pau feito mastro, pois, de acordo com a tradição popular, aquela que pegar no pau da bandeira logo arranjará marido. Isso faz com que mulheres de toda região venham participar da festa, pois acreditam que o santo ajudará a encontrar um marido. Muitas das mulheres, além de tocarem o pau, querem tirar "casquinha" para fazer o chá, pois acreditam que tomando chá, logo aparecerá um pretendente.

Desta forma, o carregamento do pau é, para muitos, o momento principal da festa, sendo responsável por atrair multidões. Como o percurso do cortejo é longo, cerca de 15 quilômetros, e o pau é muito grande e pesado, torna-se necessário que façam paradas para descansar e recompor suas forças. Nesse momento, a carroça da cachaça do "Seu" Vigário é um alento, pois ela, a cachaça, traz o que muitos chamam de "combustível". Para muitos, essa cachacinha distribuída pela carroça é revigorante, dando ânimo novo para continuar o percurso. Essa prática de distribuir cachaça (do "Seu" Vigário) acompanha a festa há muitos anos e a cada ano a carroça se torna mais enfeitada, ganhando destaque na festa.

---

81 O Capitão do Pau é o responsável por organizar o carregamento, entre suas atividades estão desde a escolha da árvore até a alimentação e a bebidas dos carregadores.

82 De 1928 a 2003, o corte do pau da bandeira ocorria no sítio São Joaquim, propriedade do Sr. João Filgueiras Teles conhecido como Dr. Teles. Com a morte de Dr. Teles, a partir de 2004 o pau da bandeira passou a ser retirado do Sítio Flores.

Enquanto há o carregamento do pau da bandeira, na Igreja Matriz transcorre a missa, onde os grupos folclóricos apresentam produtos de artesanato ou industriais produzidos na cidade para serem abençoados pelo padre. Há grupos de Bandas Cabaçais, de Capoeira, de Dança da Maresia, de Dança de São Gonçalo, de Dança do Capim da Lagoa, de Dança do Coco, de Dança do Maneiro Pau, de Dança do Milho, de Dança do Pau de Fitas, de Lapinhas, de Incelências[83], de Penitentes, de Quadrilhas juninas, de Reisado de Congo e de Reisado de Couro. Todos esses grupos desfilam e se apresentam em homenagem ao santo padroeiro. O colorido das roupas, as diferentes manifestações que compõem o desfile, tudo encanta a multidão que assiste.

Outro elemento importante da festa é a procissão, onde a imagem de Santo Antonio é colocada no andor, todo enfeitado, para percorrer as ruas da cidade. Para muitos esse momento é quando a festa se volta mais para o aspecto religioso, de fé e devoção ao santo. Uma multidão acompanha a procissão.

Assim, podemos ver que no processo de folclorização da festa ela passa a ser composta pelos seguintes elementos: o corte do pau, carregamento do pau, o hasteamento da bandeira do santo, a Missa Social (A Missa Social, é a missa onde membros de alguns grupos folclóricos, entre eles os penitentes, participam da missa entregando ao padre algum produto produzido na terra para ser abençoado), o desfile dos grupos folclóricos e os shows feitos por artistas. Nesse momento ocorre a construção do Parque da Cidade, onde seriam feitos os shows dos artistas, pois com o redimensionamento da festa, o número de pessoas iria aumentar substancialmente, sendo necessária a criação de uma estrutura adequada para receber o público almejado.

> O processo de folclorização iniciado em 1973, e promovido pelo poder público municipal em comum acordo com a paróquia transformou a festa do Padroeiro Santo Antonio em um grande evento turístico que atrai todos os anos milhares de visitantes a Barbalha (SOUZA, 2000, p.111).

A folclorização da festa possibilitou que houvesse uma maior participação da comunidade, dentro do espaço institucionalizado da festa, como na missa, no desfile dos grupos folclóricos, uma vez que os grupos folclóricos eram formados por membros da comunidade. Vale ressaltar que os grupos que passam a participar da festa já existiam, entretanto suas atividades eram desenvolvidas no interior da comunidade.

---

83 "Incelências" são mulheres que fazem orações e cânticos pedindo pela alma dos anjos, isto é, as crianças da comunidade que faleceram.

2.3.2 A transformação da penitência em atividade cultural

Podemos ver que com a inserção do desfile de grupos folclóricos na Festa de Santo Antonio, vários grupos passam a receber apoio da prefeitura, como podemos ver no trabalho de Simone Silva sobre o Reisado de Congo, no qual seu entrevistado afirma:

> Isso foi aberto através da cultura. Surgiu esse negócio aí da cultura e tinha as pessoa se manifestaro aí pra brincarem que era dona Lindete e Benivalda, Celene. Elas três quem enfrentaram esse negócio lá já por através da prefeitura né e surgiu, botar os grupo folclórico pra brincar dentro da cidade. E desde esse tempo pra cá, num parou mais não (Entrevista concedida por Francisco Belizário dos Santos a Simone Silva em 17 de janeiro de 2010)[84].

A relação que passa a ser estabelecida entre a prefeitura e os grupos folclóricos será permeada de negociações e conflitos. Assim, vamos traçar as tessituras que foram desenvolvidas nessa relação.

É interessante destacar a ligação que foi construída entre folclore, a prática da penitência, a festa e o turismo. As transformações na festa visavam incentivar o turismo valorizando o folclore do município. Isso vai marcar as memórias dos integrantes dos grupos. Segundo Simone Silva,

> (...) percebe-se que a bem sucedida admissão dos grupos de folguedos na programação da Festa de Santo Antonio de Barbalha, pelo então prefeito Fabriano Livônio, produziu na memória dos brincantes a ideia de ser ele um dos fundadores do "folclore" e da "cultura na Barbalha". Essa administração, nas palavras de Océlio Teixeira de Souza "desempenhou a função de transformar as experiências de cultura e da religiosidade popular em Barbalha em folclore" (SILVA, 2011, p. 56).

[84] (SILVA, 2011, p.54).



Figura 8 - Cartaz da Festa de Santo Antonio em 2003, com penitentes do Sítio Cabeceiras.

Acervo da Secretaria de Cultura de Barbalha.

Ao entrevistar membros dos grupos de penitentes, percebemos esse olhar acerca da gestão do prefeito Fabriano Livônio:

> Fabriano, ele tava no Rio de Janeiro, ele era capitão do Exército no Rio de Janeiro. Aí, sabia que existia folcloro, né...ele na Festa de Santo Antonio, ele no dia do Pau da Bandeira, ele inventou de chamar reisado...Aliás tanta coisa que eu num sei nem dizer o tipo, né! Reisado de baile, pau de sebo, maneiro pau, banda de matuto, deixou os penitente (Entrevista Sr. Antônio, conhecido como Antônio da Amélia, Barbalha, 29.01.2013).

Notamos que nas memórias narrativas de integrantes dos grupos de penitentes, a gestão de Fabriano Livônio esta ligada ao reconhecimento e a valorização de suas práticas, já então desenvolvidas, contudo marginalizadas. Assim, a inserção de grupos folclóricos na Festa de Santo Antonio proporcionou um novo olhar para as práticas da penitência.

Se para os intelectuais caririenses da década de 1950, a penitência era algo repulsivo, ligado ao horror e ao fanatismo religioso, a partir da década de 1970 ela passa a ter o status de manifestação cultural, folclore.

Para os intelectuais caririenses, o folclore era um elemento importante, pois representava a cultura da região, uma de suas maiores riquezas. Como podemos ver na notícia intitulada “Jornal Carioca focaliza folclore no Cariri”:

> “O Cariri tem no folclore, uma de suas maiores riquezas. Nas várias viagens que empreendi aquela região vasculhando todos os folguedos e artes peculiares a mesma tive a oportunidade de registrar e estudar um número

> ilimitado de danças, festas (...) e artesanato populares, eivados de grande versatilidade e de riqueza indizível, capazes de proporcionar os melhores momentos, aos gostos mais requintados e de fornecer material fabuloso para quantos se dedicam aos estudos do folclore" [85].

Além disso, do folclore, o turismo era algo defendido pelos intelectuais da região. Assim, a penitência, ao ser compreendida como manifestação folclórica e inserida na festa de Santo Antonio, passa a ser vista de outra forma, passando pelo processo de valorização.

Como já foi dito, os anos 60 e 70 foram marcados pela política de incentivo a cultura popular, folclore e turismo, onde acreditava-se que por meio da mercantilização dos elementos culturais e do turismo alcançar-se-ia o desenvolvimento econômico. Além disso, a cultura popular dava subsídios para o fortalecimento de uma certa configuração de identidade nacional que buscava as "raízes" do país.

Nessa perspectiva, vários municípios adotaram políticas, projetos e ações de apoio à cultura e ao turismo, entre eles Barbalha. A cidade passa a ter uma participação mais efetiva do poder público municipal na festa de Santo Antonio. Com as mudanças implementadas pela Prefeitura, vimos uma maior participação popular na festa, o que gerou ainda mais transformações na celebração, afinal, há jogos de poder nessa relação poder público (Prefeitura e Secretaria de Cultura de Barbalha), produtores culturais e penitentes sendo permeada de conflitos e negociações. Como nos revela Sr Chico Severo ao lembrar sobre a participação do grupo Irmãos da Cruz na festa:

> Aí, foi que ele (o então prefeito Fabriano Livônio) mandou chamar os penitente. Aí, na época Joaquim Mulato, o mestre, ainda achou ruim ele. Como era que ia pra se representar de dia? Mas era chamado da autoridade, a gente tinha era ir (Chico Severo, entrevista concedida em 20.01.2013).

Assim como Sr. Chico Severo, os membros mais velhos do grupo se remetem a preocupação de Joaquim Mulato, decurião do grupo, com o fato de os penitentes, ao participarem da festa, realizarem o ritual na rua e durante o dia, pois até então a penitência era realizada somente na comunidade e geralmente altas horas da noite, indo pela madrugada. Além disso, a identidade dos penitentes era algo secreto, ninguém sabia quem era penitente, como veremos adiante. É interessante ver que o que faz com que ele ceda ao pedido é o fato do prefeito ser uma autoridade, representante do poder.

Vale ressaltar que são os homens simples, agricultores, marchantes (açougueiros), os trabalhadores que compõem tanto o grupo de homens que fazem o

---

[85] Jornal Carioca focaliza folclore no Cariri. **Jornal A Ação**, Crato, 23 de maio de 1965.

carregamento do pau da bandeira, momento ápice da festa, bem como desfilam nos grupos folclóricos. Sabemos que a festa proporciona aos seus participantes um momento de rompimento com seu cotidiano, pois proporciona inversão de papéis, onde os brincantes, até então desconhecidos, passam a ser elemento importante, no caso da Festa de Santo Antonio, central da celebração.

> A festa instala-se, portanto a partir de um momento de ruptura em relação a um universo pautado pela obediência aos superiores e pela necessidade de sobrevivência, e é precisamente o fato de configurar-se como ruptura que a justifica, mas tal ruptura é ela própria normatizada, e compreendermos como a ruptura se dá e quais as normas a regem é fundamental para compreendermos o próprio cotidiano a partir do qual ela se define (SOUZA, 2005, p.102).

Assim, é preciso refletir sobre a relação do poder público local com os grupos de penitentes, visando compreender como se dão as negociações que criam ou rompem com as normas, regras e imposições dos dois lados.

Podemos notar que o processo de folclorização da festa empreendido pelo poder público foi um momento de ruptura na celebração, uma vez que gerou uma maior participação popular, criou momentos que até então não existiam na festa como o desfile dos grupos folclóricos, a Missa Social, a criação do Parque para shows. Não podemos esquecer que as transformações geradas nesse processo seguiam a norma que a municipalidade e a Igreja queriam. Porém, os grupos também criavam suas regras para participarem da festa.

Desta forma, como afirma Luis Ricardo Souza:

> (...) a festa pode significar um momento e um espaço de aproximação entre pessoas distantes na hierarquia social, mas, em, outras ocasiões, pode significar o contrário: um momento de reafirmação de valores, status e barreiras (SOUZA, 2005, p.103).

De fato havia a tentativa da Prefeitura e da Igreja de normatizar a festa, elencando os momentos que deveriam compor ou não a festa. Entretanto, os brincantes negociavam aquilo que lhes parecia cabível. Um exemplo claro disso é a Cachaça do Sr. Vigário. Os brincantes afirmavam que, para carregar o pau da bandeira por tantos quilômetros no sol a pino, precisavam de um combustível, um incentivo, a cachaça. Embora a Prefeitura e a Igreja não gostassem, acabaram cedendo e atualmente a carroça da cachaça do Sr. Vigário já faz parte da festa.

Isso ocorreu também com os grupos de penitentes. Um dos elementos que marcavam a penitência era o fato dela ser secreta. Ninguém sabia quem era penitente, só o decurião podia andar com o rosto descoberto. Nas primeiras participações deles na festa, eles pediram para continuar assim. É o que nos afirma Celene Queiroz[86], citada anteriormente, funcionária da Prefeitura de Barbalha nos anos 70, responsável em organizar os grupos folclóricos:

> E os penitentes a gente se prendeu muito, por que eles eram muito fechados, muitos difíceis e deu muito trabalho. A gente chegava aqui na praça do cortejo depois da missa, o cortejo. Chegava aqui na praça, eles iam almoçar aqui na escola só eles e a gente, pois nós tínhamos que ter uma classe aberta, todas as janelas fechadas, a luz acesa pra eles almoçarem.(...) Eles descobrirem o rosto, tirarem o capuz e almoçar e... eu comecei logo a ver o quanto eles eram exigentes. Eu disse: "Minha gente, só tem vocês aqui. Que, que vocês almoçaram num calor desse, a sala fechada, vamos almoçar nas galeria, das galerias boa tem bebedouros, banheiros?" Não, ninguém pode saber que nós somo penitente, não. Eu digo: "Vocês acham que na comunidade ninguém sabe quem são vocês?" Sabe não. Eu digo: "Pois sabe, sabe que eu já sei. Vocês encostam em mim com o rosto coberto, só o jeito do corpo eu já sei. Imagina a comunidade de vocês." Mas eles achavam e a gente deixava eles acreditar. (Entrevista concedida em 25.01.2013, no município de Barbalha-CE).

A fala da entrevistada nos mostra como havia uma negociação constante entre poder público e os penitentes, onde em alguns momentos o primeiro cedia, em outros os penitentes, como no caso das suas vestimentas. Os penitentes andavam nas ruas pelas madrugadas com o rosto coberto por lençóis, fraldas, suas roupas eram comuns usadas no seu dia a dia, como nos mostra Sr. Epitácio:

> E nós, nós ia prum canto assim, do jeito que nós tamo aqui de calça e camisa, né? De toda qualidade. E hoje nós vamo tudo... digo assim, hoje nós vamo pro Juazeiro, vamo pra Barbalha, tudo de branco, roupa branca e a opa preta por cima (Entrevista concedida em 20.01.2013).

A Prefeitura precisava organizar os grupos para eles poderem desfilar na festa para todos verem, era necessário estarem bem vestidos, uniformizados. Dessa forma foram confeccionadas as opas[87] e os capuzes.

A narrativa de Celene Queiroz descreve esse processo:

> Começamos a visitar. O que é que vocês estão precisando? Caneta e papel. Que é que tem aí? Não essa roupinha tá, tá boa. Não, deixa eu olhar. Não, tá muito feia, tá muito... Roupa preta, tá muito simples, tá muito fubasenta.

[86] Maria Celene Sá de Queiroz é professora da Prefeitura Municipal de Barbalha desde a década de 70 até os dias de hoje. Na década de 70, ficou responsável juntamente com a Professora Benivalda Magalhães de organizar a participação dos grupos folclóricos na Festa de Santo Antonio. Além disso, foi Secretária de Cultura de Barbalha.

[87] Como vimos no Cap.1, a opa e os capuzes compõem a indumentária dos penitentes.

> Vamo, vamo comprar. O que é que tem? Uma calça, uma camisa de manga comprida, a opa e o capuz, pronto, era a ind..., é a indumentária do penitente. Nessa época eles usavam um cordão, também o cordão, esse cordão de rede de algodão (Entrevista concedida em 25.01.2013).

É interessante perceber que o fato deles se apresentarem para o público funcionou como justificativa para essa ação. Tanto o poder público como os grupos viam que a atividade estava adentrando um novo espaço, alcançando um novo status, que até então não lhes era acessível, sua atividade passa a ocupar outro espaço na hierarquia social, o de símbolo do folclore e da cultura popular.

Se *"a cultura popular é um espaço onde se refugia o que – condenado – insiste em permanecer vivo",* como tratou Luiz Ricardo Souza (SOUZA, 2005, p.107 - 108). Questionamos se essa não foi a maneira que a prática da penitência encontrou para permanecer viva. Conforme Dr. Napoleão Tavares:

> Então, os penitentes hoje eu só tenho impressão que só existem porque tão sendo visto na festa do padroeiro, se não porque eu inclusive conversei com um deles e ele disse: "Olhe, vai se acabar por que qual é o jovem de dezoito e vinte anos que quer penitente?" Num tem mais. Vão se acabar com a gente, quando a gente se acabar (Entrevista concedida em 24.01.2013).

Afinal, ao participarem da festa, os penitentes fizeram com que a fronteira entre fanatismo religioso e prática cultural se tornasse tênue. Uma vez que serem colocados como "grupo folclórico", junto a outras manifestações como maneiro pau, bandas cabaçais, dança do coco e reisados, lhes dava um novo status, gerando um novo olhar para essa atividade. Mas não podemos esquecer que para alcançar esse novo status, a prática passou por transformações, mudanças, algumas geradas por intervenções de agentes externos (poder público, pesquisadores, cineastas[88]), outras pelos próprios penitentes para se adaptarem ao novo contexto no qual foram inseridos a partir da década de 1970.

---

[88] Segundo Celene Queiroz, Rosemberg Cariry cineasta cearense, com diversos filmes ligados a cultura popular, fez vários filmes onde os grupos de penitentes participam. Em uma de suas produções ele propôs que eles (penitentes) andassem com tochas, uma vez que sua atividade muitas vezes era realizada a noite. Aqueles homens vestidos com as opas e capuzes, na escuridão da noite com tochas gerou uma imagem bonita e impactante. Os grupos gostaram, se apropriaram da ideia, tornando uma prática deles. Em alguns eventos que ocorrem em espaço aberto eles utilizam as tochas.



Figura 9 - Penitentes do grupo Irmandade da Cruz no desfile de grupos folclóricos da Festa de Santo Antonio de Barbalha (2012). Os integrantes estão vestidos com as opas e os capuzes e carregando o seu cruzeiro.

Foto: Jana Rafaella em 13.06.2012.

Esses são alguns fios que compõem a teia de relações entre penitentes e poder público. Veremos que entrarão novos sujeitos nessas relações, que serão objeto de novas políticas e ações. Haverá assim uma constante negociação, onde os penitentes irão buscar aquilo que é interessante para a manutenção da atividade. Assim, a penitência passará por transformações, havendo permanências e rupturas que afloram nas memórias e narrativas desses diversos sujeitos sociais.

Capítulo 03 A penitência e as políticas públicas

3.1 A relação dos grupos com a Secretaria de Cultura de Barbalha: mediação ou tutela

3.1.1 A criação de políticas de turismo e cultura a partir da década de 1960

A segunda metade da década de 1960 e a década de 1970 foram marcadas pela construção de projetos e políticas em diversos setores da sociedade que visavam proporcionar a criação de uma identidade nacional, tendo o conceito de "cultura popular" e folclore como objeto dessa construção.

Em estudo no qual desenvolve uma análise sobre identidade nacional, Renato Ortiz afirma que é necessário *"saber que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado"* (ORTIZ, 1994, p. 9). Dessa forma, é interessante compreendermos o período e os grupos sociais que estão inseridos na problemática em questão (cultura e turismo pós-64).

O golpe militar de 1964 foi um marco na história brasileira, pois este abarcou dois significados: *"por um lado ele se define por sua dimensão essencialmente política, por outro aponta as transformações mais profundas que se realizam no nível da economia"*(ORTIZ, 1994, p. 80). Assim, podemos ver que o golpe proporcionou mudanças na sociedade brasileira, através do processo de "modernização", de "racionalização", do novo modelo capitalista.

> Dentro deste quadro, as relações entre cultura e Estado são sensivelmente alteradas em relação ao passado. O processo de racionalização, que se manifesta, sobretudo no planejamento das políticas governamentais (em particular a cultural), simplesmente uma técnica mais eficaz de organização, ele corresponde a um momento de desenvolvimento próprio do capitalismo brasileiro (ORTIZ, 1994, p.81).

Essa transformação em relação às políticas governamentais na área cultural ocorrida a partir de 1964 foi algo notável, principalmente se comparado a momentos anteriores. O autor Alexandre Barbalho, ao refletir sobre Estado e cultura, afirma que o Estado Novo e a ditadura civil militar (1964) são momentos referenciais da "relação Estado-cultura no Brasil", contudo são momentos que possuem semelhanças e diferenças, uma vez que:

> Em 1964, a preocupação das elites dirigentes não é mais "criar uma nação", e sim garantir sua integração. No entanto, mais uma vez a cultura é percebida como elemento central na garantia da nacionalidade. Outro diferencial, em relação ao período getulista, é a presença, principalmente a partir dos anos 70, de uma forte indústria cultural (BARBALHO, 1998, p. 49).

Podemos ver que o desenvolvimento econômico foi elemento importante para a cultura, uma vez que o crescimento econômico alcança todos os setores do país. Cria-se

um mercado de bens simbólicos ligados à área da cultura, criando-se assim uma indústria cultural. Conforme Ortiz:

> Nos anos 30 as produções culturais eram restritas e atingiam um número reduzido de pessoas. Hoje elas são cada vez mais diferenciadas e atingem um grande público consumidor; isto confere ao mercado cultural uma dimensão nacional que ele não possuía anteriormente (ORTIZ, 1994, p. 82).

Nesse momento (pós 64), surge um problema para o Estado: como integrar as diferenças regionais dentro de uma hegemonia estatal? Conforme Ortiz, utilizou-se o conceito de integração nacional forjado pela ideologia de Segurança Nacional. Assim, a integração do povo deveria se dá por um bem comum, a Segurança Nacional.

> Isto significa que o Estado deve estimular a cultura como meio de integração, mas sob o controle do aparelho estatal. As nações governamentais tendem assim a adquirir um caráter sistêmico, centralizado em torno do Poder Nacional (ORTIZ, 1994, p.82).

Assim, o Estado incentivou e criou diversas políticas, projetos e ações. O crescimento da produção, distribuição e consumo de bens culturais aumentou significativamente entre 1964 e 1980. Nesse período serão realizadas inúmeras ações, além da criação de diversos órgãos e instituições, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1 - Criação de Órgãos/ Instituições político-culturais e Ações político-culturais em curso no ano de criação dessas entidades.

Ano	Criação de Órgãos/ Instituições político-culturais	Ações político-culturais em curso no ano de criação dessas entidades
1966	EMBRATUR Conselho Nacional de Turismo	Criação de uma Política Nacional de Turismo
1966	Conselho Federal de Cultura[89] Instituto Nacional de Cinema	
1967		Criação do Sistema Nacional de Turismo I Encontro Oficial de Turismo Nacional
1968		I Reunião dos Conselheiros Estaduais de Cultura
1969		EMBRAFILME
1970	Criação do Departamento de Assuntos Culturais –DAC Transformação da DPHAN em IPHAN	Reforma administrativa do MEC

[89] É interessante dizer que o Conselho Federal de Cultura é criado em 1966, mas o Plano Nacional de Cultura é elaborado somente em 1975. Sobre o CFC, veja MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)** /organização da coleção Lia Calabre. São Paulo:Itaú Cultural : Iluminuras, 2012.

	(1970)	
1972	TELEBRÁS	I Congresso de Indústria Cinematográfica Brasileira Sistema Básico de Microondas que possibilita a integração nacional por TV e a TV a cores
1973	Criação do Conselho Nacional de Direito Autoral	O Departamento de Assuntos Culturais - DAC lança o 1º Plano de Ação Cultural Programa de Cidades Históricas
1975	FUNARTE Ampliação das funções da EMBRAFILME com o fim do Instituto Nacional de Cinema Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC	Publicação do 1º Plano Nacional de Cultura I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus
1976	CONCINE RADIOBRÁS	I Encontro Nacional de Cultura
1979	O Departamento de Assuntos Culturais se transforma em Secretaria de Assuntos Culturais Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Pró-Memória	I Seminário Nacional de Artes Cênicas I Encontro Nacional de Artistas Plásticos Profissionais

Fonte: ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. Brasiliense, 5ª Ed. São Paulo, 1994, p. 86.

Podemos notar que o volume de ações voltadas para o turismo e a cultura tem uma ascensão. Segundo Lia Calabre, durante o governo Geisel houve *"um efetivo fortalecimento na área da cultura"* (CALABRE, 2007, p.4). Isso ocorre, pois Geisel introduz novos dados: *"a distribuição de rendas e oportunidades"* (CALABRE, 2007, p.4). De acordo com Renato Ortiz esses dados levaram o governo a *"implementar algumas políticas de distribuição indireta"* (ORTIZ, 1994 p. 87).

> Acredito que a área da cultura se beneficia justamente deste incentivo financeiro que tem origem no otimismo do II PND. (...) O período do "milagre" abre novas possibilidades para as realizações e os empreendimentos culturais. Observaremos, porém, com o advento da crise econômica, que uma mudança ocorre no discurso e no incentivo das ações culturais (ORTIZ, 1994 p. 87).

Desta forma, o Estado exerce nesse período papel importante para a área da cultura, uma vez que age como incentivador e normatizador, sendo responsável pela institucionalização da cultura.

> A partir de 1964 são baixadas inúmeras leis, decretos-leis, portarias que disciplinam e organizam os produtores, a produção e a distribuição dos bens

> culturais - regulamentação da profissão de artista e técnico, obrigatoriedade de longas e curtas metragens brasileiros, portarias regularizando o incentivo financeiro às atividades culturais, etc. (ORTIZ, 1994, p. 88).

Com a institucionalização da área da cultura e do turismo, bem como com o crescimento econômico do país, podemos ver os estados seguindo as diretrizes da política federal, criando órgãos ligados à cultura e turismo visando acompanhar essa expansão em andamento[90].

3.1.2 O incentivo ao turismo ligado ao folclore e à cultura popular

Os setores da cultura e do turismo passam por um momento de efervescência no período do regime militar, com a criação de vários órgãos e instituições que pudessem viabilizar o projeto governamental na área cultural e do turismo.

É interessante perceber o olhar empreendido pelos formuladores dessa política sobre cultura e turismo. Em 1966, é criada a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR almejando organizar e estimular o turismo no país. A EMBRATUR foi vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, pois a ótica governamental com relação ao turismo era economicista. De acordo com Santos Filho:

> Desde meados da década de 60 que o turismo passou a merecer alguma atenção das classes dirigentes, públicas e privadas, e não foi pensando nos direitos ao melhor uso do tempo livre da população que o assunto ganhou espaço no panorama das decisões governamentais. Logo foi dado ao turismo o status de "indústria básica de interesse nacional", moldando-o à situação histórica da economia brasileira (2006, p. 2 apud SILVA, 2007, p.67).

Esse período vai ser marcado por uma nova forma de organização do setor turístico.

> (...) novas formas de organização do setor turístico com a expansão de grandes empreendimentos de hospedagem e transporte aéreo internacionais e a difusão da padronização de pacotes de viagem por grandes operadoras de

[90] O Governo do Estado cria em 1966 a Secretaria de Cultura do Estado Ceará, desvinculando a área da cultura da Secretaria de Educação, através da Lei 8.541, de 09 de agosto de 1966. Vale dizer que a lei afirmava que a SECULT só entraria em vigor no ano de 1967, entretanto o governador Plácido Castelo, por meio da LEI 8577 de 30 de setembro, antecipa a vigência da LEI 8541, para o dia 11 de setembro de 1966. Ver: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/a-secretaria/criacao-da-secult/lei-de-criacao.> acessado em 29.01.2014.

> turismo. Nesse novo contexto, a nova agência possuí em seus quadros importantes nomes da iniciativa privada nos ramos hoteleiro, da aviação civil e das agências turísticas. Se, de acordo com a legislação brasileira sobre o turismo, as políticas públicas eram de responsabilidade do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), na prática, a execução dos principais planos de desenvolvimento turístico ficava a cargo da EMBRATUR, que se tornou responsável pelos principais programas, estudos e pelos subsídios e financiamentos da área (AGUIAR, 2010, p.5).

A criação da EMBRATUR proporcionou transformações ao setor turístico. Como nos mostra a autora Leila Aguiar:

> Essa empresa deveria ainda classificar os empreendimentos turísticos em categorias de conforto e serviços oferecidos, promover as atrações turísticas nacionais, criar novos atrativos turísticos e, ainda, incentivar o turismo interno - preocupação crescente a partir da década de 1970 (AGUIAR, 2010,p. 8).

O turismo interno torna-se importante nas ações e projetos da EMBRATUR, pois o desenvolvimento do mesmo auxiliaria o crescimento econômico nacional, assim como possibilitava melhores oportunidades para algumas regiões e cidades. Veremos mais adiante que esse pensamento foi apropriado pelos intelectuais, empresários e dirigentes das cidades da região do Cariri cearense.

Além do incentivo ao turismo, como já vimos a "área da cultura" fora bastante impulsionada pelo crescimento econômico do país, pois a formulação de políticas culturais era importante não só pela produção, distribuição e consumo de bens culturais, mas porque a cultura esta ligada a ideologia da identidade nacional.

Podemos ver que a política cultural formulada nesse período está voltada para a memória como elemento que auxilia a construção da identidade brasileira. Assim, muitas das políticas eram voltadas a valorização da memória tendo como um dos focos a recuperação de instituições nacionais que simbolizavam, além da memória, a cultura nacional, contudo essa tarefa não era algo fácil. Para Renato Ortiz, um dos problemas dessa política era aliar ideologia e prática.

Renato Ortiz refere-se a dois pontos centrais da política cultural na década de 1970: a cultura como algo rentável, geradora de lucro e o incentivo ao turismo. Para Ortiz, a integração cultura e turismo como geradora de renda era um pensamento recorrente naquele contexto para *"resolver o descompasso entre investimento de capital e o consumo lucrativo de bens culturais"* (ORTIZ, 1994, p. 118).

Podemos ver que a ideia de cultura e turismo como elementos para o desenvolvimento foi apropriada e (re)significada nas políticas de cultura em nível

estadual. O Ceará nesse período passa por transformações entre elas na área cultural. O estado fundou a primeira Secretaria de Cultura estadual (1966) do Brasil, tendo como primeiro Secretário o historiador Raimundo Girão. A criação da Secretaria, conforme Raimundo Girão, buscava:

> preservar e fomentar tantas atividades do pensamento criador, numa melhor coordenação, trazendo da dispersão e da heterogeneidade em que tem vivido entre nós, para a salutar homogeneidade construtiva e eficaz.(GIRÃO, 1967, p. 226 apud BARBALHO, 1998, p. 109).

Segundo Barbalho, assim como em outros estados, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará passa por dificuldades; além dos escassos recursos, há uma tensão no campo político. Existe um conflito claro entre os intelectuais que defendem sua criação e intelectuais e políticos que a acham uma Secretaria "decorativa". Desta forma, a Secretaria de Cultura do Estado vivencia nesse período uma constante busca por legitimação (BARBALHO, 1998, p.110).

Vale dizer que, segundo Alexandre Barbalho, um dos fatores que contribuíam para a crítica a Secretaria de Cultura era o fato de ela representar uma cultura elitizada, graças ao "eruditismo" do então secretário Raimundo Girão e de sua equipe (BARBALHO, 1998, p.114). Nesse contexto, há uma luta pela popularização da cultura, tendo como um de seus objetivos:

> repensar a tradição cultural cearense para favorecer o desenvolvimento artístico, cansado que estava de imitações e aceitação passiva de elementos não condizentes com nossa realidade (BARBALHO, 1998, p. 115).

Fora então realizada uma campanha em prol da popularização da cultura. A campanha contou com o apoio de diversos segmentos e de algumas personalidades, entre elas: o jornalista Carlos Dália, crítico da Secretaria de Cultura; o então Secretário de Educação do Município de Fortaleza, Ernando Uchoa Lima, dos artistas e de vários setores da população. Desta maneira, a campanha pela popularização da cultura ficou conhecida também como "cearentismo" (significava tradições cearenses).

Segundo Barbalho, é na década de 1970, na gestão do Secretário Ernando Uchoa[91], que a Secretaria irá fazer uma política cultural mais abrangente, tendo como principais metas: a popularização da cultura e a interiorização. Para tal, serão realizadas Jornadas Culturais *"caravanas de artistas que saem da capital para as cidades do*

[91] Ernando Uchoa foi Secretário de Cultura do Estado nas gestões dos governadores César Carls e Adauto Bezerra (1971 -1978).

interior e que permitem incontestável intercâmbio entre os valores da capital e do sertão cearense", dentre outros projetos (BARBALHO, 1998, p. 122).

Assim, a política cultural desenvolvida no Ceará por meio da Secretaria de Cultura e com apoio da esfera federal fora baseada na busca pela popularização e interiorização da cultura, tendo como objetivo apoiar e valorizar os "artistas da terra", incentivar as "tradições culturais cearenses".

Esse olhar acerca da "cultura popular" como "cultura do povo" era uma crescente. Podemos notar que "cultura popular", "cultura do povo" e folclore nesse momento são entendidos como sinônimos ou como complementares[92]. A Comissão Nacional de Folclore foi criada em 1947, bem como as suas filiais Comissões Regionais de Folclore, em diversos estados brasileiros. Em 1958, foi desenvolvida a Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro que tinha como objetivo "defender o patrimônio folclórico do Brasil e proteger as artes populares" (CAVALCANTI, 2002, p. 4). Segundo Maria Laura V. de Castro Cavalcanti a Campanha trazia que:

> a cultura folclórica devia ser intensamente divulgada e preservada. A Campanha fomentou pesquisas em diferentes regiões, bem como sua documentação e difusão através da constituição de acervos sonoros, museológicos e bibliográficos (CAVALCANTI, 2002, p. 4).

Assim, a visão da Secretaria de Cultura estava em consonância com a política nacional de apoio a "cultura do popular"/folclore. Podemos notar esse fato no discurso dos representantes da Secretaria de Cultura sobre os Festivais de Folclore, afirmando que estes representam:

> Grupos representantes de várias partes do litoral e do sertão, formando assim um mapa heterogêneo e curioso, uma verdadeira amostra fascinante das mais autênticas recreações populares da gente simples do Ceará. Trata-se de uma promoção destinada a prestigiar a nossa cultura popular constituída de elementos, os mais variados, de raízes as mais distantes e diversas[93].

Esse discurso de defesa da "cultura popular"/folclore foi incorporado por diversos setores: poder público, intelectuais, artistas e parte da população em diversas regiões do Estado do Ceará, entre elas: a região do Cariri, como veremos abaixo.

---

92 Para aprofundamento das discussões acerca de folclore neste período ver: VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

93 **Jornal O Povo**, Fortaleza, 21 de agosto de 1974, p. 5.

A região do Cariri cearense passa por transformações nas décadas de 1960 e 1970[94], há nesse momento uma busca pela modernização e progresso da região. Os intelectuais do Instituto Cultural do Cariri deslocam seus discursos, até então focados na cidade do Crato, para a promoção do desenvolvimento regional:

> é lícito afirmar que a questão regional, e, nesse sentido, a apropriação do discurso do desenvolvimento regional para o plano micro-regional (Cariri), deslocou um pouco as fronteiras dos municípios no plano das ações políticas, diluindo aos poucos os bairrismos e conclamando o sentimento de pertencimento a uma região (CORTEZ, 2000, apud GOMES, 2012, p. 2).

Como já foi dito no capítulo primeiro deste trabalho, o Instituto Cultural do Cariri – ICC foi uma instituição importante para a região, pois o mesmo fora atuante na busca pelo desenvolvimento regional, sendo seus membros responsáveis, muitas vezes, por elaborar campanhas em prol do crescimento da região, atuando em diversas frentes. Entre elas: a criação do Clube de Amigos do Folclore (1967), a organização de seminários para discutir o desenvolvimento da região (1977), comemorações cívicas e participação dos membros (ICC) em outras instituições, visando palestrar sobre os aspectos históricos e culturais da região (GOMES, 2012, p. 15).

Cabe aqui dizer que não fora somente o Instituto Cultural do Cariri a desenvolver atividades e defender o crescimento da região do Cariri cearense, entretanto é inegável que esta instituição ocupou papel importante na construção dos discursos em prol da região, tendo em vista que é constituído por intelectuais reconhecidos socialmente, representantes do poder público e da elite regional.

Desta maneira, os intelectuais do Instituto Cultural do Cariri, bem como membros de outras instituições, irão fazer uma campanha intensa para o crescimento da região e consequentemente seu desenvolvimento econômico. Para tal os mesmos elegem o turismo como esse elemento rentável, capaz de alavancar a expansão econômica da região. De acordo com a autora Leila Aguiar, esse olhar acerca do turismo era recorrente.

> Verificamos ainda a criação e difusão dos discursos de exaltação do turismo por parte de associações empresariais, autoridades públicas e intelectuais do campo turístico, atuantes no interior da EMBRATUR, como solução para a miséria e o desemprego de muitas cidades e regiões brasileiras (AGUIAR, 2010, p. 8).

---

[94] A região era mais ligada ao Estado de Pernambuco devido a distancia em relação à capital, Fortaleza (cerca de 600 Km). Entre suas principais cidades estão: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Assim, é iniciada uma campanha de incentivo ao turismo da região, embasando seu discurso no fato do Cariri possuir muitos elementos folclóricos e manifestações da "cultura popular". Os apoiadores dessa campanha acreditavam que a "cultura popular" e o folclore eram o grande atrativo para impulsionar o turismo em seus municípios.

> (...) Temos o rico folclore regional, as feiras, os cantadores, as bandas cabaçais, os reisados, os festejos, tudo se perdendo, tudo deixando de ter autenticidade, por não existir apoio, incentivo, estudo, aproveitamento, coordenação[95].

Eles utilizavam como meio propagador de suas ideias os jornais da região, entre eles o Jornal "A Ação"[96]. Nas páginas do periódico podemos ver diversas noticias acerca do turismo da região, seja incentivando, seja cobrando a viabilidade e o desenvolvimento do mesmo.

Eles defendiam que o *"Turismo é uma indústria, e como tal precisa ser modernamente aparelhada dos acessórios ao seu perfeito funcionamento"*[97].

> Para se fazer turismo, são necessárias pelo menos 3 coisas: boas estradas, com acesso aos locais turísticos e facilidade diversas; bons hotéis, onde possam ser acomodados os visitantes, com atrações variadas; e boa propaganda, bem dirigida e bem orientada, debaixo de um planejamento sólido e bem estruturado[98] .

Havia uma cobrança para que as autoridades construíssem os meios para o desenvolvimento do turismo, fosse estrutural ou organizacional, uma vez que a região possuía o mais importante, o potencial turístico:

> Rico potencialmente em atrações turísticas e motivos para aproveitamento de uma exploração turística o Cariri está a espera de iniciativas oficiais e privadas, para mostrar realmente, que no interior do Estado, é quem tem mais condições de sustentar uma futura corrente turística, durante todo o ano[99]

Como podemos ver, não importava de onde viriam as ações, mas era necessário que houvesse a iniciativa. Os intelectuais caririenses e os jornais (entre eles o Ação)

---

95 Turismo Cratense será apoiado pela Secretaria de Cultura. **Jornal A Ação**, Crato, 17 de junho de 1967, p.7.

96 A Ação era um jornal diário, católico, da cidade do Crato que tinha como redatores, editores e colaboradores membros do Instituto Cultural do Cariri e intelectuais da região.

97 Crato precisa incentivar o Turismo. **Jornal A Ação**, Crato, 25 de junho de 1967.

98 Crato precisa incentivar o Turismo. **Jornal A Ação,** Crato, 25 de junho de 1967.

99 Crato comanda Turismo na Zona Sul do Estado. **Jornal A Ação**, Crato, 07 de outubro de 1967, p.7.

cobravam articulações entre os governos federal, estadual e municipal, bem como com o setor privado.

Um exemplo disso é a notícia do jornal A Ação sobre a visita de uma Comitiva do Governo, formada pelo então Secretario de Cultura do Estado, Raimundo Girão, e pelo diretor do Departamento de Turismo, João Ramos, ao Crato. O jornal afirma que estes foram buscar *"novos contatos para articular as atividades de sua secretaria com as nossas, no setor cultural e turístico"*[100].

Assim, havia toda uma expectativa no que iria produzir essa visita, que benefícios iriam proporcionar afinal, a visita destas autoridades poderia sinalizar investimento por parte do governo estadual. Eles almejavam que essa articulação gerasse soluções que pudessem fomentar o turismo e gerar riquezas para a região.

> Foi justamente a propósito de turismo, que é hoje tema apaixonante em todos os países civilizados, pois se constitui fonte de renda excepcional e há uma autêntica indústria do turismo, foi a propósito disso que João Ramos sugeriu que fizéssemos no Crato um GUIA DO TURISMO, tanto local como também regional[101].

Contudo, as ideias e ações decorrentes dessa visita da Comitiva da Cultura e do Turismo demonstraram ser aquém daquilo que eles esperavam[102]. Isso gerou insatisfação e consequentemente uma cobrança para que as autoridades incentivassem o turismo e a cultura, como podemos ver dias depois no Jornal A Ação de 25 de junho de 1967;

> (..) Se as próprias autoridades governamentais, pensam assim, imagine-se no Ceará, onde já existe um Departamento de Turismo, mais de fachada que de rendimento prático... Apenas tem sido feitos Guias da Cidade de Fortaleza, e nada mais[103].

A campanha em prol do turismo feita pelos intelectuais da região fez com que o poder público local buscasse desenvolver as políticas e ações acerca do turismo e da cultura. Desta maneira, as prefeituras buscaram construir suas políticas e projetos alinhados com o pensamento político nacional e estadual.

---

100 Raimundo Girão: A Secretaria da Cultura foi criada em Crato". **Jornal A Ação**, Crato, 03 de junho de 1967, p.6.

101 Turismo Cratense será apoiado pela Secretaria de Cultura. **Jornal A Ação**, Crato, 17 de junho de 1967, p.7.

102 Como vimos no inicio deste capítulo, à gestão de Raimundo Girão na Secretaria de Cultura fora marcada pela busca de legitimação desta pasta e pela escassez de recursos para desenvolver políticas culturais.

103 Crato precisa incentivar o Turismo. **Jornal A Ação**, Crato, 25 de junho de 1967.

Dessa forma, na região ao sul do Estado, conhecida como Cariri cearense, os municípios que formam o triângulo CRAJUBAR[104]: Crato, Juazeiro e Barbalha, adotaram medidas de incentivo ao turismo, focando o folclore e a cultura da região. Foram criadas comissões de apoio ao turismo[105], bem como houve uma valorização dos elementos da "cultura popular"/folclore.

Esse momento foi marcado pela busca de identificar elementos do folclore e da cultura que pudessem auxiliar na construção de uma identidade regional que tivesse importância nacional.

Assim, era necessário fazer a identificação das manifestações culturais desenvolvidas na região, bem como criar projetos e ações para que essa riqueza fosse melhor aproveitada pela região, por isso será incentivada a criação de um calendário dos festejos de cada município do Cariri cearense.

> Um calendário especial para serem fixados os festejos; tal mês isso, tal mês aquilo, tal data isso, tal data aquilo, de tal forma que tivéssemos um roteiro certo, com atrações certas... Um calendário folclórico poderia atrair inclusive, turistas para a nossa região[106]

A região procurou organizar suas festas tradicionais criando um calendário das comemorações, onde o foco eram as festas dos padroeiros. Afinal, praticamente todas as cidades da região possuíam as festividades ligadas ao padroeiro, facilitando a construção desse calendário festivo e viabilizando uma possível atuação do poder público municipal.

Nesse contexto, a cidade de Barbalha, como vimos no segundo capítulo, irá reestruturar a festa do seu padroeiro, Santo Antonio, almejando alcançar o desenvolvimento econômico que seria proporcionado pelo turismo.

---

104 Atualmente esse termo é utilizado pela população para designar as cidades do Crato, Juazeiro e Barbalha. Por serem tão próximas elas sofreram o processo de conurbação e em 2009 esse termo será utilizado pelo Governo do Estado para designar a Região Metropolitana do Cariri. Ver Diário Oficial de 03.07.2009 p.1 (Lei Complementar Estadual nº 78, de 26 de junho de 2009).

105 Ver: SILVA, Simone Pereira da. **Os sentidos da festa: (Re)significações simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha-CE (1960-1970)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011, p. 67.

106 Folclore regional deveria ter calendário de atrações. **Jornal A Ação**, Crato, 20 de maio de 1967, p.4.

3.1.3 As políticas públicas da Secretaria de Cultura e os diferentes tipos de relação com os grupos de penitentes

O gestor do município de Barbalha, a partir da década de 1970, irá reorganizar a Festa de Santo Antonio visando torná-la mais atrativa aos turistas. Entre os elementos a serem utilizados na reestruturação da festa está a valorização das manifestações culturais locais e para tal era necessário identificá-las. Esse momento é considerado como um período de "resgate" das manifestações culturais. Isso fica claro na fala mnemônica da funcionária da Secretaria de Educação na época, posteriormente da Secretaria de Cultura do município de Barbalha responsável por verificar as demandas dos grupos folclóricos convidados a participarem da festa.

> (...) fizeram um projeto (o prefeito Fabriano Livônio e a freira coordenadora de uma das escolas da cidade) e ele colocou os dois últimos anos, o 2º e o 3º Normal Pedagógico pra fazer esse trabalho de resgate. Porque eu me questiono muito essa história "resgatando o folclore". Depois do folclore chegar do jeito que ele chegou ninguém resgata porque tá aí. Agora Dr. Fabriano resgatou porque não existia. Existia onde? Existia nos pé de serra que a gente sabia, mas ninguém via, ninguém vivenciava, ninguém olhava, ninguém curtia (Entrevista concedida por Celene Queiroz em 25.01.2013, no município de Barbalha-CE).

Para ela, somente com o desenvolvimento do projeto do poder público municipal é que as manifestações vão ser "resgatadas" e passar pelo processo de valorização.

Assim, segundo a entrevistada, o projeto consistia em os alunos pesquisarem nas comunidades as "manifestações culturais" existentes, os grupos que as praticavam e, em uma espécie de gincana, a turma que "descobrisse" o maior número seria recompensada.

> A ideia dele era fazer um tipo de competição entre o 2º e o 3º Pedagógico. Quem mais descobrisse culinária, artesanato, cultura, folclore. Então tinha a premiação no final, o dinheiro ele ajudaria na excursão, que todos gostam da festa, quer dizer, a prefeitura retribuía né?(...) Então foi dessa maneira que a cultura popular entrou na festa de Santo Antonio (Entrevista concedida por Celene Queiroz em 25.01.2013, no município de Barbalha-CE).

O projeto foi desenvolvido e nas palavras da entrevistada havia sido "um sucesso". Contudo, alguns anos depois, a parceira com a escola acabou, pois, segundo Celene, os alunos estavam se dedicando demais ao projeto e deixando de lado as obrigações escolares.

> (...) não sei dizer quantos anos foram, quanto tempo levou, porque na época eu não era ligada, eu era nova nessa época e tudo. E até que quando foi um determinado ano a freira chegou pra ele e disse que não queria mais, não podia mais, não tinha mais condição, porque quando dava fim de março, abril, ninguém mais queria nada... Então já ficava aquela confusão, ninguém queria mais nada(...) (Entrevista concedida por Celene Queiroz em 25.01.2013).

Apesar de não ter mais a colaboração da escola, a Prefeitura incumbiu as professoras do MOBRAL[107] de realizarem o trabalho com os grupos de manifestações culturais.

A pesquisadora Simone Silva, ao trabalhar as (re)significações simbólicas dos brincantes dos Reisado de Congo em Barbalha nas década de 1960 e 1970, percebe que o interesse da municipalidade na participação das manifestações culturais, folguedos está ligado aos diferentes tipos de ganho que ela geraria.

> A questão é que a municipalidade barbalhense viu nos bens culturais do local um potencial econômico e cultural até então mal explorado. Incentivar a participação e permanência dos grupos na festa do padroeiro e em outras comemorações proporcionava, ao município, diferentes maneiras de ganho, que podia ser na forma de investimentos do governo para com esse e demais setores da economia, a ampla repercussão nos meios de comunicação sobre o valor cultural da cidade, o aumento do turismo e, consequentemente, a da circulação monetária, a gratidão da maioria dos integrantes dos grupos populares que se apresentam na festa e, por fim, o reconhecimento da relevância histórica e artística por parte de entidades competentes, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (SILVA, 2011, p.88).

Contudo, assim como o poder público municipal buscava ter ganhos na relação com os grupos folclóricos, eles (os grupos) também tinham seus interesses. Se inicialmente os recursos investidos eram mínimos, com o aumento de políticas públicas culturais o investimento foi aumentado e sendo cobrado um apoio maior por parte da Prefeitura aos grupos.

> Hoje vem muita verba, né. Hoje vem muito, secretário de cultura manda. Mas na época era desse tantim. Mas é por que eu num faço é pedir nada na secretária de cultura só pra meu Reisado, por que num precisa. E eu to falando é de antigamente mermo.(...) da época de 70. Eu to dizendo a ela, que os recurso era pouco. Que era pouco mermo, era bem pouquim, era um nada. Aí num dava pra ter. Num dava pra ajudar todos os grupo. Ajudava com uma coisinha desse tamanho. Aí num dava pra cobrir tudo, viu? Era isso, o pouco que vinha tinha que se satisfazer com aquele pouco que vinha. Que a secretária ela ajuda, com muito ou pouco ela ajuda, ela num sunega [se nega] de num ajuda [108] (SILVA, 2011, p.87).

---

107 Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização foi um projeto do governo criado em 1967 com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, tendo seu fim na década de 1980.

108 Entrevista concedida por Antonio José a Simone Silva em 05 de janeiro de 2010.

> Desde a época de João Hilário. João Hilário era também um... pra nós também, João Hilário era um bom prefeito, gente muito boa, valoriza muito bem nós também. E depois que ele saiu, to..., esse, esse outro pessoal entrou e ficou do mesmo jeito porque... Ah, só valoriza porque acha que a gente merece, né, Gorete? Se não merecesse não valorizava, né? (Entrevista concedida por Sr. Zé Galego, em 23 de janeiro de 2013)

Assim, podemos ver o estabelecimento de uma relação entre Prefeitura e grupos folclóricos. Para Simone Silva, essa relação é de interdependência, uma vez que a municipalidade utiliza os grupos para embasar sua política de turismo e cultura e os grupos, através dessa participação, recebem além do reconhecimento e valorização, apoio financeiro.

Irei abordar aqui de forma mais especifica a relação poder público municipal de Barbalha, seus funcionários e os grupos de penitentes do município. Há uma interdependência entre a Prefeitura e os grupos folclóricos, mas existem também outros tipos de relação dentro dessa rede de relações.

Ao estudar o grupo de penitentes Irmandade da Cruz, Cícera Patrícia Alcântara Bezerra indica que a relação que se estabelece entre os penitentes e a municipalidade é de intermediação e ela coloca a Secretaria de Cultura como sujeito importante dentro dessa relação.

> No que concerne a Secretaria de Cultura do município, os entremeios do seu discurso se constroem pelo sentido de intermediação, isto é de ponte, que a instituição assume entre a Irmandade da Cruz e os veículos que de formas diversas procuram ter algum tipo de contato com o grupo (BEZERRA, 2010, p. 93).

Assim, a Secretaria de Cultura se coloca como mediadora entre os grupos e os demais sujeitos. Na perspectiva da autora, a Secretaria estabelece seu papel dentro da rede de relações. Ela aponta que uma funcionária *"enumera as funções que garantem a Secretaria tal legitimidade"*.

> A Secretaria é assim a porta de entrada para esses veículos, porque sempre que alguém, algum estudante, alguma universidade, um jornal, imprensa rádio, <u>querem saber alguma coisa com relação a qualquer grupo, seja penitente, seja qualquer outro grupo da cultura popular</u>, eles procuram a Secretaria de Cultura, e aqui a gente encaminha e faz todo aquele trabalho para que eles possam chegar até aos mestres (...) A gente faz todo esse intermédio, grupo e visitante (Entrevista concedida por Gorete Amorim a BEZERRA, 2010, p. 93). **[Grifo nosso]**

A Secretaria assume a função de intermediação entre os penitentes e os possíveis interessados em ter contato com os mesmos, mas ela faz questão de afirmar que essa intermediação ocorre com qualquer grupo de cultura popular do município. Explica também que cabe à Secretaria de Cultura, porque ela é o espaço de referência, "a porta de entrada" para quem quer ter contato com os grupos. Assim, consagra-se o papel da Secretaria de Cultura como instituição responsável não só por promover, mas também por intermediar a relação entre os grupos de cultura popular e outros setores da sociedade. Nesse processo vão sendo construídas as redes de relações e os papéis de cada um nesse jogo de poder.

Essa intermediação feita pela Secretaria é *sui generis,* uma vez que ela é realizada por uma funcionária da Secretaria. Ela é marcada pela personificação, uma vez que, desde a participação dos grupos na festa de Santo Antonio até os dias de hoje, somente duas funcionárias foram responsáveis pela relação com os grupos folclóricos. Cada uma em seu período[109] estabeleceu uma relação que ia além da relação institucional com o grupo de penitentes.

Assim, mais do que uma intermediação feita de forma institucionalizada pela Secretaria, há uma relação mais profunda entre os grupos e essas pessoas. Isso fica bastante evidente no caso dos penitentes, em suas falas, eles afirmam que recebem o apoio da Prefeitura, mas não sentem que possuem uma relação direta com a municipalidade. Sr. Chico Severo, ao ser questionado sobre a relação do grupo com a Prefeitura, afirma:

> Não, na prefeitura nós, nós num tem ... Eu mesmo num tenho relação com a prefeitura, pois pronto. Aí, é ela...Tudo que resolve é ela. (Jana: "A Gorete?") É. Quando era a Celene era a Celene. Agora é ela, é ela, né? (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

Ele não vê a Prefeitura como a instituição com a qual estabelece uma relação; para ele, a relação é mais pessoal, embora seja com funcionárias municipais, a relação é feita de forma personificada, inicialmente por Celene e atualmente por Gorete Amorim. Essa percepção delas como responsáveis por auxiliar os grupos é algo marcante na fala dos penitentes, pois vemos que a relação estabelecida por Gorete ultrapassa a fronteira da instituição, passando a ocupar um papel que vai além das suas funções como funcionárias da Prefeitura via Secretaria de Cultura, sendo sua atuação de fundamental importância. Para eles (os penitentes) ela (a atual funcionária) é comparada ao decurião/mestre.

---

[109] A funcionária atual responsável pelos grupos ocupa o cargo há 28 anos. Sua antecessora também exerceu a função por cerca de duas décadas.

> Agora tem fora, fora do mestre, tem a coordenadora, né? É, mas ela vem com uma cara de defesa, ela tinha que falar com os penitente não é assim, num é pra fazer assim. Ela é muito rigorosa também... É, se ela ver uma coisa que num tá certa, ela chama atenção pra fazer as coisa direito (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

Em sua fala Sr. Chico nos leva a ver que a relação não é só de intermediação, ele chama de coordenação, o que vai muito além de auxiliá-los na relação com outros sujeitos sociais, entre eles o poder público local. Eles atribuem a ela o papel de ensiná-los o que podem ou não fazer, mesmo que muitas vezes não gostem da sua maneira, eles reconhecem que ela exerce papel importante dentro do grupo.

> Nós precisa de Gorete. Negócio de soltar nós no meio de rua sem ninguém perto, né? No dia do Pau da Bandeira, não pode deixar nós solto, num é assim, tá certo? Gorete é boa também, Gorete é boa, né? A diferença de Gorete é que mudou as coisa, num mudou? Aí, nós acha diferente, mas num é não. O que mudou a como é que diz? O visual, ela num tem culpa, tem? Tem não. A globo fez parte, mais do canal, né? Então ela não tem culpa nenhuma. Eu num boto culpa em Gorete nem aqui não. Agora, Gorete não sabe ainda é assim, é que quando somo de jeito é assim, é porque... ela é muito séria, né? Notou não?Ela num é errada não, ela é certa. Ela quer tudo, ela quer tudo certo, certo. Ela num quer que falte nenhum penitente, num é só pra aqui não, pra terço, o que num for é pra anotar aqui, eu tenho o lápis e a caneta, tenho o lápis e o papel. O que faltar, pra saber quem falta. Ela é muito exigente e ela tá atenta, num tá? É pra ser certo (Entrevista concedida por Sr. Antônio da Amélia em 29.01.2013).

Pude presenciar na pesquisa de campo um momento interessante dessa relação entre a funcionária da Secretaria e os penitentes. No final do evento chamado Fogaréu[110], foi realizada a chamada para ver se todos estavam no ônibus para levá-los para casa, foi quando alguns membros do grupo Irmandade da Cruz pediram a Gorete para falar com os demais membros sobre as faltas de alguns nas atividades do grupo. Vi quando um deles questionou que quando tinha cachê todos iam, mas quando era para fazer as atividades na comunidade, ou sem receber, muitos estavam faltando. Não era justo dividir o cachê com quem não estava participando de todas as atividades do grupo. Ela disse que não poderia reclamar ou interferir, pois isso fazia parte das questões internas do grupo. Contudo, ela acabou falando para eles que não faltassem as

[110] Evento desenvolvido na Semana Santa pela Secretaria de Cultura de Barbalha desde 2011. A programação do Fogaréu é composta das seguintes partes: na quinta-feira os penitentes (Irmandade da Cruz e Santas Missões) pedem esmolas pelas ruas da cidade, na sexta-feira santa é feita uma procissão com vários grupos de penitentes (de diferentes cidades do Cariri) pelas principais ruas da cidade, sendo esta concluída na Igreja Matriz e no sábado são feitas orações e benditos no cemitério da cidade. Conforme nos informou Gorete Amorim em suas entrevistas, ela criou esse evento para trabalhar com os grupos de penitentes da cidade. Ela teve a ideia depois de levá-los (os grupos) para participar de um evento semelhante no município de Várzea Alegre. Ela não se remete a procissão do Fogaréu de Goiás.

atividades, pois não era para participar somente de momentos em que recebessem cachê. Esse diálogo me chamou bastante atenção pelo fato deles delegarem a ela essa função tão delicada de exortação, colocando-a para resolver os conflitos internos do grupo, pois até então achava que sua relação era a de intermediação. Nesse momento percebi que a relação deles ia além de uma intermediação cultural, era algo mais profundo, mais íntimo. Claramente permeada de conflitos e negociações.

Ao ver que os penitentes atribuíam a Gorete diversas funções, busquei compreender como se dava a relação entre os grupos de penitentes, Prefeitura/Secretaria de Cultura e Gorete Amorim.

É clara a relação de interdependência entre poder público municipal e grupos de penitentes, onde a Prefeitura precisa dos grupos para realizar seus eventos culturais (entre eles a Festa de Santo Antonio) com vistas ao crescimento econômico esperado com o turismo. Os grupos, por sua vez, têm ganhos com o reconhecimento e a valorização da sua atividade, sejam eles simbólicos ou econômicos. O reconhecimento proporciona aos grupos convites para participarem de outros eventos, que, na maioria das vezes, pagam cachê. Os penitentes não cobram para realizar suas atividades dentro da comunidade, podem até receber algum beneficio[111] se a pessoa que os convidou para rezar um terço ou cantar os benditos quiser dar, entretanto quando são convidados para eventos geralmente cobram um cachê pela apresentação.

Eles afirmam que não têm uma relação com a Prefeitura/Secretaria, mas sim com Gorete Amorim (funcionária da Prefeitura). Para eles, "o cachê", as vestimentas, os calçados, o transporte, enfim o material necessário para eles se apresentarem só é proporcionado pela Prefeitura graças ao trabalho feito por ela, sendo assim fundamental seu auxilio aos grupos.

> Rapaz, pra nós é bom demais. Tudo que Gorete ajeita pra nós aí, sobre a prefeitura, tudo dá certo. A gente recebe de coração, tando nas mão dela tá em nossa mão, porque ela se preocupa com nós mais de que merma com as filha dela.
> Graça a Deus, cem por cento, todo ano o prefeito sempre recebe a gente de coração, trabalha, passa tudo o que a gente precisa, negócio de roupa ele dá, calçado, dá o café, dá o carro e recebe a gente de todo coração, né?! (Entrevista concedida por Doda em 28.01.2013). **[Grifo nosso]**

[111] Muitas vezes as pessoas "pagam" aos penitentes com um jantar ou lanche, como pude ver na Semana Santa de 2012. Uma senhora preparou um lanche para eles, como forma de agradecimento por eles irem cantar os benditos na sua casa. Assim, quando eles fazem sua atividades para a comunidade, nem sempre são recompensados financeiramente.

Ao ver a forma com que eles falam da funcionária[112], as atribuições ou funções que eles designam a ela e a maneira dela responder a isso, me levou a pensar nas teias que envolvem essa relação.

Quando falamos de cultura, vemos que a produção, distribuição e consumo passaram por transformações. Como vimos, a partir da década de 1970, a cultura passa por um processo de mercantilização, onde os bens culturais passam a ser alvo de políticas culturais visando viabilizar essa mercantilização. O acesso aos bens culturais passa a ser elemento importante dessa política. Nesse contexto, entra a figura dos mediadores culturais, sendo estes os responsáveis por auxiliar a circulação do sistema cultural. O pesquisador Leonardo Costa ao estudar esse processo afirma que os mediadores tendem a designar o conjunto de intermediários pelos quais as obras se tornam conhecidas, compreendidas e recebidas, por isso fazem parte do sistema de circulação cultural (COSTA, 2009, p.3).

Desta forma, o mediador cultural proporciona o acesso aos bens culturais, ele auxilia tanto na produção como na recepção dos bens culturais e isso gera a circularidade do sistema cultural, pois o mediador exerce inúmeras funções, entre elas: programador de espetáculos, animador cultural, assessor de impressa, dentre outras (COSTA, 2009, p.4).

Podemos ver que Gorete Amorim acumula diversas funções com relação aos grupos de penitentes exercendo uma mediação cultural. Entre as funções exercidas por ela estão as de:

1) Produtora cultural, ao viabilizar as vestimentas por meio da Prefeitura;

> Então, essa indumentária, todos os anos a gente, eu faço um levantamento da necessidade de cada grupo e..., aí a gente vê o que assim..., claro que a gente não vai mudar uma roupa de penitente todo ano, porque não há necessidade de todo ano o penitente ter uma opa nova, um capuz. (...) a gente tá comprando, se alguma roupa estraga a gente tá mudando (Entrevista concedida Gorete Amorim em 26.01.2013).

ou ao agendar suas apresentações:

> E assim, eu tento tá sempre fazendo com que eles se apresentem, a gente sabe que é difícil hoje manter todos esses grupos durante o ano com apresentações porque, além da indumentária que é dada, tem um cachê, tem esse outro custo financeiro. Então sai muito caro, então a gente tá sempre atrás de projetos, de parcerias pra que a gente possa fazer as rodas de cultura, os terreiros, onde a gente possa tá colocando esses grupos em atividade durante todo o ano (Entrevista concedida Gorete Amorim em 26.01.2013).

---

[112] Vale ressaltar que a 1ª funcionária da Prefeitura a desenvolver o trabalho com os grupos de penitentes foi Celene Queiroz. Ao que tudo indica, pelos relatos recolhidos, o tipo de relação entre eles era muito parecido com a que eles têm com a atual funcionária Gorete Amorim.

2) Assessora de imprensa:

> Os penitentes, eles, eles já se apresentaram em vários estados, já foi matéria pra revista "Isto é", "Veja", pra Fantástico, já viajou quase todo Nordeste. Em 2005, eu levei o Joaquim Mulato pra se apresentar na Mangueira, né? É... e ele já fez vários curtas pra, pra filmes do Rosemberg, participou agora a pouco, a gente participou pra um filme do Ariano Suassuna (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013).

Essa diversidade de papeis exercidos por ela é reconhecida pelos membros dos grupos.

> Tem a nossa amiga Gorete que leva sempre a nosso lado, que essa daí veio pra aplicar mermo, né? Que essa daí nasceu pra cultura, viu? Que se o cabra perder uma mulher dessa aí na cultura, nós perde tudo... (Entrevista concedida por Doda em 28.01.2013).

Esse reconhecimento da importância das atividades exercidas por ela se dá não só pelo fato dela ajudar a viabilizar o desenvolvimento das atividades dos grupos ou pelo tratamento que ela concede a eles, mas também por verem que ela ocupa papel importante na defesa de seus interesses para com os demais sujeitos sociais: Órgãos ou instituições públicas, políticos, produtores culturais, artistas, pesquisadores, estudantes, dentre outros.

> Que hoje se a gente precisasse andar de penitente e qualquer coisa a gente já tem a autorização, tem gente que fale por nós, né? E no outro tempo não tinha e pela época hoje tá melhor de que no outro tempo (...) A pessoa é muito recebido, muito bem respeitado. Tem uma senhora, Gorete, que dá muito valor. Gente muito boa, né porque tô na frente dela, não. Porque ela é muito... Gente muito boa. Do "mermo" jeito pode ser a senhora também que eu num conheço bem a senhora. Mas, na época semana santa faz de nós uns filho dele lá na secretaria, né? Aí, fica todo satisfeito. Por isso, aí, né? (Entrevista concedida por Sr. Zé Galego em 23.01.2013).

É evidente que a agente Gorete Amorim desempenha mais que um papel de intermediação entre a Prefeitura e o grupo de penitentes. A diversidade de relações em que está inserida nos mostra que o mediador pode ocupa uma posição intermediária, onde ele dialoga com os diversos segmentos que envolvem o sistema cultural, além de fazer a mediação entre os diferentes atores envolvidos nessa relação. Segundo Leonardo Costa, ao analisar a mediação cultural na França:

> Podemos entender esse mediador como aquele profissional que na cadeia produtiva da cultura trabalha com diversas linguagens, sabendo dialogar com as fontes de financiamento, os artistas e os públicos, para que tenhamos algum movimento na área cultural. De fato, essa figura faria uma mediação por estar envolta de diversos atores diferentes que de algum modo precisam entrar em comunhão num momento (COSTA, 2009, p.5).

O autor conclui que os mediadores são os "novos intermediadores culturais".

> Os mediadores culturais são "os novos intermediários culturais" que vêm ocupar um terreno sobre o qual têm precedido anteriormente os professores, os animadores, os educadores... Distingue-se dois tipos de estatutos na profissão. Os mediadores que são responsáveis pela concepção dos projetos e das ações (fração superior em capital cultural - chefe de projeto, projetista de exposição, agente de desenvolvimento cultural...). E os que são responsáveis pela aplicação dos projetos e das ações (agente local de acompanhamento cultural, mediador do livro, animador de públicos jovens, animador - conferencista...) (COSTA, 2009, p.6).

Nesse sentido, a funcionária da Secretaria exerce a função de mediadora cultural, uma vez que ela desenvolve projetos, atividades, eventos (como o Fogaréu), como também ações externas como assessorá-los nas apresentações realizadas por outros sujeitos como: Prefeituras, Governo do Estado, Órgãos que desenvolvem atividades culturais (Centro Cultural Banco do Nordeste, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, dentre outros), cineastas, produtores culturais e etc.

Entretanto, a relação entre a funcionária e os grupos de penitentes é permeada de algumas singularidades que nos fazem perguntar sobre os seus limites, isto é, se ela não vai além da mediação ou intermediação cultural. Vale ressaltar que diferentemente de um produtor cultural, Gorete não recebe nenhuma percentagem ou valor do que os penitentes ganham.

Ao estudar o conceito de tutela[113] podemos ver que ele vai além de uma mediação entre o tutelado e o Estado e a sociedade. Esse conceito é utilizado na Antropologia nos estudos sobre a relação Estado e indígenas. O antropólogo João Pacheco de Oliveira ao refletir sobre tutela indígena, afirma que os indígenas, ao serem tutelados pelo Estado Brasileiro, têm um direito especial, sendo criado um aparelho administrativo único para mediar às relações índio-Estado-sociedade nacional. A tutela ocorre da seguinte forma:

---

113 Inicialmente o termo tutela fora utilizado para designar um dispositivo jurídico ligado a intervenção familiar *"para regular o patrimônio ou propriedade, transmitidos através do direito de herança, em situações em que a criança se encontra órfã ou similares (ou seja, sem o controle da família)*". O responsável (tutor) se torna um substituto da "família", e passa também a representar seu tutelado em atos civis. A tutela tem como característica ser uma intervenção transitória, de caráter excepcional, regulamentada pelo Estado. A Tutela orfanológica é de 1831, contudo a partir de 1910 o Estado brasileiro adota o regime tutelar para lidar com questões étnicas (indígenas) (FERREIRA, 2007, p.67). Conforme Andrey Cordeiro Ferreira ao estudar Tutela e Resistência Indígena o conceito de tutela esta ligado a proteção e ao assistencialismo. Uma vez que as representações feitas acerca dos índios esta sempre ligada a superioridade/inferioridade, infantilidade/adultidade e capacidade/incapacidade fazendo com que seja necessário um protetor que os represente nesse caso: o Estado (FERREIRA, 2007, p.66).

> As terras ocupadas por indígenas, bem como seu próprio ritmo de vida, as formas admitidas de sociabilidade, os mecanismos de representação política e as suas relações com os não-índios passam a ser administradas por funcionários estatais; estabelece-se um regime tutelar do que resulta o reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma 'indianidade' genérica, condição que passam a partilhar com outros índios, igualmente objeto da mesma relação tutelar (PACHECO & FREIRE, 2006, p 114).

Podemos ver que a tutela abrange uma complexidade de aspectos que vão além da mediação da relação dos indígenas com os demais grupos sociais. Ela interfere "no ritmo de vida", nas "formas de sociabilidade", no modo de viver tutelados. A tutela está envolta num paradoxo: o tutor existe para proteger o tutelado da sociedade que o envolve ou para defender os interesses mais amplos da sociedade junto ao tutelado (PACHECO & FREIRE, 2006, p 115).

Ao refletir sobre o conceito de tutela acerca da relação penitentes e a funcionária da Secretaria de Cultura Gorete Amorim, podemos ver que em alguns pontos a relação deles é semelhante a um regime tutelar, pois ela interfere no comportamento deles, ou seja, no seu modo de vida. Um dos pontos que nos chama atenção nessa relação é a interferência no comportamento deles nas apresentações.

> (...) Então, nessa, nesse, nessa maneira esses costumes nessa, nessa coisa deles fazer eu não interfiro. Eu interfiro no comportamento, se sair tem que se comportar, ter horário pra dormir quando a gente viaja, a roupa eu, eu sempre exijo que eles estejam sempre limpos, bem arrumados. Então, a minha interferência é essa (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013) **[Grifo nosso]**

É interessante ver que ao mesmo tempo em que ela diz que interfere no comportamento deles nos lugares, ela coloca que não interfere de forma alguma na prática, na atividade.

> Ah, eu interfiro, eu interfiro, assim na, no comportamento. É... Não de como eles levarem essa tradição. Por exemplo, eu num vou jamais, se chega um repórter hoje dizendo: "Gorete, eu queria que os penitentes fizesse o autoflagelo." Eu num chego pros penitente e vou dizer: "Ó, vocês vão ter que fazer o autoflagelo porque o repórter quer." Não. Eu sei que eles tem o momento deles, eles fazem isso em período de semana santa. Eu não interfiro nem a secretaria de cultura interfere. Se eles quiserem fazer, então eles estão livres para fazer o que eles acharem que devem, eles são livres pra viajar com quem eles acharem que devem viajar, pra se apresentar na cidade que eles acharem que deve. A gente dá um suporte pra que isso aconteça. Sempre que alguém chega na ci..., lá na comunidade deles, querendo conversar com eles. Eles dizem: "Ó, vão primeiro, procuram Gorete. Se vocês vem com ela aqui." Mas, não que, que eu diga pra eles que eu tenho que tá presente. Mas eles tem essa confiança em mim, né? (Entrevista concedida em 26.01.2013).

Notamos que ela busca em sua fala deixar claro que não interfere na maneira deles exercerem a atividade, nem escolhe os lugares em que vão se apresentar. O fato de eles exigirem que os interessados em ter contato com eles falem primeiro com ela se dá pela confiança que eles têm nela.

Quando a percebemos interferindo no comportamento dos penitentes, podemos achar que ela os domina, entretanto a relação não é tão simples assim, ela é permeada de uma ambiguidade, o que nos remete mais uma vez ao conceito de tutela. Segundo João Pacheco de Oliveira, a natureza do regime tutelar é ambígua uma vez que nem podemos vê-la somente como algo humanitário, nem como uma simples dominação.

> É da própria natureza da tutela sua ambiguidade, as ações que engendra não podendo ser lidas apenas numa dimensão humanitária (apontando para obrigações éticas ou legais), nem como um instrumento simples de dominação. É no entrecruzamento dessas causas e motivações que deve ser buscada a chave para a compreensão (PACHECO & FREIRE, 2006, p 115).

Existe uma relação de confiança entre as partes na relação de tutela, ainda que entre entes com poderes desiguais. Dessa maneira, a relação entre eles vai além de uma "dominação". Há um jogo de negociação, onde devemos buscar compreender as motivações, os interesses de cada um. É inegável a confiança que eles têm nela e no trabalho que ela faz, a ponto de se submeterem a sua maneira, suas interferências, ainda que seja no comportamento. Vemos em suas falas um elemento que é central nessa relação, o suporte que ela dá a eles, como nos revela Sr. Chico Severo ao ser questionado sobre o trabalho de Gorete Amorim:

> A gente acha bom, aí quando é na, na, na época da, da semana santa, ela leva nós pra tirar esmola lá na Rua, né? É gente passando quase todo dia, tirando esmola lá e o carro vem deixar. Quando a gente chega em casa, aí vai repartir. Cada qual seu tatim, né? (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

Assim, podemos ver que por mais que eles tenham a liberdade de escolher os trabalhos que querem fazer, a forma de realizar a atividade, há uma interferência dela, justificada muitas vezes pelo auxílio que ela dá a eles, ou seja, o suporte, a viabilidade deles realizarem sua prática. Não estou aqui dizendo que isso faz com que eles dependam somente dela, sabemos que qualquer outra pessoa poderia fazer esse papel, ela reconhece isso:

> Muitos deles dizem até: "Ó, Gorete, quando você sair eu vou enterrar minha roupa, eu num quero mais praticar isso." E eu tô sempre dizendo pra eles, como eu digo pro senhor Epitácio, que ele costumar dizer que não, que não, que vai sair. Eu digo: "Ó, Seu Epitácio, eu, Gorete, eu sou insubstituível, eu, mas o que eu faço não é. Outras pessoa virão e outras vão fazer igual ou melhor que eu. Eu tô sempre passando isso pra eles (Entrevista concedida por Doda em 28.01.2013).

A confiança e o respeito que eles tem em seu trabalho gera uma relação mais intima entre eles. Sr. Epitácio afirma: "*É ela explica pra gente como é que faz, né? Quando nós vamo, assim, prum canto assim ela explica a gente bem explicadinho(...)"*(Entrevista concedida em 20.01.2013.). Sr. Vicente nos diz: *"Contanto que essa menina (Gorete) aqui acompanhe a gente e a gente encomenda eles, aqui a gente faz uma reuniãozinha e diz como é tudim"*(Entrevista concedida em 22.01.2013.). Por vezes, ocorre uma "infantilização" dos praticantes, que justificaria uma relação tutelar.

Desta forma, a relação entre Gorete Amorim e os penitentes é delicada, ambígua e permeada de negociações e conflitos. Há diferentes interesses em jogo, mas uma desigualdade de posições para negociá-los. Em alguns momentos eles cedem, em outros ela cede em alguns pontos. Ainda que não haja nessa relação dominados e dominantes, as relações estabelecidas são assimétricas. O que fica claro é que a rede que os envolve e os jogos de poder possibilitam que eles estabeleçam diferentes tipos de relação, dependendo do interesse de cada um. E que dificilmente conseguiríamos nomeá-las, pois elas vão muito além de uma intermediação, medição ou tutela entre grupos de penitentes, Gorete Amorim, Prefeitura/Secretaria de Cultura e demais sujeitos sociais.

3.2 O processo de patrimonialização da prática da penitência no Ceará

Ao falar de patrimônio cultural no Brasil podemos perceber que a questão ganha espaço nas políticas de Estado a partir do Estado Novo. Entre as principais políticas e ações acerca da preservação e proteção do patrimônio nesse período temos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN)[114], atualmente IPHAN, e

[114] A criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) ocorre inicialmente em fase experimental (1936), sendo oficializado somente em 13 de janeiro de 1937.

a criação do Decreto-Lei 25/37[115]. Desta forma coube ao SPHAN, como instituição responsável pela gestão de políticas preservacionistas, eleger que elementos representaria o patrimônio brasileiro.

Vários autores abordam essa questão entre eles: Márcia Chuva (1998), Cecília Londres Fonseca (1997), Reginaldo Gonçalves (1996), Antonio Gilberto R. Nogueira (2005). Sabemos que o "patrimônio histórico e artístico nacional" eleito pelo órgão fora aqueles de "excepcional valor". Assim, por muito tempo, patrimônio era sinônimo de edificações e obras de arte erudita (Igrejas, fortes, prédios e conjuntos urbanos que representassem o Barroco Colonial), tendo o tombamento como instrumento que viabilizava essa construção. Os tombamentos realizados pelo SPHAN privilegiavam os bens ligados ao período colonial e ao estilo moderno/modernista, e tinha como conceitos norteadores autenticidade, permanência e excepcionalidade dos bens. Essa prática ficou conhecida como a *"sacralização da memória pedra e cal"* (NOGUEIRA, 2008, p.322).

A partir da década de 1970 o campo do patrimônio passa por mudanças, pois será discutida a ampliação da concepção de patrimônio e uma maior abrangência das práticas preservacionistas. Fazendo com que as instituições de patrimônio sejam obrigadas a discutir, refletir e responsabilizarem-se pelas questões desse tema. Segundo Márcia Chuva:

> Um dos aspectos significativos desse processo foi o fato de o campo do patrimônio e suas instituições terem sido obrigados a abranger em suas ações questões e temas até então fora de sua alçada. Com isso, ocorreu também a complexificação dos problemas que envolvem os processos de patrimonialização, que passaram a requerer a diversificação dos referenciais teórico-conceituais e políticos para o exame de fenômenos que constituem essa rica e estimulante diversidade relativa ao campo de patrimônio (CHUVA, 2012, p. 73).

Podemos destacar alguns marcos importantes para a ampliação do olhar acerca do patrimônio. A criação do Centro Nacional de Referência Cultural (1975) tendo por objetivo "*criar um sistema referencial básico para descrição e análise da dinâmica cultural brasileira"* (Proteção, 1980, p. 24). E posteriormente a presidência de Aloísio Magalhães na então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nesse contexto houve a incorporação do CNRC à SPHAN e a criação da Fundação

115 Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-lei nº 25/37 que regularizava a questão do patrimônio nacional. Desta forma é institucionalizada a proteção do patrimônio tendo como órgão responsável o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Nacional Pró-Memória (FNPM). Conforme Antonio Gilberto Ramos Nogueira esse momento significava o fim do monopólio da "pedra e cal".

> Derrotada pela hegemonia da "pedra e cal", a semente do projeto andradino para o patrimônio encontra ressonância na gestão de Aloísio Magalhães, nos idos de 1970, quando a ideia de um "patrimônio cultural não consagrado", consubstanciado pela reelaboração da noção de cultura popular é incorporado nos trabalhos do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural e da FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória. Aqui vale mencionar – já estamos num debate entre o regional e o nacional (NOGUEIRA, 2008, p. 322).

Essa demanda de reflexão sobre o patrimônio ocorre não só internamente, mas atende a uma agenda internacional.

> (...) a preservação do patrimônio cultural desde suas origens atendeu a agenda das relações entre Estados e, na atualidade, esse tema constitui-se em parte importante do sistema internacional, estabelecendo padrões internacionais de proteção ao patrimônio cultural (de natureza material ou imaterial). Tais padrões têm por base, ainda hoje, uma tradicional perspectiva europeia, com sua fala legitimada na missão de construção de paz da UNESCO, órgão central para a normatização do campo (CHUVA, 2012, p. 73).

O debate internacional e a UNESCO, por meio de suas "cartas" e "recomendações", tiveram forte influência para a transformação do olhar em torno do patrimônio cultural[116]. Em 1989, é feita a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular Tradicional e Popular do Mundo aprovada pela Convenção Geral da UNESCO. A pressão pelo reconhecimento, preservação e valorização da cultura popular aumenta, externa e internamente.

Em 1997, é realizado pelo IPHAN em comemoração pelos seus 60 anos o Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção. Participaram do seminário representantes de diversas instituições públicas e privadas, da UNESCO e da sociedade. O seminário, conforme descrito na Carta de Fortaleza, tinha o objetivo de:

> (...) recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens "portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Art. 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, as formas de

116 Ver As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; organização e texto de Claudia Feierabend Baeta Leal . – Rio de Janeiro : IPHAN, COPEDOC, 2008.

> expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas", com especial atenção àquelas referentes à cultura popular (Carta Fortaleza, 14 de novembro de 1997, site do IPHAN <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>, acessado em 28 de outubro de 2013).

Podemos perceber a ampliação, como já nos havia dito Márcia Chuva, do conceito de patrimônio cultural. Além disso, o conceito norteador para a preservação seria o de referência cultural.

> Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma "identidade" da região para os seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos "fazeres" e "saberes", às crenças, hábitos e etc (FONSECA, 2000, p.14).

Portanto, referência cultural envolve o sentimento de pertencimento das comunidades e sua relação com os bens.

> Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica (FONSECA, 2000, p.14).

Dessa forma, o conceito de referência cultural será a base para as novas políticas de patrimônio. Como podemos ver no decreto-lei 3551/2000 que Institui o Registro dos Bens de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Conforme Cecília Londres Fonseca no texto "Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio", o decreto 3551/2000 proporcionou a ampliação do conceito de patrimônio cultural, permitindo novos paradigmas e a formulação de novas políticas públicas.

Serão considerados Patrimônio Imaterial: conhecimentos tradicionais, saberes, fazeres, celebrações, manifestações artísticas e lugares; sendo estes os elementos que constituem os livros de Registro.

> 1)) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
> 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
> 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

> 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas (CAVALCANTI, 2008, p. 19).

O decreto 3551/2000, ao instituir o Patrimônio Imaterial, além de ampliar os bens a serem preservados, define que o Patrimônio Imaterial abrange bens de caráter dinâmico, passíveis de transformações, o que para o campo do patrimônio é algo inovador, pois a palavra "tradição" ganha um novo sentido, não esta mais ligada a originalidade, a imutabilidade (CAVALCANTI, 2008, p.12).

Através do decreto 3551/2000 foram implementadas políticas de salvaguarda do Patrimônio Imaterial por meio do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), entre suas metas estão:

> - implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;
> - contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade;
> - captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro;
> - incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade; (CAVALCANTI, 2008, p.23).

Assim, o Registro de Bens de Natureza Imaterial será o instrumento utilizado para preservar os bens que até então não faziam parte da política de preservação institucionalizada. Podemos notar que a ampliação dos bens a serem protegidos, preservados atende a demandas local e global, resultando em ações com significativas conseqüências sociais e políticas como a criação do decreto 3551/2000 e do PNPI, ambos regulamentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entretanto o IPHAN desenvolve as ações e atividades em parceria com diversas instituições.

Vale ressaltar como essa política voltada para o Patrimônio Imaterial vai refletir nas outras esferas governamentais (estadual e municipal). Serão criadas outras leis/decretos estaduais ou municipais que incentivem a preservação dos mesmos. Quais serão as políticas criadas para essa área?

Veremos a seguir como foi abordada a questão do Patrimônio Imaterial no estado do Ceará, analisando os órgãos responsáveis, as políticas e ações desenvolvidas pelo governo do Ceará e por fim como atingem os grupos analisados neste trabalho, ou seja, os dos penitentes.

3.2.1 As políticas de salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Estado do Ceará

A questão da cultura no estado do Ceará é alvo de debate caloroso, pois assim como na historiografia cearense o Ceará é colocado como o pioneiro na Abolição da Escravidão[117] (1884), também é colocado como um dos pioneiros a institucionalizar a área cultural, uma vez que foi o primeiro a criar a pasta da Secretaria da Cultura em 1966. Sem entrar no mérito do pioneirismo ou não do Ceará com relação à institucionalização da cultura, mostrarei como o estado desenvolveu projetos e ações acerca da valorização da cultura popular.

De acordo com Antonio Gilberto R. Nogueira, a preocupação em construir uma identidade cearense é algo antigo, contudo as concepções de cultura e cultura popular terão papel importante.

> Nesse itinerário as concepções de cultura e cultura popular ocupam um papel determinante. Intelectuais, artistas e políticos do Estado protagonizaram no século XX, principalmente nas décadas de 60,70 e 80 a missão de forjar uma identidade regional, confirmadora da ontologia cearense (NOGUEIRA, 2010, p. 454).

Dessa forma, foi almejado a construção de uma identidade cearense ou cearentismo através da cultura. Podemos elencar alguns autores que se debruçam sobre a temática da cultura cearense, entre eles: Gilmar de Carvalho (2005), Sylvia Porto Alegre (1994), Oswald Barroso (1982) e Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2008).

Ao falar de cultura cearense, vemos que a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará desenvolveu entre a década de 60 e 80 diversas políticas culturais, sendo este um período de intensa atividade e ampla atuação. Na década de 1970 é criado o Projeto Artesanato visando pesquisar e registrar o artesanato cearense, pois este passava pela ameaça do processo de descaracterização. Além disso, o projeto buscava documentar os processos de produção e comercialização do artesanato, assim como também as condições de vida e o processo criativo dos artesãos. Posteriormente esse projeto dá

---

[117] Na historiografia cearense o Ceará é colocado como o estado pioneiro na Abolição da Escravidão, pois em 1º de janeiro de 1883 a vila de Acarape (atual Redenção) liberta todos os seus escravos e em 25 de março de 1884 o Presidente da Província declara a Abolição da Escravidão em todo o Ceará. O Ceará passa a ser conhecido como Terra da Luz, pois aboliu a escravidão quatro anos antes do país (13 de maio de 1888). Ver GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956. 272 p. Ilustrada.

origem ao Centro de Referência Cultural do Ceará[118] (CERES) em 1975 (NOGUEIRA, 2010, p.448).

a) Centro de Referência Cultural do Ceará (CERES)

O Centro de Referência Cultural do Ceará (CERES) é criado em 1975 pela Secretaria de Cultura, tendo como objetivo pesquisar, estudar e registrar o saber fazer popular preservando a memória da cultura popular cearense. Sua atuação ocorre entre 1975 a 1990.

O CERES era formado por pesquisadores de diversas áreas: ciências sociais, história, filosofia, música, teatro, fotografia e artes plásticas, por exemplo. Foram membros do CERES: Oswald Barroso, Maurício Albano, José Carlos Matos, Olga Paiva, Norma Colares, Roberto Aurélio Lustosa da Costa, Rosemberg Cariry, Otávio Menezes, Sylvia Porto Alegre, Gilmar de Carvalho (RAMOS FILHO, 2013, p.1).

As pesquisas desenvolvidas pelo CERES permitiram mapear e registrar elementos da cultura popular, formando um rico acervo de documentação audiovisual e escrita. O acervo audiovisual produzido pelo CERES atualmente encontra-se no Museu de Imagem do Som (MIS-CE) e inscrito no Arquivo Intermediário do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Desta forma, o CERES representa umas das principais políticas culturais desenvolvidas pelo estado do Ceará (1975 – 1990). O pesquisador Antonio Gilberto R. Nogueira afirma que:

---

118 Há uma escassez de trabalhos sobre o Projeto Artesanato e a criação do CERES. Entre os trabalhos podemos destacar o projeto: Centro de Referência Cultural do Estado do Ceará - CERES (1976-1990): inventário e registro do patrimônio cultural não consagrado, coordenado Antonio Gilberto R. Nogueira. A presente pesquisa revela que o Projeto Artesanato deu origem ao CERES, uma vez que os pesquisadores que faziam parte do Projeto Artesanato compunham a equipe do CERES, contudo não há na documentação uma data especifica para essa transição. Sobre o CERES ver: OLIVEIRA, Israel Carvalho de. Políticas Culturais e a Legitimação de um Discurso: O Modelo Cearense de Patrimonialização da Cultura (1966-1980) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2013, Natal. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302423_ARQUIVO_TextoCompletoXXVIISNH2013.pdf>. Acessado em: 07.01.2014 e RAMOS FILHO, Vagner Silva. Intelectuais, Memória e Cultura: O Registro do Patrimônio Imaterial no Ceará. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2013, Natal. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371305199_ARQUIVO_Intelectuais,CulturaeMemoria_ANPUH_revisado.pdf>. Acessado em: 07.01.2014.

> Guardadas as devidas proporções, há uma nítida sintonia entre a orientação da política cultural para o patrimônio de âmbito federal – de valorização do saber fazer popular – que dialoga com as diretrizes da suposta "filial" na esfera estadual. Um estudo comparativo que privilegie as proximidades e distanciamentos entre o CNRC e o CERES é de fundamental importância quando se tem como objetivo buscar as origens da formulação de uma noção de patrimônio e de uma concepção de preservação que coloque o inventário no centro das práticas preservacionistas (NOGUEIRA, 2010, p.454).

Assim, podemos notar que o estado do Ceará teve no CERES suas primeiras ações de valorização e preservação da cultura popular. Com a extinção do CERES na década de 1990 há uma descontinuidade nas políticas culturais, entretanto a partir dos anos 2000 foram retomadas com maior intensidade ações ligadas a preservação da cultura popular. Desta forma, irei analisar os programas, projetos e ações diretamente relacionados com a presente pesquisa.

b) Lei dos Mestres da Cultura

Ao falar de políticas culturais nos anos 2000, podemos ver que a gestão do governador Lúcio Alcântara (2003-2006), tendo a antropóloga Claúdia Leitão como Secretária de Cultura foi marcada por um crescimento na área cultural, com ações voltadas à economia da cultura, visando à inclusão social. Entre os projetos desenvolvidos nesta gestão podemos destacar o SECULT Itinerante.

Na gestão de Cláudia Leitão na pasta da Cultura foram aprovadas várias leis[119] e criadas várias políticas, projetos e ações para o campo. Entre eles irei destacar as ações voltadas para a preservação e proteção do patrimônio cultural, mais especificamente do patrimônio imaterial.

Sabemos que desde a década de 1990 está sendo discutida a ampliação do campo do patrimônio no Brasil, sendo defendida a proteção e preservação dos bens de natureza imaterial ou intangível. Nesse contexto, como já foi dito, é redigida a Carta Fortaleza (1997) que visava à elaboração de diretrizes e instrumentos para a proteção dos bens de natureza imaterial.

---

[119] Entre elas a que cria o Dia do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (Lei nº 13.398/2003).

Além disso, a partir de 1993, a UNESCO propõe o reconhecimento e valorização de indivíduos ou grupos declarados que fossem detentores de saberes e fazeres, por meio do Sistema de Bens Culturais Vivos ou Tesouros Humanos Vivos. A recomendação propõe que esses indivíduos ou grupos sejam declarados oficialmente "Tesouros Vivos da Humanidade" passando a receber do Estado apoio financeiro para que os mesmos transmitam seus conhecimentos para as novas gerações. Essa proposta foi baseada nas experiências de países orientais como: Japão, Coréia, Tailândia e Filipinas. (IPHAN, 2006, p. 17-18). Essa recomendação fora adotada por alguns países, entre eles: o Brasil. Veremos mais adiante o desenvolvimento dessa política no estado do Ceará.

A partir dos anos 2000, as políticas e ações concernentes ao patrimônio imaterial ganham maior efetividade. A criação do Decreto 3551 em 2000 e de políticas de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial permitiram a valorização de bens até então marginalizados. Assim, os anos 2000 serão marcados pela criação de mecanismos e instrumentos de preservação do patrimônio imaterial nacional e internacionalmente.

Em 2003, a UNESCO estabelece a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Com a criação do decreto 3551/200 e com as Recomendações da UNESCO há uma urgência por parte dos outros âmbitos governamentais no Brasil de criarem/formularem instrumentos e mecanismos de proteção e preservação do patrimônio imaterial.

As políticas voltadas para o patrimônio imaterial no âmbito estadual a partir de 2003 foram desenvolvidas pela Secretaria da Cultura, através da Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural – COPAHC, sendo esta formada por três núcleos: Núcleo de Patrimônio Material, Núcleo de Patrimônio Imaterial e Núcleo de Artes e Ofícios (Decreto nº 27.001/2003)[120].

A questão da valorização do patrimônio imaterial foi amplamente discutida. Na Ata de Reunião da Coordenadoria de Patrimônio – COPAHC, de 08 de abril de 2003, aparece uma discussão sobre uma homenagem e possivelmente uma premiação para alguns nomes importantes para a cultura popular cearense, os chamados Mestres da Cultura. Vejamos:

---

120 O decreto nº 27.001/2003 fora criado em 07 de abril de 2003 e publicado no Diário Oficial de 08 de abril de 2003. Vale ressaltar que no ano de 2013, através do decreto 13.134, de 21 de fevereiro de 2013 que aprova o regulamento da Secretaria de Cultura do Estado a Coordenadoria de Patrimônio passa a ser composta por duas células: Célula de Preservação do Patrimônio e Célula de Gestão do Sistema de Museu.

> O tema da reunião foi para a indicação da seleção de nomes de Mestres da Cultura Tradicional do Ceará para serem homenageados e premiados por ocasião das comemorações dos 400 anos do Ceará. Foram sugeridos nomes de mestres com atuação e tradição de diversas áreas da nossa cultura tradicional e de todo o Estado do Ceará (Ata de Reunião realizada em 08 de abril de 2003)[121].

É interessante dizer que estava em processo de elaboração a lei que iria eleger os Mestres da Cultura Popular Cearense e que esta homenagem a ser feita por meio da COPAHC, já vislumbrava a construção de uma política de valorização dos detentores de saberes e fazeres, que seria institucionalizada pela Lei dos Mestres da Cultura (Lei nº13. 351/2003). Tanto que nesta mesma reunião foram discutidos os possíveis critérios para ser um Mestre da Cultura e uma possível premiação.

> Iniciou-se o processo de discussão sobre os critérios para a escolha da lista de 12 (doze) mestres que receberão a comenda de Mestre da Cultura Tradicional do Ceará e um prêmio em dinheiro de R$: 1.000, 00 (mil reais). Foram adotados os seguintes critérios:
> A) Relevância da vida e obra para a cultura tradicional do Ceará;
> B) Forte tradição;
> C) Permanência e transmissão;
> D) Idade e Experiência (Ata de Reunião da COPAHC, em 08 de abril de 2003)[122].

Notamos que essa homenagem foi uma prévia do que estaria na Lei dos Mestres, pois vemos que os critérios que regeram a Lei 13.351/2003 foram basicamente os mesmos, assim como o número de agraciados. A diferença notável foi que, ao invés de ser uma premiação, os Mestres da Cultura, conforme a Lei 13.351/2003, recebem o valor de um salário mínimo vitalício como veremos adiante.

Entre os selecionados para ser agraciado com a homenagem estava o Sr. Joaquim Mulato, decurião do grupo Irmãos da Cruz do Sítio Cabeceiras. Um fator me chamou a atenção: ele consta na lista como santeiro, pois o mesmo esculpia imagens de

---

121 A documentação da Coordenadoria de Patrimônio esta localizada em parte no anexo da Secretaria da Cultura do Estado [encontra-se] em fase de organização e a outra parte na própria Coordenadoria (COPAHC).

122 O autor Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao refletir sobre a relação com o passado, nos fala sobre a política de patrimônio, onde afirma: *"A política de patrimônio, portanto, não apenas indicaria o cuidado e a atenção com uma herança, um legado que se acredita valioso o suficiente para ser conservado, com a posse de bens que seriam propriedade de uma sociedade, mas, sobretudo, apontaria na direção de uma relação com o tempo, mais especificamente com o passado, e um passado "cuja visibilidade importaria para o presente"* (GUIMARÃES, 2007, p. 15). Essa forma de querer se relacionar com o passado através do patrimônio não é exclusiva dos bens de natureza material, mas imaterial também. O fato de reconhecer e valorizar determinados saberes, fazeres, celebrações e lugares está ligado a essa relação do passado com o presente.

santos em madeira, contudo sua notoriedade se dava não por ser santeiro, mas sim penitente.

Assim, podemos ver que no Ceará, o ano de 2003 foi marcado pela criação de 02 (duas) leis voltadas para o patrimônio imaterial, são elas: Lei nº13. 351, de 22 de agosto de 2003 (Registro dos Mestres da Cultura) [123]e a Lei nº13. 427, de 30 de dezembro de 2003 (Lei do Registro de Bens de Natureza Imaterial) [124].

A Lei nº13. 427 institui no âmbito administração estadual as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem o patrimônio cultural do Ceará. A presente lei segue as diretrizes do decreto 3551/2000 determinando os registros dos bens de natureza imaterial ou intangível, sendo estes inscritos nos Livros de Registro. As principais diferenças entre esta Lei e o decreto 3551/2000 são: a Lei cria o Livro dos Mestres, onde devem ser inseridos os Mestres selecionados pela Lei dos Mestres (Lei nº13. 351) e determina a criação de um Edital para nortear os critérios adotados para o registro.

Até hoje a Secretaria de Cultura do Estado não realizou nenhum edital acerca desta Lei e não possui nenhum Registro de Bens de Natureza Imaterial (nem em processo, nem concluído). Entretanto, a Lei nº13.351 que institui o registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará[125] é cumprida até os dias de hoje[126].

A Lei nº13. 351, conhecida como Lei dos Mestres aprovação da lei em 22 de agosto de 2003 e a regulamentação pelo Decreto nº 27.229, de 28 de outubro de 2003, somente em 30 de novembro de 2004 é lançado o Edital para Registro no Livro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará.

A referida Lei é composta de 18 artigos dispostos em 8 capítulos. Ela institui o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, sendo criado o livro próprio pela

---

123 CEARÁ. Lei nº13. 351, de 22 de agosto de 2003. Publicada no Diário Oficial de 25 de agosto de 2003, p. 1.
Ver:<http://www.secult.ce.gov.br/images/Documentos/PatrimonioCultural/legislacaoGeral/mestrescultura.pdf> acessado em 31.10.2013.

124 CEARÁ. Lei nº 13. 427, de 30 de dezembro de 2003. Publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 2003, p.5. Ver: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20031231/do20031231p01.pdf> acessado em 31.10.2013.

125 Além do Ceará, outros estados adotaram como política de patrimônio a Lei dos Mestres da Cultura, como Pernambuco e Alagoas. Ver: ACSELRAD, M. **Patrimônio Vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas.** 2009. Monografia apresentada a COPEDOC/DAF/IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.

126 Em 2006 há uma reformulação na política relacionada aos Mestres da Cultura, há a mudança na Lei, sendo criada a Lei 13.842, de 27 de novembro de 2006 que institui Registro dos "Tesouros Vivos Da Cultura" no Estado do Ceará. Veremos mais adiante as transformações decorrentes dessa lei.

Secretaria da Cultura do Estado. Seria considerado Mestre da Cultura, apto a ser inscrito no livro:

> pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de uma comunidade estabelecida no Estado do Ceará (LEI 13.351, de 22 de agosto de 2003, Art.1º).

Para se inscrever era necessário atender os seguintes requisitos (Art. 2º):

> I – na data do pedido de inscrição, serem brasileiros, residentes no Estado do Ceará há mais de 20 (vinte) anos;
> II - na data do pedido de inscrição, terem comprovado participação em atividades culturais há mais de 20 (vinte) anos;
> III – estarem capacitados a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou aprendizes.

Podemos notar que a lei se baseia na Recomendação de 2003 da UNESCO, onde a transmissão do conhecimento, dos saberes é algo de fundamental importância, sendo assim um requisito para o reconhecimento como Mestre da Cultura, sendo dispensados desse dever somente os que tivessem incapacidade física comprovada.

Além disso, são levados em conta os seguintes critérios:

> I – relevância de vida e obra voltadas para a cultura tradicional do Ceará;
> II – reconhecimento público das tradições culturais desenvolvidas;
> III – permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos artísticos e culturais;
> IV – larga experiência e vivência dos costumes e tradições culturais;
> V – situação de carência econômica e social do candidato (Art. 3º da Lei 13.351/2003).

Sabemos que o campo do patrimônio esta ligado ao ato de selecionar/escolher e que ao selecionarmos atribuímos valor ao bem. Portanto, é necessário criar critérios, contudo temos que refletir quais são os critérios mais pertinentes e interessantes a serem utilizados. Nesse ponto entram os questionamentos acerca do patrimônio, preservar para que e para quem (CHUVA, 2012, p. 73)

Desta forma, podemos ver que os critérios adotados pela Lei 13.351/2003 nos mostram o entendimento da Secretaria da Cultura sobre a noção de patrimônio. Para ser Mestre da Cultura seria necessário ter reconhecimento público. Mas, há aqui dois critérios que geraram polêmica e fomentaram debate acerca da Lei: larga experiência e situação de carência econômica e social do candidato. Vale ressaltar que os agraciados com o diploma de Mestre da Cultura do Estado do Ceará ganhavam o valor de um salário mínimo, como forma de apoiar o desenvolvimento da atividade.

Otávio Menezes[127], coordenador da Coordenadoria de Patrimônio (COPAHC) vinculada a Secretaria da Cultura do Ceará e responsável por acompanhar as políticas da SECULT voltadas para o patrimônio imaterial, relata que alguns estudiosos criticavam o fato de a idade (larga experiência) tornar-se um critério, pois somente os idosos seriam contemplados. Mas, sem dúvida, o critério mais discutido era o da carência econômica, pois para ser Mestre da Cultura teria que ser comprovadamente pobre.

Esse critério gerou uma situação emblemática, a Comissão escolheu como Mestre da Cultura o Sr. Expedito Seleiro (artesão do couro), contudo sua seleção não foi aceita no Conselho de Preservação do Patrimônio do Estado (COEPA), pois ele não possuía carência financeira, uma vez que suas peças eram vendidas internacionalmente.

A situação gerou a discussão em torno da Lei e após três anos, em 2006 a Lei foi reformulada, sendo então criada a Lei 13.842, de 27 de novembro de 2006 que institui o Registro dos "Tesouros Vivos da Cultura, no Estado do Ceará"[128].

c) Lei dos Tesouros Vivos da Cultura

A nova lei veio permeada de mudanças como podemos ver no Parágrafo único do Art. 1º:

> Poderão ser reconhecidos como "Tesouros Vivos da Cultura" as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas pelos órgãos indicados nesta Lei, representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da Cultura Cearense (LEI 13.482, de 27 de novembro de 2006. Publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará de 30 de novembro de 2006).

Uma das maiores mudanças na Lei foi a ampliação dos candidatos, pois agora grupos e coletividades seriam contemplados. A partir daí, seriam selecionados 2 (dois) grupos, 1 (uma) coletividade, além dos 12 (doze) Tesouros Vivos por ano. É

---

[127] Otávio Menezes é historiador, cordelista e xilógrafo atua na área da cultura desde a década de 1980, foi membro do CERES, coordenador do Núcleo de Patrimônio Imaterial e atualmente é coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural (COPAHC) da Secretaria de Cultura do Estado.

[128] Lei publicada no Diário Oficial de 27 de novembro de 2006. Ver: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20061130/do20061130p01.pdf>. Acessado em 31.10.2013.

interessante ressaltar que até o ano de 2012 nenhuma coletividade[129] havia sido contemplada.

Ao ser questionado sobre o que seria essa "coletividade", Otávio Menezes nos fala que seriam as comunidades que desenvolvem atividades ligadas à cultura, sendo estas detentoras de conhecimentos tradicionais, como comunidades indígenas, quilombolas ou de pescadores, por exemplo.

É interessante dizer que a Lei estipula um número máximo de candidatos, grupos e coletividades. Para pessoas naturais seria o total de 60 (sessenta) Tesouros Vivos, para grupos e coletividade o total de contemplados seria de 20 (vinte).

Os grupos recebem o prêmio no valor único de R$: 4.200,000 para apoiar a atividade exercida pelo grupo e prioridade nos Editais lançados pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, sendo esta prioridade nos editais o prêmio também para coletividade.

Além dessa transformação, podemos ver que a nova lei alterou também os requisitos para ser Tesouro Vivo da Cultura Cearense:

> I - comprovar a existência e a relevância do saber ou do fazer;
> II - ter o reconhecimento público;
> III - deter a memória indispensável à transmissão do saber ou do fazer;
> IV - propiciar a efetiva transmissão dos conhecimentos objeto do inciso anterior, exceto na situação prevista no art.4º, inciso III, desta Lei;
> V - possuir residência, domicílio e atuação, conforme o caso, no Estado do Ceará, há pelo menos 20 (vinte) anos, completos ou a serem completados no ano da candidatura (Art. 2º da Lei 13.842).

Notamos que o fator ligado à transmissão ainda é chave para ser diplomado como Tesouro Vivo da Cultura, uma vez que é a transmissão que viabiliza a continuidade do saber-fazer.

> cessação da transmissão de conhecimentos objeto do art.2º,inciso IV, desta Lei, salvo no caso de verificação de incapacidade física ou mental, cuja ocorrência seja comprovada mediante perícia médica (Lei nº 13.842, Art.4º).

Outro critério que permanece é o reconhecimento público. Um critério que chama atenção é o de *"comprovar a existência e a relevância do saber ou do fazer"*. Como o candidato poderia comprovara existência e relevância do saber? Enviando

[129] Acredito que a falta de inscrições nesta categoria se dá pela falta de conhecimento dos candidatos do que seria essa "coletividade".

recortes de jornais, CD'S, DVD'S da atividade, mas será que somente isso demonstra a existência e a relevância do saber ou do fazer?

Uma alteração significativa na Lei foi o fato de ter sido excluído o critério relativo à situação de carência econômica ou social, agora ele não é mais requisito para a diplomação. A situação de carência econômica e social passa a ser requisito para o candidato receber ou não o benefício mensal do governo do Estado do Ceará.

Essa mudança possibilitou que pessoas que desenvolvem atividades culturais e que possuem uma situação econômica e social razoável possam receber o título de Tesouro Vivo da Cultura.

Podemos ver que a Lei dos Tesouros Vivos ampliou sua abrangência ao inserir novas categorias, bem como ao suprimir critérios que excluíam possíveis candidatos. Assim, esta Lei sintetiza a política cultural da Secretaria de Cultura para a preservação dos bens de natureza imaterial[130].

3.2.2 O processo de patrimonialização da penitência

> Até, até gente mermo aqui do lugar, tinha gente que tinha era medo. Mas hoje não, hoje todo mundo conhece (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo, penitente do grupo Irmandade da Cruz, em 20.01.2013).

Como vimos, a Lei do Registro dos Mestres da Cultura Popular Tradicional do Ceará é criada em 2003 e em 2004 ocorre o 1º Edital de Seleção, entre os selecionados esta Joaquim Mulato, penitente (decurião) do grupo Irmandade da Cruz, do Sítio Cabeceiras, do município de Barbalha, localizado na região ao sul do estado do Ceará.

O título de Mestre da Cultura concedido a Joaquim Mulato proporcionou um novo olhar sobre a penitência. Como já foi dito, a participação dos penitentes como grupo folclórico ou manifestação cultural na Festa de Santo Antonio de Barbalha já havia gerado uma nova forma de ver a penitência, pois não havia mais a repulsa do século XIX e primeira metade do século XX, pelo contrário havia o interesse em ver o que era a penitência. Há algumas décadas ela havia passado a ser reconhecida como parte da cultura popular. Entretanto, o reconhecimento do penitente Joaquim Mulato

---

130 Em 2005 é criado o Encontro Mestres do Mundo, o evento busca reunir Mestres/Tesouros Vivos do estado do Ceará, de outros estados e países para socializar seus saberes e fazeres bem como discutir sobre suas demandas e as políticas culturais existentes. Atualmente o Encontro esta em sua 8ª edição.

como Mestres da Cultura possibilitou uma valorização ainda maior da atividade, uma vez que essa política fora desenvolvida pelo governo do estado conferindo uma amplitude maior.

Ao refletir sobre os mediadores[131] do patrimônio imaterial, Lucieni de M. Simão afirma que:

> (...) os agentes do patrimônio vem negociando com os grupos historicamente marginalizados ações de salvaguarda e de preservação dessas memórias periféricas. São práticas sociais não valorizadas, não reconhecidas como significativas e que, recentemente passaram a ser incorporados como repertórios representativos de determinados segmentos da sociedade e que merecem a chancela do Estado Brasileiro (SIMÃO, 2003, p.59).

A escolha de Joaquim Mulato como Mestre da Cultura nos leva a refletir sobre algumas questões: Há dois grupos de penitentes em Barbalha quais os critérios de seleção foram utilizados? A seleção causou distinção entre os grupos?

De acordo com Márcia Chuva, "patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade" (CHUVA, 2012, p. 73). Sabemos que o fato de Sr. Joaquim Mulato ter sido escolhido como Mestre da Cultura e consequentemente a penitência ser reconhecida como manifestação da cultura popular cearense, faz parte de um processo seletivo. Afinal, a seleção e a escolha são inerentes aos processos de patrimonialização. Entendemos aqui, que a escrita pode ser a forma mais fácil de esquecimento como tratou Manoel Salgado Guimarães, pois que lembrança e esquecimento caminham juntos.

> É preciso ter claro que lembranças e esquecimentos caminham juntos, como processos ativos e necessários a vida social, e que a escrita pode ser a forma mais rápida e fácil de esquecimento (GUIMARÃES, 2007, p. 14).

Desta forma, sabemos que quando escolhemos um bem a ser patrimonializado, deixamos tantos outros de lado e por isso a questão dos critérios para realizar as escolhas são tão importantes. Contudo, o que acho interessante refletirmos é: como o decurião do outro grupo, ou mesmo os penitentes de ambos os grupos percebem esse processo de patrimonialização e o que esse processo acarretou à prática da penitência.

---

131 Utilizamos essa categoria por compreender que é a mais adequada para tratar sobre os agentes de patrimônio.

A escolha dos Mestres/Tesouros Vivos[132] baseava-se, em primeiro lugar, pelos critérios do edital, contudo a Comissão (nem sempre de forma unânime) levava em conta algumas questões que os auxiliava na escolha, como: a quantidade de Tesouros Vivos contemplados que já desenvolvem a atividade; a região já possui uma grande quantidade de agraciados; se o candidato era muito velho; o reconhecimento do Tesouro não só para a comunidade, mas para a Comissão também.

Esses critérios foram levados em consideração na escolha de penitentes para Mestre da Cultura/Tesouro Vivo. No primeiro ano de seleção (2004) Joaquim Mulato fora o 1º penitente a ser agraciado com o título, ele tinha 84 anos e, além de penitente, era escultor de arte santeira. No ano seguinte, Sr. Olímpio Ludugério, decurião do grupo Santas Missões, do Sítio Lagoa em Barbalha candidatou-se, mas não fora contemplado porque segundo a Comissão "já havia um penitente diplomado" (Sr. Joaquim Mulato), então era melhor dar prioridade a outra atividade. Além disso, ele era da mesma cidade de Joaquim Mulato e a região do Cariri já tinha muitos premiados.

Com a morte de Joaquim Mulato (2009), são escritos os decuriões dos dois grupos de Barbalha: Irmãos da Cruz (Sítio Cabeceiras) e Santas Missões (Sítio Lagoa). A Comissão ao analisar as inscrições de prontidão achou interessante diplomar um penitente, para valorizar a atividade e ter um representante da mesma entre os Mestres/Tesouros vivos. O passo seguinte era escolher qual dos dois seria agraciado.

Foi colocado que o decurião do grupo Irmãos da Cruz era discípulo de Joaquim Mulato, que era interessante reconhecê-lo para fortalecer o grupo para que este não sofresse a possibilidade de extinção. Além disso, ele era mais velho, havia participado de vários eventos, tendo assim um maior reconhecimento público.

Assim, o decurião do grupo Irmãos da Cruz, Sr. Severino Rocha fora eleito Tesouro Vivo da Cultura em 2009. Concordamos com Márcia Chuva ao afirmar que:

> Uma nova trajetória se impõe aos bens instituídos como patrimônio, que, a partir desse momento, estão submetidos a uma nova ordem jurídico-legal, bem como a condições de existência diferenciadas, marcadas por essa singularidade. Da mesma forma, esse novo lugar confere status ao bem e abre possibilidades de acesso a editais públicos para desenvolvimento de projetos, com recursos e meio de divulgação, entre outras possibilidades (CHUVA, 2012, p.74).

[132] Utilizam Mestres e Tesouros Vivos como sinônimos, uma vez que os termos representam a mesma coisa (título concedido a indivíduos que possuem um saber fazer ligado a cultura cearense) ainda que as Leis sejam diferentes.

A seleção de Severino Rocha como Tesouro Vivo e consequentemente a patrimonialização do seu grupo (Irmandade da Cruz) permite que o mesmo seja alvo de maiores convites para participação em eventos, programas de televisão, reportagens, dentre outros. Como nos revela a funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha, Gorete Amorim:

> Então, esse grupo eu, eu fiz um trabalho dele em cima dele há uns dez anos atrás, e é exatamente esse tempo que esse tempo vem, vem aparecendo, as pessoas vem conhecendo porque antes ele, ele num... Ninguém mostrava esse grupo, né? Então, é, é... esse edital fez isso, fez com que as pessoas conhecessem esses grupos, porque eles viajam, eles tão sempre se apresentando e eles gostam disso, né? (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013).

Ao visitar e conversar com os grupos na pesquisa de campo, percebi que há um desconforto com relação ao fato de somente um dos grupos ter o decurião agraciado com o título de Tesouro Vivo da Cultura.

> Os processos de patrimonialização necessariamente instituem diferenças ao incluir alguns bens na categoria de patrimônio cultural, conferindo-lhe prestígio e reconhecimento deixando fora outros tantos desse mesmo lugar (CHUVA, 2012, p.74).

É inegável que a patrimonialização de um grupo gerou uma distinção entre eles, ainda mais sendo estes da mesma região. Ao refletir sobre essa distinção, lembrei-me de uma conversa[133] com o Sr. Raimundo Aniceto[134], da banda cabaçal Irmãos Aniceto, diplomado Mestre da Cultura (2004). Ao ser questionado se ele gostava de ser reconhecido como Mestre/Tesouro Vivo, ele me confidenciou que era bom, pois tinha aumentado o cachê deles, a participação nos eventos, mas que o ruim, é que a banda era formada por três membros, todos irmãos, e só ele tinha sido premiado, o que deixava os outros chateados. Então para diminuir a tristeza deles, ele dividia o salário mínimo que ele recebia com os outros membros da banda. No final ele disse: *"bom é que fosse todos né?!"*.

Na pesquisa de campo pude acompanhar a participação dos dois grupos de penitentes de Barbalha em eventos na cidade como: Fogaréu (2012), desfile na Festa de Santo Antonio (2012) e participação num evento do SESC Cultural em Juazeiro do

---

133 Ao desenvolver atividades de pesquisa na Coordenadoria de Patrimônio visitei alguns Mestres/Tesouros Vivos da região do Cariri, entre eles o Sr. Raimundo Aniceto (julho de 2011).

134 A banda cabaçal dos Irmãos Aniceto é formada por três irmãos que moram na cidade do Crato, localizada na região do Cariri cearense.

Norte (2013). Desta forma foi possível perceber que o grupo patrimonializado é alvo de um maior assédio por parte da imprensa, de convites para outros eventos. Além disso, verifiquei que a Secretaria de Cultura de Barbalha tem prioridade em trabalhar com o grupo quem tem o decurião diplomado. Um exemplo disso foi o SESC Cultural, evento no qual somente o grupo Irmandade da Cruz participou.

A patrimonialização instituiu uma distinção entre os grupos, e ao pesquisarmos sobre penitentes, identificamos que os poucos trabalhos encontrados se reportam somente ao grupo Irmãos da Cruz ou ao seu decurião Joaquim Mulato[135].

Da mesma forma acontece nas notícias de jornais. Grande parte delas refere-se ao grupo Irmãos da Cruz, do Sítio Cabeceiras que teve seus decuriões diplomados como Tesouros Vivos da Cultura.

> No rastro dos índios, dos colonizadores e, principalmente, das levas de romeiros que aportaram no Cariri, trazendo usos e costumes de suas terras, surgiram organizações religiosas com práticas medievais, entre as quais, os grupos de penitentes que se espalham em toda a região. O mais conhecido deles é o do Sítio Cabeceiras, município de Barbalha, que já apareceram até no programa Fantástico, da Rede Globo. Eles transformaram-se em um dos principais destaques na programação cultural da Festa de Santo Antônio, em Barbalha[136].

A visibilidade que o edital "Mestres da Cultura Popular Tradicional", posteriormente "Tesouros Vivos da Cultura" proporcionou à prática da penitência, ou melhor, ao grupo residente no Sítio Cabeceiras por ter um membro contemplado, é inquestionável. Podemos verificar isso na fala de Gorete Amorim, funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha.

> Em Barbalha, nós temos dois grupos de penitentes que é o do, é o do mestre Severino Antônio Rocha que hoje é o mestre no Sítio Cabeceiras, que é o grupo "Irmãos da Cruz" e temos o da "Santa Cruz" que é o grupo do mestre Olímpio do sítio Lagoa. Então, o mestre Olímpio, ele, ele é um grupo que ele não, não é muito conhecido. Por quê? Porque sempre que alguém falava em penitente, era os penitentes das Cabeceiras (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013).

---

135 Ver: BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. *Outras* **histórias: memórias e narrativas da Irmandade da Cruz – Barbalha/CE.** 2010. 191 f: Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.e MUNHOZ, Marcos Martinez. A comunicação do ritual do autossacrifício do corpo: os penitentes de Barbalha - CE / Marcos Martinez Munhoz. - São Caetano do Sul : USCS/ Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2013.

136 VICELMO, Antônio. Penitentes vivem fé medieval. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 21.03.2010. Disponível em < http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=754770 >. Acessado em 07.11.2013.

A entrevistada percebe que o fato de ter um grupo agraciado proporcionou que a penitência fosse conhecida e o outro grupo consequentemente fosse sendo conhecido também. Isso nos faz refletir sobre a complexidade das consequências de uma política pública.

> Eu acho que houve até um respeito maior de dizer assim: "Ó, o Joaquim Mulato é um mestre da cultura tradicional popular do governo do estado." Então, pelo respeito maior, né? E num mudou nada em relação a isso não. Não mudou. É... inclusive, os outros mestres, outros grupos, bandas cabaçais, reisados, eles já tem, ela já procuram a gente pra que a gente possa fazer um edital, "dossiê" um onde eles, onde a gente mande isso pra que eles também sejam confirmados, eles gostam e querem participar. Sabe, eles querem participar (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013).

A patrimonialização possibilitou o reconhecimento ainda maior para a penitência (se comparado a sua inserção na Festa de Santo Antonio), ao grupo Irmandade da Cruz, mas também ao grupo que não fora selecionado, ainda que não seja nas mesmas proporções. Além proporcionar o reconhecimento e o status de ser um bem patrimonializado, essa política afeta a relação entre os grupos. Ao conversar com membros dos dois grupos sobre o processo de Registro da Festa de Santo Antonio[137], o decurião do Sítio Lagoa me disse: *"Sabia que nós fomos os primeiros penitentes a participar da festa? Nós sempre participamos da festa".* Ou seja, seu grupo também é reconhecido, legítimo, pois desde o início da inserção de grupos folclóricos na festa, eles estão inseridos. Há uma busca por reconhecimento, legitimidade e espaço pelo grupo não escolhido.

Assim, podemos ver como a patrimonialização de apenas um dos grupos gera a distinção ou até mesmo uma hierarquização com relação ao outro. Acreditamos que:

> A patrimonialização de práticas culturais (ou de bens culturais de natureza imaterial) promove a concorrência e, por vezes, a dissensão entre grupos, vivenciada através de tensões e disputas, num contexto de lutas de representação, lutas por legitimidade e lutas políticas, que redundam em disputa por recursos direta ou indiretamente (CHUVA, 2012, p. 74).

O patrimonializar é uma das formas de preservar os bens culturais, entretanto é necessário refletir sobre a adequação das formas aos objetivos traçados. Que tipos de políticas de salvaguarda são mais adequadas, apropriadas, para que estas não venham a comprometer a existência do bem patrimonializado? Entendemos que as consequências

[137] Esse trabalho de campo na cidade de Barbalha foi feito durante o evento chamado Fogaréu (2012) realizado pela Secretaria de Cultura de Barbalha no período da Semana Santa.

dessa política de patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado vão além, uma vez que ela gerou transformações na prática, no cotidiano dos grupos. Como veremos no próximo item.

3.3 Permanências e rupturas: a penitência nos dia de hoje

As práticas culturais são dinâmicas, passíveis de transformações e mudanças ao longo do tempo.

> Esses processos culturais têm, também, larga história. Comportando inúmeras transformações e re-significações, e derivando seus sentidos sempre da atualização em contextos do presente, tais processos culturais podem evocar tanto a continuidade com o passado pré-colonial, como no caso indígena, como a formação dinâmica da chamada cultura popular e do folclore brasileiros configurados em especial desde o último quartel do século XVIII (IPHAN, 2006, p. 12).

A penitência como qualquer atividade ligada à cultura passa por transformações. Iremos destacar alguns elementos centrais que caracterizam essa prática em Barbalha hoje, verificando como foram inseridos, retirados, adaptados ou (re)significados, para compreender a sua configuração hoje.

Como já foi mencionado, os elementos centrais que constituem a prática penitencial são: o autoflagelo, os benditos e as orações. Esses elementos, ao lado do modo singular como os praticantes desempenham a atividade de penitência conferem singularidade à prática e uma identidade.

Mas dentre esses elementos, é justamente o autoflagelo ou disciplina/trabalho aquele que confere singularidade às práticas penitentes, segundo os relatos históricos e os recolhidos em campo.

Ao ler os relatos sobre a penitência, vimos que o autoflagelo era a parte do ritual que mais despertava curiosidade e ao mesmo tempo medo. Essa sensação ambígua de curiosidade e medo é até hoje despertada, sendo o autoflagelo[138] um dos elementos que passou e passa por transformações.

Nos relatos dos viajantes do século XIX e nas memórias dos penitentes do século XX, o autoflagelo era realizado nas igrejas, nas ruas da cidade, nos cemitérios e

---

[138] O autoflagelo é o ato de mutilar o corpo com objetos cortantes, contudo eles consideravam as longas caminhadas ou o carregar de pedras pesadas na cabeça como formas de autoflagelo. Além disso, eles chamam o autoflagelo de disciplina ou trabalho.

nos cruzeiros das estradas durante as madrugadas. Como nos mostra a notícia do Jornal Diário do Nordeste de 23 de março de 2008: *"A autoflagelação deve ser realizada junto aos cruzeiros, nas portas das igrejas ou nos cemitérios, sempre de madrugada e longe da visibilidade"* [139].

Entretanto, ultimamente o autoflagelo é cada vez menos realizado, a mutilação do corpo é substituída por longas caminhadas ou muitas vezes negligenciada. Segundo a reportagem: Penitentes revivem fé popular, sobre o que é penitência e como ela é praticada atualmente, a repórter aponta que para os estudiosos *"alguns grupos de penitentes do Nordeste já abriram mão dos rituais de autoflagelo há muito tempo, concentrando suas atividades nas caminhadas, nas esmolas e nas preces"* [140].

Contudo, para muitos, inclusive membros dos grupos de penitentes o autoflagelo, é aquilo que identifica o penitente. Eles acreditam que a não realização do autoflagelo põe em cheque a "originalidade da tradição" como nos mostra a reportagem abaixo:

> Deixar o sacrifício em segundo plano ou substituí-lo por outras práticas a propósito, preocupa quem luta pela originalidade da tradição. "Penitente sem disciplina, não é penitente", enfatiza Severino que também foi obrigado a deixar o flagelo de lado por já ter passado dos 80 anos de idade (Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, 23.03.2008). **[Grifo nosso]**

O autoflagelo é um dos elementos que identifica a prática penitencial, embora atualmente os penitentes em suas apresentações não o pratiquem[141].

Ao estudar os grupos do município de Barbalha vimos que o grupo Santas Missões atualmente realiza o autoflagelo com mais frequência, enquanto o grupo Irmandade da Cruz possui um número reduzido de membros que fazem o autoflagelo, chegando a ter membros que nunca realizaram o autoflagelo.

---

139 PESSOA, Augusto. Penitentes revivem fé popular. Caderno Regional. **Jornal Diário do Nordeste**, 23 de março de 2008. Notícia contida no dossiê de candidatura a Tesouro Vivo da Cultura do decurião do grupo Irmandade da Cruz Severino Rocha localizado no acervo da Coordenadoria de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado, mas também pode ser visualizada no site do Jornal Diário do Nordeste <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=522549>. Acessado em 26.12.2013.

140 PESSOA, Augusto. Penitentes revivem fé popular. Caderno Regional. **Jornal Diário do Nordeste**, 23 de março de 2008.
Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=522549>. Acessado em 26.12.2013.

141 Vale ressaltar que nas apresentações dos grupos de penitentes feitas para o público o que é feito do ritual de penitência é o cântico dos benditos. Tanto que como já foi dito o grupo Irmandade da Cruz gravou um CD com alguns dos benditos cantados nas apresentações. O autoflagelo e as orações são geralmente realizados dentro da comunidade ou para eventos especiais como filmes e reportagens para a televisão.

> Agora nunca fiz a penitência que eles faziam, era se cortar, né? Que tem um amigo meu Epitácio, aí cumpade Chico Severo que esses daí fazia a penitência mermo, de verdade, que eles fazia se cortar mermo, né? Mas, nós mermo, eu e os outros amigo meu, nós nunca cheguemo (chegamos) a fazer isso não (Entrevista concedida por Dioclécio conhecido como Doda em 28.01.2013).

É interessante ver que assim como Sr. Severino Rocha, Doda considera como penitência "de verdade" a realização do autoflagelo. Mas reconhecem a redução dessa prática e atribuem isso a alguns fatores como: medo de fazer e a idade dos membros dos grupos, pois alguns já estão idosos demais para realizar e os mais jovens não estão dispostos a mutilar o corpo.

> Agora o ritual do autoflagelo é, tá quase acabando, né!(...) Ninguém prática hoje porque , porque quem praticava mais era eu, meu cunhado e outro que morreu. Aí os outros parece que tem é medo de fazer isso, né! (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo penitente do grupo Irmandade da Cruz em 20.01.2013).

> Aí, ele por ele (Olímpio Ludugério[142]) teria que ter assim, não castigar demais. Mas eu ensinei, mostrar como é pra ser, o que valia (...) A gente tem que fazer como era porque, porque pra eles saber como é o penitente. O penitente não é só "ah, tá cantando acolá", sair daqui eu vô lá pra acolá. Não, não é assim não. Aí, penitente é coisa... Agora num querem ser também num vá, não. Que penitente é uma coisa sério (Entrevista concedida por Vicente Ludugério penitente do grupo Santas Missões em 22.01.2013).

Os penitentes mais velhos de ambos os grupos de Barbalha afirmam que os jovens vão para a penitência, mas não querem realizar o autoflagelo, só querem cantar os benditos. Os jovens para eles não levam a sério como os mais velhos, qualquer coisa os leva a deixar a atividade. Sr. Epitácio acrescenta ao ser questionado sobre a continuação da atividade pelos jovens da comunidade:

> Eu digo que não, dona, eu digo que não. Esses menino tão andando enquanto são menino quando eles começar a arrastar uma asinha pras branda duma menina, duma namorada aí, pronto (Entrevista concedida em 20.01.2013).

Ao entrevistar alguns penitentes mais novos, pude perceber que eles gostam de cantar os benditos, de se apresentar, como nos mostra Robertinho membro mais novo do grupo Irmandade da Cruz, com 10 anos de idade, ao ser questionado por que se tornou um penitente: "eu via aquela, aquelas oração tão bonita, rezando na casa do povo. Aí, eu peguei e quis ir". E o que precisa fazer para ser um penitente*: "Tem cantar um bendito e*

[142] Sr. Olímpio Ludugério é o 1º decurião do grupo Santas Missões, do Sítio Lagoa em Barbalha e Vicente Ludugério seu irmão o 2º decurião.

rezar três Ave-maria e duas Santa Maria" (Entrevista concedida por Roberto da Costa Júnior em 20.01.2013).

Veremos mais adiante que o medo da prática da penitência deixar de existir em função do fim do autoflagelo e com as transformações ocorridas ao longo do tempo é algo corrente na fala dos membros mais velhos dos grupos.

3.3.1 A participação na Festa de Santo Antonio e as mudanças

Os processos de transformação da penitência em Barbalha podem ser associados ao que Nestor Garcia Canclini, chamou de hibridação cultural:

> (...) entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (CANCLINI, 2011, p.XIX).

A penitência e os grupos de penitentes, ao serem convidados a participar da Festa de Santo Antonio como grupo folclórico, passaram por esse processo de hibridação gerando "novas estruturas, objetos e práticas" em diferentes áreas e aspectos, como: pela mudança nas vestimentas, por deixar de ser secreta, pelo reconhecimento e valorização da prática pelo público e pelo poder público em suas diferentes esferas de poder, pelas novas relações que estabelecem com diferentes sujeitos sociais (intelectuais, pesquisadores, produtores culturais, cineastas, repórteres e o público em geral e pela redução do autoflagelo).

Uma das primeiras mudanças ocorridas foi a relação estabelecida entre o poder público municipal e os grupos de penitentes. A municipalidade passa a apoiar essa prática e a investir nela. Entre os investimentos está a confecção das vestimentas, pois até então, eles andavam enrolados com lençóis e fraldas ou de calça e blusa.

> Agora tá bom, porque a gente num pa... num se preocupa, né? Que também nós num andava que nem tamo andando hoje. E nós, nós ia prum canto assim, do jeito que nós tamo aqui de calça e camisa, né? De toda qualidade. E hoje nós vamo tudo... digo assim, hoje nós vamo pro Juazeiro, vamo pra Barbalha, tudo de branco, roupa branca e a opa preta por cima (Entrevista concedida por Sr. Epitácio, penitente do grupo Irmandade da Cruz em 20.01.2013).

Com a participação no desfile dos grupos folclóricos a Prefeitura vai produzir as vestimentas, uniformizando os grupos.

> Tinha dias deles que andava com as roupinhas já, já rasgada, né? O pai é quem andava com a sacolinha de lado, ele andava, ele é que as roupa dele tudim, né? Mas tinha deles que era rasgadinha, veinha ou eles levavam toalhinha e enrolavam a cabeça dele, né? Ele levava de casa, né? Hoje é, é tudo é fácil, né? Que já tem a ajuda da prefeitura, tudo tem ajuda, né? E hoje tá mió, né? (Entrevista concedida por Sr. Vicente Ludugério, penitente do grupo Santas Missões em 22.01.2013).

A partir daí os penitentes passaram a usar as opas[143] (roupas pretas ou azuis com cruzes brancas, às vezes contendo o Sagrado Coração de Jesus) e os capuzes cobrindo o rosto tendo um espaço somente na região dos olhos. O decurião é o único a usar o capuz com rosto todo descoberto.

Ao serem questionados sobre o modelo de suas vestimentas, eles afirmam que quem deu foi Padre Ibiapina ao decurião e ele guardou. É interessante ver que para muitos as opas são a vestimenta dos penitentes há muito tempo, sendo uma tradição. Conforme tratou Eric Hobsbawm e Terence Ranger: *"Muitas vezes, "tradições" que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas"* (HOBSBAWM & RANGER, 1997, p.9).

Podemos ver que a utilização das opas como indumentária dos grupos oferecida pelo poder público tem início na década de 1970, com a inserção do grupo na festa do padroeiro. Entretanto, alguns penitentes afirmam que o decurião já possuía uma opa há bastante tempo, só os demais membros do grupo é que usavam lençóis e fraldas para cobrir o rosto.

Os penitentes incorporam as opas como indumentária característica de sua atividade na década de 1970, entretanto remetem o uso das mesmas ao inicio da atividade, sendo uma tradição por implicar numa continuidade em relação ao passado por eles apropriado (HOBSBAWM & RANGER, 1997, p.9).

Além da incorporação da vestimenta, outra mudança notável na atividade de penitência era o fato dela ser secreta e hoje não ser mais.

> A gente só saia de casa de nove pra dez hora da noite. (...) Aí, os penitente era coberto mermo, ninguém sabia, ninguém sabia mermo não. As vez um penitente quando morria é que o povo sabia que ele tinha que levar aquela

[143] Vale dizer que há opas de outras cores, no caso dos penitentes de Várzea Alegre suas opas são vermelhas e as cruzes brancas. Por ser dada pelo poder público municipal havia a logomarca da Prefeitura em suas opas e capuzes.

> roupa. Aí o povo: "Ah, foi ele era penitente". Mas num era conhecido não. Fazia tudo para num conhecer, né?!Pro povo num conhecer a gente (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

Muitas vezes nem a família sabia quem era penitente, como nos mostra Sr. Antonio, conhecido como Antônio da Amélia:

> (...) era escondido, ninguém sabia quem era penitente. Minha namorada, namorei com ela muitos anos, a primeira namorada e ela nunca soube, a segunda também não. E a derradeira só soube, que eu moro, moro, sou casado com ela, ou seja a que eu casei mermo, veio saber depois que casei (Entrevista concedida em 29.01.2013).

A orientação de não revelar a ninguém que era penitente vinha do decurião e devia ser obedecida. Depois deles passarem a se apresentar em público, ainda pediam que não descobrissem o rosto, contudo isso se tornou inviável.

> Joaquim sempre dizia: "Olhe menino, vamo que todo mundo conheça, saiba quem é os penitente, mas num se declare não, dizendo que é penitente, não. Deixe o povo maldar (pensar mal), mas num se declare". Aí, hoje o povo vão pra rua, os penitente mais novo que nem esse daqui (ele aponta seu neto de 10 anos). Tudo de cara descoberta, né?!Chega num canto a gente pede pra se cobrir, ele num tá nem aí (Entrevista concedida por Sr. Epitácio em 20.01.2013).

Para eles, a exposição, o fato de fazerem a penitência em público, foi a maior das mudanças.

> Mudou que num era assim não. Que nem era de primeiro não, hoje tudo muito mais diferente e é muito. De primeiro era uma coisa escondido, hoje é pá todo mundo ver, pá... é por isso que eu acho que mudou assim, né? (Entrevista concedida por Vicente Ludugério em 22.01.2013).

Os penitentes passam a se apresentar em público com a sua inserção no desfile de grupos folclóricos da Festa de Santo Antonio de Barbalha. Como vimos anteriormente, a participação deles na festa fez com que eles ganhassem visibilidade e reconhecimento. Sr. Epitácio, ao ser questionado sobre as mudanças na penitência, afirma que:

> Mudou e foi muito, foi logo quando eu entrei, nós só saia daqui pro Caldas, nós ia pro Caldas chovendo. Só saia daqui nove hora da noite pra ninguém ver, ouvia só as voz, né?Mas num vê nós. Aí depois começou esse folcloro (folclore), aí foi "cabra" andando de dia, todo mundo conhecia, né... (Entrevista concedida por Sr. Epitácio em 20.01.2013).

Eles apontam que o momento crucial de transformação na atividade se deu quando a penitência passou a ser vista como folclore e grupos foram convidados a participar da festa do padroeiro para apresentarem a penitência como uma das várias manifestações culturais do município. A penitência deixa de ser uma atividade secreta, uma vez que todos passam a saber o que é a penitência, como e porque a praticam e quem são seus praticantes. Além disso, ela ganha outro caráter: torna-se uma atividade voltada para o folclore/cultura.

> O anonimato, característica marcante durante as primeiras décadas da tradição, também parece escoar sobre as veredas do tempo. Hoje durante algumas "apresentações", os penitentes se juntam as dezenas de outros grupos culturais, em plena luz do dia, fazendo a festa dos fotógrafos, cineastas que visitam a região para documentar as tradições que fazem parte desse pedaço do interior nordestino um relicário das mais autênticas manifestações do povo sertanejo (Jornal Diário do Nordeste em 23.03.2008[144]).

Para alguns penitentes, a apresentação da penitência em público, durante o dia, era uma grande mudança. Os decuriões dos dois grupos não viam com "bons olhos" fazer a atividade para as pessoas verem, mesmo que estivessem totalmente cobertos. Contudo, ambos aceitaram o convite para participar da Festa de Santo Antonio a partir da década de 1970. O grupo Irmandade da Cruz, como nos diz seu Chico, *"só concordou por respeito ao prefeito, a autoridade"* que os convidara, mas acabou participando nos anos seguintes. Já no grupo Santas Missões, o decurião inicialmente aceitou ir, mas no ano seguinte não quis mais e enviou seus filhos para se apresentarem, como nos fala Sr. Vicente Ludugério:

> O vei num queria não, pai nunca aceitou ir pra rua, pra se mostrar não. Mas nesse primeiro ano ele foi, mas no outro ano ele não foi, botou foi eu pra ir, né? Ele já não foi, porque num queria, né? Isso aí, não tem nada não, é... É, meu filho, mas aí, nós, nós é pra nós ir andar é tarde é mais hora num é pra... se mostrar, né? Na rua, não. Mas aí, disse: "mas, cê querendo ir, vá." Aí, começou, daí pra cá, nós "comecemo" a ir, né? (Entrevista concedida em 22.01.2013).

Para alguns penitentes como Joaquim Mulato e Quinco Ludugério (decuriões do grupo Irmandade da Cruz e Santas Missões na década de 1970), se apresentar em público quebrava uma das principais características da penitência: ser secreta. Todos já

---

144 PESSOA, Augusto. Penitentes revivem fé popular. Caderno Regional. **Jornal Diário do Nordeste**, 23 de março de 2008.
Ver <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=522549>. Acessado em 26.12.2013.

haviam ouvido falar que existia penitentes, ouvido o seu cântico pelas madrugadas, mas não os viam, nem sabiam quem eles eram. Ao participarem da festa, eles estariam "se mostrando" para as pessoas, ainda que com a cara coberta. Para outros membros dos grupos isso não era problema, alguns até gostavam.

O receio e a tensão inicial na participação da festa foram sendo contrapostos pelo reconhecimento e valorização da atividade. Agora havia o interesse por parte do público, inclusive repórteres de saber o que era a penitência e quem eram seus praticantes.

> O que mais foi que mudou foi quando nós fomos se apresentar de dia. Aí mudou mais. A gente representando de dia. Aí de qualquer maneira veio os repórter, aí já vê a cara do penitente, às vezes tem penitente agora que faz é questão de ser reconhecido (Entrevista por Sr. Chico Severo concedida em 20.01.2013).

Podemos ver que a perspectiva quanto a se apresentar em público (a partir de 1970) vai sendo transformada, o interesse das pessoas em saber o que é a penitência foi incentivando-os a se mostrar, chegando ao ponto do autoflagelo ser feito em público e gravado por repórteres[145]. Ao acompanhá-los na Festa de Santo Antonio (2012), pude ver que, até hoje, há uma curiosidade das pessoas em ver os penitentes e o que eles fazem.

> De primeiro, nós se açoitava só lá no cemitério, só os penitente num chegava ninguém pra ver. E hoje não, quando começou esse folcloro (folclore), os repórter chegava e pedia pra gente fazer o serviço e se cortar. A gente, nós se cortar, que muita gente daqui ainda diz que é mentira que o cabra num se corta, tem gente que num acredita. Aí, ent...entrar mode o cabra acreditar, a gente fazia pro povo ver, né!? (Entrevista concedida por Sr. Epitácio em 20.01.2013).

Os penitentes passam a ser alvo do interesse de repórteres, produtores culturais, pesquisadores, estudantes e do poder público como já dissemos no início deste capítulo. E eles vão se acostumando com esse novo cenário de espetáculo, se apresentando, dando entrevistas, sendo fotografados, filmados. O receio de ser reconhecido ganhou então outro olhar por parte deles:

---

145 Os penitentes gravaram reportagens com diversas emissoras: Globo, SBT, TV Cultura, TV Diário, dentre outras. Participaram de alguns filmes dos cineastas cearenses: Rosemberg Cariry e Petrus Cariry. Além disso, gravaram cenas para um filme de Ariano Suassuna sobre o Nordeste que não foi lançado e sem título definido ainda.

> (...) os trabalhos do Rosemberg Cariry eram historiadores, eram pesquisadores e aí, foi aí que os penitentes começaram a ser reconhecidos, a serem conhecidos e reconhecidos. Aí, começou a chegar gente, começou, começou, começou eles já não tavam mais com tanto cuidado de cobrir aquele rosto, chegava na festa de Santo Antônio...(Entrevista concedida por Celene Queiroz ex-funcionária e Secretária de Cultura de Barbalha em 25.01.2013).

Apresentar-se em público e ser conhecidos eram questões conflituosas para eles que sempre viram a penitência como uma atividade secreta ligada à religião. Ser agora vista por todos e ligada à cultura era algo diferente e que os inquietava.

> É diferente pra nós, né? Que nós num pode fazer isso pro público, né? É bom pra nós fazer só lá no nosso...quando nós vamos pros terço, quando o povo chama rezar o terço, pra ir lá pro cemitério. Aí a gente pode fazer. Agora ficou bom pra nós, porque hoje somos reconhecido em todo canto. Mas se num é pra ser folclore, porque botaram no folclore. Mas aqui é uma coisa de penitência mesmo...(Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

O reconhecimento vai se tornando atrativo, pois permitia a eles desfrutarem de coisas as quais, até então, eles não tinham acesso. Os penitentes agora eram convidados para andar nas ruas da cidade, em eventos, viajavam para se apresentar em outras cidades e estados, recebiam cachê. Podemos ver que a conjuntura para a realização dessa prática foi sendo modificada, se antes não havia incentivo e apoio, agora é o contrário todos querem ver a penitência. Como nos revela Dr. Napoleão Tavares, ao falar da participação dos penitentes na Festa de Santo Antonio.

> Foi positivo pra todo mundo, para os grupos, para o folclore, para a cultura popular e pra a própria festa. Foi uma coisa boa, a prefeitura dá aquele uniforme, eles são bem vestidos, não somente como os outros grupos de folclore que desfilam aí, no parque, na, na, na Rua do Vidéo é uma coisa muito colorida, muito bonita e por isso que atrai tanto turista que nunca viu aquilo, vem ver. E as televisões vem todas ela e passa e sai no "Fantástico". Tinha um rapaz aqui dos Estados Unidos, exibindo lá na CNN aquela rede de televisão de lá. Então, é uma coisa muito boa, muito positiva (Entrevista concedida em 24.01.2013).

Desta maneira, a condição de vida deles é transformada. Sr. Antonio da Amélia nos revela: *"Quer dizer, que a coisa mudou de... lama, a lama era bem aqui, a lama. E agora, né, não "peguemos" chuva"*. Sr. Vicente Ludugério completa:

> "Mudou, mudou muito. Mudou que de primeiro não era assim, não era fácil assim não, hoje é fácil demais. Olhe, to... Todo mundo quer ser penitente hoje. Mas de primeiro, ê, era difícil alguém querer ser penitente porque levava chuva, levava pedrada do povo, né?"

> Porque, porque hoje tá tudo mais fácil, né? As coisa muito pá tras era muito custoso, tudo, tudo num ganhava nada, né? Até uma, uma gorjetinha que você tirava assim de noite era pra comprar uns foguinho, nenhum, nenhum tinha direto a, a, a receber um tostão do daqui não. Era só pra comprar fogo, uma velinha, uma toalhinha pra cruz, né? É assim. Fazer uns cachimbo, às vez, comprava um óculos, assim, que uns tinha nova ou outros tinha "veia", outros num tinha de jeito nenhum. Mas, meu pai, ele era muito sabido, ele sabia muito, ele era quase que nem Severino. Aí, eu acho que mudou, mudou muito, né? (...) Pra trás tudo era difícil (Entrevista concedida em 22.01.2013).

As dificuldades para exercer a atividade foram sendo superadas pela nova forma com que a penitência estava sendo compreendida. A penitência passa a ser entendida como uma atividade cultural ligada à cultura popular, que passa pelo processo de mercantilização. Para os penitentes, por mais mudanças que a atividade sofra, ela ainda é prática religiosa e ligada à fé. Eles crêem que por meio de suas orações, cânticos e autoflagelo serão perdoados os seus pecados e os do mundo. Contudo, eles passaram a lidar com outros aspectos que até então não faziam parte do cotidiano da atividade.

O processo de valorização e reconhecimento da mesma gerou, como vimos, os convites para as apresentações, que adicionaram um novo fator: o financeiro.

Os penitentes eram todos agricultores e para viajar e se apresentar deixavam seu trabalho de lado, então a funcionária da Secretaria de Cultura que recebia os convites para eles nessa época achou interessante que eles recebessem uma gratificação por isso. Ela coloca que:

> Quando aparecia alguma coisa eu pegava o carro, chegava bom, vocês foram convidados pra isso assim, assim, assim, vão viajar, querem viajar? Tem condição de viajar? Lá vão ficar num hotel, vão ser um, dois dias. Qualquer maneira vocês tem o trabalho de vocês, vão se ausentar e por conta disso eu achei interessante que vocês recebessem um cachê, vão sair de casa. São pessoas simples e dessa maneira, eles começaram a ser retribuídos. Errei, num sei. Eu num podia passar três dias com aqueles horror (grande quantidade) de homem e de mulher em Fortaleza sem nenhum centavo, tinha deles que fumava, mas o cigarrinho deles. Queria comprar uma coisinha, queria comprar um refrigerante, tinha uns rapaz novo e eu achava que ali tinha que dizer alguma coisa. Porque eu comecei a ver as pessoas explorando (Entrevista concedida por Celene Queiroz em 25.01.2013).

Dessa forma, os penitentes foram viajando e se apresentando em diversas cidades e melhoravam suas condições de vida com o que recebiam por esse trabalho. Apesar de receberem dinheiro para participar dos eventos, para eles a penitência continuava sendo uma atividade religiosa, ligada a fé. *"Fazer a penitência por fé, não atrás só de dinheiro, também não. Atrás de, de rezar o terço no cemitério é gratuito,*

nas casas é gratuito. Então, o café sei que é dado, mas nós num pede" (Entrevista concedida por Sr. Antônio da Amélia em 29.01.2013).

Além disso, o reconhecimento passou a ser algo ao qual muitos já se adaptavam.

> É que nem eu digo a senhora pra, pra ser bom era que nem era nós mermo, mas pra nossa, nossa vida ficou foi bom, né? É muito bom que nós já demo viagem, ganhemo um dinheiro e essa casa aqui eu fiz com o dinheiro que ganhei. Nós andemo por quase toda capital aí, andemo em Brasília, Pará, Paraná, Mato Grosso, "Amazona", Pernambuco, Maceió, Maranhão, derradeiro na linha foi ir pra Paraíba. Aí, fomo pra Paraíba e depois chegamo ali no Crato e foi muito... todo mundo achava bom, num tem um canto pra nós levar uma vaia (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

Entretanto, as apresentações geraram algumas discussões dentro e fora do grupo sobre a questão da penitência ser uma prática religiosa ligada ao "sagrado" e tornar-se uma prática cultural de espetáculo. Alguns estudiosos da cultura popular questionavam até que ponto a apresentação dos penitentes em lugares fora da comunidade, em grandes eventos, não estaria retirando do ritual seu caráter "sagrado" e sua "pureza".

Na reportagem publicada no jornal O Povo de 24 de agosto de 2000 intitulada *Penitência para as câmeras* o jornal afirma os penitentes são: *"Vozes que se amplificam e que se emaranham, captadas com os ruídos e improvisos de quem não faz espetáculo, mas um canto ritual"* [146]. Essa forma de ver a penitência fora defendida pelo jornal, onde a notícia trata do risco de perda de sentido da atividade dos penitentes ao se apresentarem fora do "seu espaço". A matéria afirma:

> Gilmar de Carvalho tocou num detalhe fundamental relacionado a cultura popular: a ciência do povo tem um contexto, um entorno no tempo e – talvez, principalmente no espaço. Mostrar o canto religioso no Anfiteatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura é deslocar o sentido da manifestação penitente[147]

Essa discussão surge pelo fato dos penitentes terem ido se apresentar para lançar o CD *Penitentes do Sítio Cabeceiras*[148] no Centro Cultural Dragão do Mar. É interessante perceber que a gravação do CD com os benditos dos penitentes pelo projeto

---

146 Cavalcante. Ana Mary C. Penitência para as câmeras. **Jornal O Povo**, Fortaleza, em 24 de agosto de 2000, sábado, Caderno Vida & Arte, p. 2B.

147 Cavalcante. Ana Mary C. Penitência para as câmeras. **Jornal O Povo**, Fortaleza, em 24 de agosto de 2000, sábado, Caderno Vida & Arte, p. 2B.

148 O CD Penitentes do Sítio Cabeceiras faz parte do projeto Coleção Memórias do Povo Cearense, sendo o CD, dos penitentes o 3º da coleção. Produzido pelo cineasta Rosemberg Cariry, junto com Calé Alencar. O CD traz um catálogo contando a história dos rituais, xilogravuras e fotos dos penitentes.

da coleção Memórias do Povo Cearense não era questionado, mas sim o fato deles se apresentarem em outro lugar que não o seu habitual.

> "Um projeto como o CD que reproduz os benditos é válido (e necessário) dentro dos limites do resgate histórico e do arquivo do patrimônio imaterial. Mas levar seu Joaquim Mulato, os homens penitentes e crianças vestidas de anjo para o público ver (e não o inverso) é arriscado[149]

Desta forma, para os intelectuais e os jornais (O Povo e o Diário do Nordeste) os benditos compõem uma prática religiosa e representam a "cultura popular cearense" e por isso devem ser salvaguardados. O que é distinto de os penitentes irem cantar os benditos em lugares públicos, uma vez que a prática da penitência esta envolta de uma "sacralidade" que não pode ser perdida pela exposição do grupo em lugares que a afasta dessa "pureza".

> A cultura dita erudita precisa dessa essência popular, desse conhecimento ao menos. Mas que se pense duas vezes antes de mostrar o lado sagrado dessa cultura, assim, num palco que tira a pureza do ritual. Por que ele tem um sentido próprio. Seja na Barbalha sacra ou em qualquer outro altar natural. [150]

Essa crítica às apresentações dos penitentes aumentou quando o decurião do grupo Irmandade da Cruz, Sr. Joaquim Mulato, desfilou no carnaval do Rio de Janeiro para a Escola de Samba Mangueira em 2006[151]. É interessante ver os diferentes olhares acerca da exposição dos penitentes. Celene Queiroz, primeira funcionária da Secretaria de Cultura a trabalhar com eles, diz:

> Aí, eu me questiono: "Será, que foi errado? Será que eu errei?" Mas de qualquer maneira ninguém podia ocultar esse penitente a vida inteira E eles foram, chegou o progresso, chegou a mídia, chegou a televisão, chegou o cinema. Eles participaram de tudo até a ponto de Seu Joaquim ir desfilar na Mangueira, né? Que tem muito amigo meu que a gente se conheceu por conta dos penitente e por conta do trabalho de profundos historiadores como Gilmar de Carvalho, Osvaldo Barroso, Calé, Rosemberg todo esse pessoal

---

149 Cavalcante. Ana Mary C. Penitência para as câmeras. **Jornal O Povo**, Fortaleza, em 24 de agosto de 2000, sábado, Caderno Vida & Arte, p. 2B.

150 Cavalcante. Ana Mary C. Penitência para as câmeras. **Jornal O Povo**, Fortaleza, em 24 de agosto de 2000, sábado, Caderno Vida & Arte, p. 2B.

151 O Mestre Joaquim Mulato foi convidado para desfilar na Escola de Samba Mangueira porque a escola recebeu investimento do governo do estado do Ceará por ter como enredo a transposição do Rio São Francisco. A Secretaria de Cultura do Estado ao financiar exigiu que seus projetos fossem divulgados no desfile, sendo feita então uma homenagem ao projeto "Mestres da Cultura". Desfilaram pela Escola 4 (quatro) mestres: Mestre Aldenir (reisado), Mestre Dina (vaqueira), Mestre Bigode (bacamarteiro) e Joaquim Mulato (penitente). Ver FERNANDES, Kamila. Ceará investe R$ 500 mil no Carnaval do Rio. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u118079.shtml>. Acessado em 25.12.13.

> discordou total da presença de Joaquim Mulato na Mangueira. Mas Gilmar, acho que eu tenho até um recorte de jornal, ele no jornal,ele criticou, tem. Mas, Celene... "Mas, meu filho, eu num tenho culpa eu num tava mais na secretaria de cultura." (Entrevista concedida por Celene Queiroz em 25.01.2013).

Para Celene, o reconhecimento dos penitentes seria inevitável, mas a exposição sofrida com o desfile na Mangueira teria sido excessiva. Já a atual funcionária da Secretaria, Gorete Amorim, vê que o tempo fez com que a penitência mudasse e o desfile na Mangueira não se diferenciava de qualquer outra apresentação.

> Em 2005[152], eu levei o Joaquim Mulato pra se apresentar na Mangueira, né? É... e ele já fez vários curtas pra, pra filmes do Rosemberg, participou agora a pouco, a gente participou pra um filme do Ariano Suassuna. Então, assim, com essas modernidades que o tempo vem trazendo. Então, eu acho que isso afetou um pouco, afetou um pouco, mas não que eles continuem, eles continuam sendo pessoas sérias, mas no meu ponto de vista, mudou um pouco (Entrevista concedida por Gorete Amorim em 26.01.2013).

Na ocasião do desfile, os jornais (O Povo e Diário do Nordeste) fazem uma crítica dura, colocando em cheque se eles hoje são penitentes ou um grupo folclórico. Sabemos que a folclorização de uma atividade muitas vezes resulta em uma visão unicamente mercadológica da mesma (FERNANDES, 2007, p. 129). Entretanto, isso não significa que para seus praticantes ela deixe de ter o sentido pelo qual foi criada, no caso dos penitentes: o religioso.

Para intelectuais da cultura popular como Oswald Barroso por mais que eles mantenham os trajes, hoje eles fazem espetáculo para serem vistos pelo público.

> Hoje, eles ainda mantêm o capuz e os trajes medievais, mas já se acompanham de mulheres. Livre de masoquismos, seus rituais transformaram-se em espetáculos que, eles apresentam com o cuidado de quem está pousando para máquinas de fotografia e câmeras de vídeo[153].

A penitência passa pelo processo de espetacularização. Conforme João Guilherme dos S. Fernandes, ao estudar o Boi Tinga de São Caetano de Odivelas, a espetacularização constrói outra forma de ver a prática cultural.

> (...) a espetacularização por seu turno, leva unicamente à construção de uma mercadoria fetichizada, desprendida de suas condições de produção e de seu

---

152 Na verdade foi em 2006 como vimos na notícia do Jornal Folha de São Paulo.

153 BARROSO, Oswald. Viagens ao centro da Terra. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 11 de janeiro de 1998, domingo, Caderno Vida & Arte, p.5B.

> contexto de origem, como se fosse dádiva divina (daí a magia da personalidade) e fenomênica, longe da história social e cultural de seu acontecimento, nos moldes do folclore turístico (FERNANDES, 2007, p. 163).

Para analisar a crítica feita pelos intelectuais, pesquisadores, jornais, dentre outros, lembramos que Canclini afirma que a hibridação cultural:

> (...) surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Busca-se *reconverter* um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado (CANCLINI, 2011, P. XXII).

Assim, as modificações ocorridas na prática penitencial surgiram das demandas cotidianas do grupo e da nova conjuntura proporcionada a eles com a participação na Festa de Santo Antonio, desta forma eles foram acrescentando ou retirando elementos para adaptar a prática ao momento que eles estavam/estão vivendo.

Além disso, a comercialização da prática cultural, como vem ocorrendo com a penitência, é um fenômeno recorrente na atualidade em diferentes práticas e manifestações culturais. Contudo, se isso é inevitável, por outro, não se pode perder de vista sua intervenção na transformação dos sentidos dessa prática e, portanto, é preciso verificar como esse patrimônio esta sendo pensado (e por quem), como diz Izabela Tamaso:

> (...) os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing", uma vez que, de alguma maneira, é necessário que "o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico", por outro lado "não existe desenvolvimento cultural sem comercialização" (TAMASO, 2007, p.208).

Os penitentes ao serem questionados sobre as apresentações em público afirmam que elas são boas, pois proporcionaram o reconhecimento e os recursos financeiros, entretanto não sabem se para a vida espiritual isso é bom.

> Pra nós, pra nossa vida pessoal é boa. Agora, pra material [imaterial ou espiritual], eu num sei dizer, eu num sei. Pra nós é bom, pra nossa vida pessoal é bom, num sei quando nós chega lá (no céu), se vamo ter perdão... Aí, nós fumo fazer isso aí pra eles, mas num é da nossa religião, num é pra nós fazer isso pra eles, pra amostrar a ninguém, né? Ninguém sabe nem se Deus perdoa nós, né? (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

A fala de Sr. Chico Severo nos revela o conflito que há para alguns penitentes em lidar com os novos sentidos que a penitência adquiriu, deixando de ser somente uma atividade religiosa, feita secretamente, e passando a ser uma prática cultural de espetáculo, muitas vezes remunerada. Podemos ver que para ele, por mais que a penitência tenha passado por essas transformações, o sentindo religioso[154] continua presente, e se questiona se terá o perdão divino por fazê-la para ser vista por todos.

Alguns admitem que as modificações podem não ser "corretas", mas ao mesmo tempo eles foram se acostumando e (re)significando as transformações ocorridas na penitência. O reconhecimento da atividade e o que isso proporciona se tornou algo importante para eles.

> Não, às vez, tem, tem viaje que a gente num, num recebe bom não, mas vai porque é obrigado[155], né? Que ele mesmo diz, cumpade diz: "Nós tem que participar porque, porque nós fica..." Como é que chama? Conhecido, né? (Entrevista por Sr. Vicente Ludugério concedida em 22.01.2013)

> É nós continua fazendo e nós... o nosso prazer é de fazer mais melhor, né? (Jana: Eu sei.) Mais melhor mode de nós ir assim, que nós vamo hoje fazer essa representação, o que nós puder fazer de melhor, é melhor, né? Num vamo fazer o, o a pior, nós temo que fazer é o melhor, né? E somo, e somo bem recebido, somo bem aplaudido tanto aqui em Barbalha como Nova Olinda, como em Várzea Alegre, como em Juazeiro. Em todo canto que nós vamo, graças a Deus, nosso grupo é bem recebido (Entrevista concedida por Doda em 28.01.2013)

Podemos notar que, segundo Sr. Vicente, muitas vezes eles vão "obrigado", pois embora o "cachê" seja baixo, eles precisam do reconhecimento. Eles sabem que a penitência e os grupos mudaram. A forma como essa pratica é vista hoje, depois do processo de mercantilização/espetacularização e patrimonialização, não é a mesma de quando muitos decidiram ser penitentes há 50, 60 anos atrás. A relação com a comunidade mudou, entraram outros sujeitos sociais em seu cotidiano, como pesquisadores, estudantes, cineastas, representantes das diferentes esferas de poder.

Além disso, a forma de realizar a atividade foi sendo modificada para se adaptar a nova conjuntura, elementos foram sendo explorados somente para as câmeras como o autoflagelo; os benditos já passaram a ser elemento chave nas apresentações em

---

154 Sr. Chico Severo nos fala que o grupo ainda realiza a penitência na comunidade, algo mais intimo, sem ninguém para assistir.

155 Não sei se eles acabam participando pela pressão ou convencimento da funcionária da Prefeitura ou pela busca de reconhecimento e consequentemente possíveis convites para eventos com "cachês mais atrativos".

público. Não precisa mais ser escondido, todos agora sabem quem é penitente e o que ele faz.

O processo de mercantilização da cultura popular trouxe conflitos até então inexistentes para o grupo, sua atividade passa a fazer parte de uma rede de relações que envolvem jogos de poder. "*Nós gostaria de fazer só na comunidade. Mas como é agora a tradição, já mudou, nós tanto faz, é bom fazer também"* (Entrevista concedida por Sr. Zé Galego em 23.01.2013).

Para eles, o fato de se apresentarem em público já virou uma tradição da qual eles gostam, pois suas apresentações, o reconhecimento do público e o recebimento por elas, permitem como eles dizem "o grupo existir".

> No dia da festa eles aparecem mesmo com aquela máscara no rosto, mas desfilam no, no desfile folclórico do Pau da Bandeira e do, do, dos desfiles afins na Rua do Vidéo, são vistos, são admirados, são festejados, são... é filmados, fotografados e aquilo dá uma certa, uma, um certo valor a eles, né? Então, só tenho impressão que eles só estão existindo por isso (Entrevista concedida por Dr. Napoleão Tavares em 24.01.2013).

Essa "retórica da perda" como nos fala José Reginaldo Gonçalves fundamenta as falas deles (penitentes), do poder público e de intelectuais para justificar as mudanças ocorridas. Embora cada um adaptando-a a seus interesses, sentidos e visões de mundo, todos são unânimes em dizer que o fato deles se apresentarem em público viabilizou a permanência dessa atividade.

Entendemos aqui que a penitência como manifestação cultural é dinâmica por isso é passível de transformações e reformulações, sendo construída a cada dia. Contudo, verificamos a interferência das políticas culturais e demais sujeitos sociais que passaram a se relacionar com os praticantes, sobre a atividade e sua dinâmica.

> As redes construídas pelo patrimônio pressupõem um crescente número de mediadores, associações, instituições, recursos e aliados disponíveis na tessitura de seus fios. Quando se busca reconhecer todos os atores, impressiona a sutileza com que tramam suas malhas (SIMÃO, 2003, p 63).

Por isso, não basta registrar um bem como patrimônio, mas é necessário ajudá-lo a ser mantido na comunidade, como referência vivida no dia-a-dia dessa comunidade. As políticas culturais devem auxiliar a vivência dos grupos, a manutenção das práticas culturais tendo a sensibilidade de estabelecer fronteiras entre a política de Estado e o saber-fazer da prática.

Os detentores de saberes e fazeres vão se adaptando a realidade que lhes é proposta, buscando se relacionar com os novos atores, atendendo as novas demandas, (re)significando suas práticas, lutando para que as mesmas possam subsistir ao longo do tempo. Portanto, é necessário, compreender as relações entre esses diferentes atores sociais e as tramas que tecem os fios dessas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Eu peço a todo mundo que num deixe o grupo cair não, que agora tem, agora num tem muito não, porque agora o negocio desse, dificuldade de hoje é porque tem penitente que ele começou cedo com dez ano, com quinze ano e só sabe responder o bendito, né? (Entrevista concedida por Sr. Chico Severo em 20.01.2013).

A fala do Sr. Chico Severo (2° decurião do Grupo de Penitentes da Irmandade da Cruz) nos remete à realidade da penitência nos dias atuais. Vemos os membros mais velhos dos grupos lutando pela continuidade da penitência, conforme as regras e padrões que julgam essenciais, mantendo-a no âmbito do sagrado. Eles têm receio do seu desaparecimento por inúmeros fatores, dentre os quais: a pouca quantidade de praticantes, a falta de interesse em aprender o ritual, as dificuldades para decorar os benditos ou praticar o autoflagelo por parte de alguns membros dos grupos, a falta de novos adeptos à penitência (os penitentes apontam o desinteresse dos mais jovens). Todos esses fatores contribuem para a construção do que José Reginaldo Gonçalves chama de retórica da perda (GONÇALVES, 2002, p.27). Esse discurso é recorrente e é apropriado tanto pelos penitentes quanto pelos produtores culturais, intelectuais, como pelas políticas públicas culturais.

Não busquei constatar a veracidade desse discurso, mas apresentar as novas representações acerca da penitência, que de prática popular religiosa passou a ser reconhecida como prática cultural patrimonializada. Essa manifestação cultural passou por transformações envolvendo diversos aspectos que vão desde a adaptação dos penitentes à nova conjuntura que lhes foi apresentada quando inseridos na Festa de Santo Antonio como grupo folclórico, fazendo com que a prática fosse vista como uma manifestação cultural de espetáculo; passando pelos processos de espetacularização e posteriormente de patrimonialização; até as mudanças necessárias ao cotidiano dos grupos na comunidade, como no caso da morte dos membros mais antigos e a falta de novos adeptos.

Ao acompanhar os grupos de penitentes em eventos – nas visitas que fiz a Barbalha-CE no decorrer da pesquisa – percebi a teia complexa que os envolvia. As tramas dessa teia me levavam a diversos agentes sociais dos mais diferentes universos: penitentes, estudantes, pesquisadores, produtores culturais, repórteres, representantes local da Igreja católica, poder público local (Prefeitura via Secretaria de Cultura), estadual (Secretaria de Cultura do Estado) e federal (IPHAN). Essa rede formada por

diversos agentes é composta por diferentes relações de poder, muitas vezes relações de força assimétricas, nas quais cada um almeja legitimar seu espaço por meio de suas *"práticas e representações*" (CHARTIER, 1990, p.17).

São vários olhares e percepções acerca de um mesmo objeto: a penitência. Para seus praticantes ela é uma atividade religiosa que lhes foi passada de geração em geração e está ligada à sua fé, sua crença de que ao realizá-la eles estão expurgando os pecados do mundo, por isso é uma obrigação fazê-la.

Além desse caráter devocional, essa manifestação de fé passou a lhes proporcionar coisas até então impensáveis por eles, como dinheiro, reconhecimento e valorização, a ponto deles dizerem *"Nós somos patrimônio, senhora"*. Tudo isso proporcionou a construção de memórias e narrativas onde eles buscam legitimar a penitência, o espaço que ela tem hoje e sua preservação.

Outra percepção é a dos gestores culturais que, a partir da década de 1970, buscam construir uma identidade para o Ceará e para o Cariri e para tal desenvolveram uma política voltada para a valorização da cultura popular. A penitência passa a ser vista como uma manifestação genuína da cultura popular cearense e que, portanto, deve ser valorizada, divulgada e publicizada.

Dessa forma, destaco como se deu a transformação do discurso acerca dessa prática que no fim do século XIX até a segunda metade do século XX era ligada ao fanatismo religioso, ao horror e ao medo e passa a partir da década de 1970 a ser percebida como manifestação cultural/folclore representante da cultura popular do Cariri, necessitando de reconhecimento e valorização.

Essa mudança na percepção acerca da penitência propiciou uma nova conjuntura ao desenvolvimento da prática penitencial. Se até então ela era secreta, só ocorria na comunidade, ninguém sabia quem era penitente, com o reconhecimento como manifestação da cultura popular/folclore ela passa a ser espetacularizada, sendo realizada em Centros Culturais de diversas cidades do país.

A espetacularização trouxe à tona a discussão sobre até que ponto as políticas culturais poderiam interferir na dinâmica e no cotidiano da prática. Essa é uma questão delicada e importante, pois a partir dos anos 2000 vivemos uma constante construção de políticas públicas de patrimonialização da cultura popular, na categoria de patrimônio imaterial. Cabe então refletir sobre a maneira como estão sendo construídas essas políticas, quais os olhares acerca dos bens culturais? Mais uma vez, faz-se o questionamento: preservar o que, para quem e como?

Assim, é necessário pensar a melhor maneira de construir essas políticas. Será que uma participação mais efetiva dos interessados (os detentores do saber-fazer) e dos agentes que vão lidar com elas (produtores culturais e gestores culturais) é o suficiente?

Percebemos que a relação entre os praticantes e os agentes muitas vezes pode ser considerada de mediação ou tutela, havendo uma tensão nessas relações. Se tutelados, os praticantes são tratados de modo infantilizado, que não sabem o que é melhor para eles, necessitando de tutores. Se mediados, quem são aqueles que estão em relação nessas mediações e quais interesses estão em jogo? Perguntamos o que pode ser feito para incentivar a manutenção das práticas sem dominá-las ou aprisioná-las em modelos distantes da dinâmica que envolve seu cotidiano: sem querer civilizá-las!

Vimos que a penitência sofreu brutalmente com a força do processo civilizador que se impôs, desde o século XIX até a atualidade, tornando-se quase invisível por longos anos, e adequando-se aos interesses dos agentes externos (poder público municipal, pesquisadores, repórteres, dentre outros) para poder ser considerada representante da cultura popular cearense.

Afinal, apesar de parecem ter um interesse comum, pois tanto as políticas como os grupos praticantes almejam a continuidade das práticas, dos saberes e fazeres, podem encontrar caminhos bastante diferentes como solução de continuidade. Por isso é necessário mais cautela ao pensar em políticas culturais, para que estas, ao invés de possibilitarem a continuidade das práticas, não acabem com as funções que a tornam referência de identidade para um grupo, nesse caso, são funções de fé e salvação, portanto, sagradas. Não se trata de querer congelar as manifestações culturais, ou impedir a sua dinâmica social, de essencializar a prática ou perpetuar práticas de automutilação, mas de pensar sobre as conseqüências das políticas públicas nessa perspectiva.

Por fim, percebo que há uma gama de possibilidades de reflexão acerca da penitência, gostaria de apontar algumas: estudar a performance e o corpo na penitência; a oralidade e os benditos[156]; as vestimentas; a questão de gênero, como prática predominantemente masculina; a penitência como prática religiosa desde o período medieval e praticada em outros países como nas Filipinas, por exemplo; a penitência e a educação patrimonial nas escolas da comunidade; a percepção dos penitentes sobre o

[156] Ver: OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Wellington de. **Glossolalia: voz e poesia**. 1. ed. São Paulo/Fortaleza: EDUC/Omni, 2004.

processo de patrimonialização; a penitência e o Inventário Nacional de Referências Culturais, dentre outras.

Entendo, contudo, que esta dissertação é apenas uma contribuição limitada diante das infinitas possibilidades de reflexão.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, M. **Patrimônio Vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas.** 2009. Monografia apresentada a COPEDOC/DAF/IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.

AGUIAR, Leila Bianchi. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil (1966-1988). **In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: CULTURA, 6, 2010, São Cristovão.** VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos da fronteira: história, espaço e identidade regional.** Recife: Bagaço, 2008

_____. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2009.

_____. Discurso e Pronunciamento. In PINSKY, Carla Bassanezzi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-250.

ALEXANDRE, J. F ; SOUZA, O. T. ; FREIRE, S. N. R. Festa de Santo Antônio de Barbalha: patrimônio de fé, devoção e carnavalização. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Morais da (Org**.). Sentidos de Devoção: festa e carregamento em Barbalha.**Fortaleza: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2013, v. 1, p. 44-79.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre estado e cultura no Brasil**. Editora UNIJUÍ, Ijuí, 1998.

BARROS, José Góes de Campos. **A Ordem dos Penitentes.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. *Outras* **histórias: memórias e narrativas da Irmandade da Cruz – Barbalha/CE.** 2010. 191 f: Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3, 2007, Salvador. **Anais do Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Universidade Federal da Bahia 2007**.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2009.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Panorama Religioso no Catolicismo e Protestantismo no Brasil. **Revista Magis**, Rio de Janeiro, v. 14, p.1-22 1996.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas hibridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloisa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Campus, Rio de Janeiro, 1997.

CARIRY, Rosemberg. Ordem de Penitentes. In **Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense**, Juazeiro do Norte, nº 12, p. 19 – 24, 1985.

CARVALHO, Gilmar de. **Tramas da Cultura: comunicação e tradição.** Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARVALHO, Anna Christina Farias. Fé e Tradição Oral: práticas mágico-religiosas nos rituais das irmandades de penitentes no cariri cearense. **Oralidades: revista de História Oral**, v. 2, p. 61-82, 2007.

_____. **Sob o signo da Fé e da Mística. Um estudo das Irmandades de Penitentes no Cariri Cearense**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: estado da arte. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. (Org.). **Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais.** 1ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, 2008, v. 1, p. 11-36.

_____. Entendendo o folclore e a cultura popular. **Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Rio de Janeiro, março de 2002.** Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/pdf/entendendo_o_folclore_e_a_cultura_popular.pdf>

CERTEAU, Michael. CERTEAU, M.. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2ª Ed. 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados,** São Paulo nº11, vol.5, p.173-191.1991.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

_____. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. (Org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2012, p. 67-78.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da "cidade da cultura": Crato (1889 -1960)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Um Estudo de Caso sobre a Mediação cultural. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5, 2009. Salvador. **Anais do Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Universidade Federal da Bahia, 2009**.

FRANÇA. Jean Marcel Carvalho. A Religião do tamanho do mundo. **Revista Patrimônio e Memória**. Assis, v.7, n.2, p. 55-66, dez. 2011**.**

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. **O boi de máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do Boi Tinga de São Caetano de Odivelas, Pará**. EDUFPA, Belém, 2007.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In **Manual de Aplicação** do INRC. IPHAN/DID, Brasília, 2000.

FREIRE, Sandra Nancy Ramos. **O Coro dos penitentes: Uma abordagem para o ensino da Arte**. 2001. 39 f. Monografia (Especialização em Arte-Educação) Universidade Regional do Cariri, Crato, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC-IPHAN, 2002.

GOMES, Assis Daniel. Folclore: Patrimônio e Memória identitária caririense (1953-1980**). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, ANPUH-CE, 23, 2012, Sobral**. Disponível em: <***http://www.Ce.Anpuh.Org/1341755672_ARQUIVO_Textocompletoparaanpuh-Pibic-14.Pdf***> . Acessado em 07.01.2014.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.5 -27, 1988.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15, n.2, p. 11-30. Jul - dez. 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*:* a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 1936/2006**. Brasília: IPHAN, 2006a.
Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1800 >. Acessado em 28.01.2014.

IPHAN. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: In: **Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília**: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006b.

LE GOFF, Jaques. **História Memória**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MARQUES, Roberto. A identidade como estratégia: modernização, memória e política no Cariri (1950). In: LIMA, Marinalva Vilar de; MARQUES, Roberto (Org.) **Estudos Regionais: Limites e Possibilidades**. Crato:NERE/CERES Editora, 2004.

MENEZES, Otávio Aires de**. Juazeiro e seu legítimo fundador o Padre Cícero Romão Batista; história da cidade – crônicas**. Fortaleza, Gráfica LCR, 2012.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: Laura de Mello e Souza (Org.). **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. Coleção História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Cia das Letras, 1997, Vol.I.

MUNHOZ, Marcos Martinez. **A comunicação do ritual do autossacrifício do corpo: os penitentes de Barbalha – CE.** 2013 Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Municipal de São Caetano, São Caetano do Sul, 2013.

NEVES, (Dr.) Napoleão Tavares. **Pequena história da Paróquia de Santo Antônio de Barbalha**: Barbalha (CE): 1988.

_____. **Barbalha Cultural**. Fortaleza: Editora UFC, 2000.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio Cultural e novas políticas de memória. In: RIOS, Kênia Sousa Rios; FURTADO FILHO, João Ernane (Org). **Em Tempo: História, Memória e Educação**. Imprensa Universitária, Fortaleza, 2008.

_____. O Centro de Referências Culturais – CERES (1976 – 1990) e o registro audiovisual da memória popular do Ceará. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado; RAMOS, Francisco Regis Lopes (Org.). **Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, Expressão Gráfica Editora, 2010.

OLIVEIRA, Israel Carvalho de. Políticas Culturais e a Legitimação De Um Discurso: O Modelo Cearense de Patrimonialização da Cultura (1966-1980) **In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal.** Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302423_ARQUIVO_TextoCompleto-XXVIISNH2013.pdf>. Acessado em: 07.01.2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 148p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. In: **Tempo, Niterói,** vol.12, nº 23, p.73-99 2007.

OLIVEIRA. João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Presença Indígena na Formação do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Brasília, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Wellington de. **Glossolalia: voz e poesia**. 1. ed. São Paulo/Fortaleza: EDUC/Omni, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun.1989.

RAMOS, Francisco Régis. Lopes. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades.** Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC, 2011.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. Intelectuais, Memória e Cultura: O Registro do Patrimônio Imaterial no Ceará**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal**. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371305199_ARQUIVO_Intelectuais,CulturaeMemoria_ANPUH_revisado.pdf> . Acessado em: 07.01.2014.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa (tomo I)**; Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (1860 –1883)** 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003

SEMEÃO, Jane e GONÇALVES, José Cláudio Leôncio. Instituto Cultural do Cariri: (re)inventando o espaço do cariri cearense(1950 -1970). **In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, ANPUH-CE, 2010, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda e Assaré**. Disponível em: < http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0598.pdf> Acessado em 07.01.2014.

SIMÃO. Lucieni de Menezes. Os mediadores do Patrimônio Imaterial. In: **Sociedade e Cultura,** Goiânia, janeiro a junho de 2003, vol. 6, número 01, p. 59 a 70, 2003.

SILVA FILHO. Antonio Luís Macedo e. Nota explicativa do Diário de Viagem Francisco Freire Alemão. In **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato 1859** – Volume 1: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, Simone Pereira da. **Os sentidos da festa: (Re)significações simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha-CE (1960-1970)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SOUSA, Kássia Mota de. **Ordem dos Penitentes da Irmandade da Cruz de Barbalha – Ceará.** Juazeiro do Norte: Banco do Nordeste, 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz. Festa e cultura popular: A ruptura e a norma. In **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, ano 9, volume 16(2), p.99-132 2005.

SOUZA, Océlio Teixeira de. **A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha: entre o controle e a autonomia (1928-1998)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

SPHAN/Fundaçãp Pró-Memória **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória.** Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº31. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, Brasília 1980.

TAMASO, Izabela Maria. Relíquias e Patrimônios que o Rio Vermelho levou... In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Comelia (Org.). **Antropologia e Patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneo**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.199-220.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 - 1808).** Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
_____. Dicionário do Brasil Imperial (1822 - 1889). Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

VERAS, Elias Ferreira. O lugar do jornal A Voz da Religião no Cariri no processo de Romanização do Catolicismo brasileiro - 1860-1870. **In: Encontro Regional de**

História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP.19, 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Elias%20Ferreira%20Veras.pdf> . Acessado em: Acessado em 07.01.2014.

VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FONTES

Manuscritos

Livros de Tombo da Paróquia de Barbalha-CE

1. 1934 – ABRIL DE 1959
2. MAIO DE 1959 – 1999

Atas

Ata de Reunião realizada pela Coordenadoria do Patrimônio Artístico e Histórico Cultural – COPAHC, em 08 de abril de 2003. Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Artístico e Histórico Cultural – COPAHC/SECULT-CE.

Bibliográficas

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza - Crato 1859** – Volume 1. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato – Rio de Janeiro,1859/1860** – Volume 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2007.

CARIRY, Rosemberg. Ordens de Penitentes. In. **Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense**, nº 12, Juazeiro do Norte, 1985.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FIGUEIREDO FILHO, José de**. História do Cariri IV.** Coedição Secult/Edições URCA – Edições UFC, Fortaleza, 1ª Ed. 1968, 2010.

_____. **O folclore no Cariri**. Imprensa Universitária - Edições UFC, Fortaleza, 1ª Ed. 1962, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, J. & PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato**. Imprensa Universitária - Edições UFC, Fortaleza, 1ª Ed. 1955, 2010.

MONTENEGRO. Abelardo Fernando. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

PINHEIRO, Irineu. **O cariri**. Fortaleza: Coedição Secult/Edições URCA – Edições UFC, 1ª Ed. 1950, 2010.

_____. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Coedição Secult/Edições URCA – Edições UFC, 1ª Ed. 1963, 2010.

Jornais

Diário do Nordeste (recortes de jornal do Acervo da Coordenadoria do Patrimônio Artístico e Histórico Cultural – COPAHC/SECULT-CE e site do jornal).

PESSOA, Augusto. Penitentes revivem fé popular. Caderno Regional. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 de março de 2008, Caderno Regional.
Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=522549> acessado em 26.12.2013.

VICELMO, Antônio. Mestre da Cultura morre em Barbalha. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 de fevereiro de 2009, quarta-feira, p.11.

VICELMO, Antônio. Penitentes vivem fé medieval. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 21 de março de 2010.
Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=754770> acessado em 07.11.2013.

O Povo (Banco de dados do Jornal O Povo)

BARROSO, Oswald. Viagens ao centro da Terra. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 11 de janeiro de 1998, domingo, p.5B.

Cavalcante. Ana Mary C. Penitência para as câmeras. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 24 de agosto de 2000, sábado, Caderno Vida & Arte, p. 2B.

CARVALHO, Eleuda. A festa do povo de fé. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 05 de junho de 1997, quinta-feira, p.6B).

CARVALHO, Gilmar. Dois. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 03 de maio de 1997, sábado, p. 2.

FAHEINA, Rita Célia. Penitentes da cidade de Barbalha lembram sacrifício de Jesus Cristo. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 7 de abril de 2007, sábado, p.10.

LIMA, Paula. Cultura Viva dos Mestres. Vida & Arte. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 3 de setembro de 2007, segunda-feira, p.5).

2min. Cultura. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 26 de fevereiro de 2009, quinta-feira, p. 3.

Jornal O Povo, Fortaleza, 21 de agosto de 1974, p. 5.

A Ação (Centro de Documentação do Cariri – CCDOC da Universidade Regional do Cariri – URCA)

Folclore regional deveria ter calendário de atrações. **Jornal A Ação**, Crato, 20 de maio de 1967, p.4.

Jornal Carioca focaliza folclore no Cariri. **Jornal A Ação**, Crato, 23 de maio de 1965.

Raimundo Girão: "A Secretaria da Cultura foi criada em Crato". **Jornal A Ação**, Crato, 03 de junho de 1967, p.6.

Turismo Cratense será apoiado pela Secretaria de Cultura. **Jornal A Ação**, Crato, 17 de junho de 1967, p.7.

Crato precisa incentivar o Turismo. **Jornal A Ação**, Crato, 25 de junho de 1967.
Crato comanda Turismo na Zona Sul do Estado. **Jornal A Ação**, Crato, 07 de outubro de 1967, p.7.

Jornal A Ação, Crato, 23 de agosto de 1975

Folha de São Paulo (site)

FERNANDES, Kamila. Ceará investe R$ 500 mil no Carnaval do Rio. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u118079.shtml> acessado em 25.12.13

Leis e decretos (Diário Oficial do Estado do Ceará)

CEARÁ. Lei nº13. 351, de 22 de agosto de 2003 - Registro dos Mestres da Cultura. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 25 de agosto de 2003, ano.VI, Série 2, nº161, p. 1.
Disponível em < http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20030825/do20030825p01.pdf> acessado em 31.10.2013.

CEARÁ. Lei nº13. 427, de 30 de dezembro de 2003 - Lei do Registro de Bens de Natureza Imaterial
Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 31 de dezembro de 2003, ano.VI, Série 2, nº 250, p. 5.
Disponível em <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20031231/do20031231p01.pdf> acessado em 31.10.2013.

CEARÁ. Lei 13.842, de 27 de novembro de 2006 - Registro dos "Tesouros Vivos Da Cultura" no Estado do Ceará
Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 30 de novembro de 2006, ano. IX, Série 2, nº 227, p. 1
Disponível em <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20061130/do20061130p01.pdf> acessado em 31.10.2013.

Sites:

IPHAN - Carta Fortaleza, 14 de novembro de 1997, site do IPHAN http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268, acessado em 28 de outubro de 2013).

Fontes Orais

Penitentes

- **Francisco Severo (conhecido como Chico Severo)** Idade: 85 anos Entrevista realizada dia: 20.01.2013 no município de Barbalha-CE;

- **Francisco Roberto da Costa Junior (conhecido como Robertinho)** Idade: 10 anos Entrevista realizada dia: 20.01.2013 no município de Barbalha-CE;

- **Epitácio Fabricio dos Santos (conhecido como Sr. Epitácio)** Idade: 73 anos Entrevista realizada dia: 20.01.2013 no município de Barbalha-CE;

- **Vicente Ludugério da Paixão** Entrevista realizada dia: 22.01.2013 no município de Barbalha-CE;

- **José Severino dos Santos (conhecido como Zé Galego**) Idade: 72 anos Entrevista realizada dia: 23.01.2013 no município de Barbalha-CE;

- **Dioclécio Alexandre Ferreira (conhecido como Doda)** Idade: 60 anos Entrevista realizada dia: 28.01.2013 no município de Barbalha-CE;

- **Antônio Francisco Sales (conhecido como Antônio da Amélia)** Idade: 69 anos Entrevista realizada dia: 29.01.2013 no município de Juazeiro do Norte-CE.

Memorialistas

- **Dr. Napoleão Tavares** (médico e memorialista da cidade de Barbalha-CE) Idade: 82 anos Entrevista realizada dia: 24.01.2013 no município de Barbalha-CE

Funcionárias da Secretaria de Cultura de Barbalha

- **Maria Celene de Sá Queiroz** (ex-funcionária e Secretária de Cultura de Barbalha) Entrevista realizada dia: 25.01.2013 no município de Barbalha-CE

- **Gorete Amorim (**funcionária da Secretaria de Cultura de Barbalha) Entrevista realizada dia: 26.01.2013 no município de Barbalha-CE

ANEXOS



Penitentes da cidade de Barbalha. Acervo da Secretaria de Cultura de Barbalha-CE.



Igreja na Comunidade do Sítio Cabeceiras em Barbalha-CE. Foto: Jana Rafaella em 20.01.2013



Banner Evento Fogaréu. Foto: Jana Rafaella em 04.04.2012.



Grupos de Penitentes Irmandade da Cruz e Santas Missões no Cemitério de Barbalha. Evento Fogaréu. Foto: Jana Rafaella em 06.04.2012



Sr. Olímpio Ludugério (1º decurião do grupo Santas Missões) e Sr. Chico Severo (2º decurião do grupo Irmandade da Cruz) rezando o terço no cemitério da cidade. Evento Fogaréu. Foto: Jana Rafaella em 06.04.1012.



Grupo Santas Missões na Procissão do Fogaréu em Barbalha-CE. Foto: Jana Rafaella em 05.04.2012

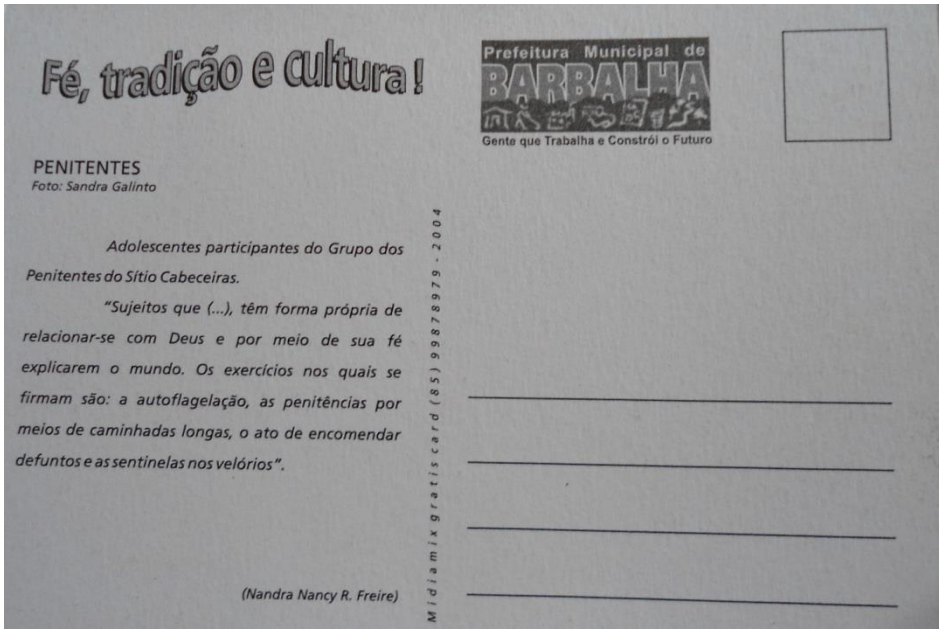


Grupos de Penitentes na Procissão do Fogaréu em Barbalha-CE. Foto: Jana Rafaella em 05.04.2012



Penitentes desfilando na Festa de Santo Antonio (2012). Foto:Jana Rafaella em 13.06.2012.





Cartão Postal produzido pela Prefeitura Municipal de Barbalha (2005). Acervo da Secretaria de Cultura de Barbalha-CE.



Boneco Gigante (penitente) na Festa de Santo Antonio de Barbalha. Foto Jana Rafaella em 12.06.2012.